



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GILSON BENTO CORREIA

**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A SUA RELAÇÃO COM A
CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA- CABO VERDE: CASO DOS BAIROS
DE ACHADA SANTO ANTÓNIO E PALMAREJO**

BELÉM-PA
2017

GILSON BENTO CORREIA

**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A SUA RELAÇÃO COM A
CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA- CABO VERDE: CASO DOS BAIROS
DE ACHADA SANTO ANTÓNIO E PALMAREJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

BELÉM-PA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Correia, Gilson Bento

Ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade na Cidade da Praia: caso dos bairros de Achada Santo Antônio e Palmarejo / Gilson Bento Correia. - 2017.

Orientador: Clay Anderson Nunes Chagas

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2017.

1. Bairros - Cabo Verde. 2. Periferias - Cabo Verde. 3. Violência Urbana - Cabo Verde. 4. Violência - Aspectos Sociais. I. Título.

GILSON BENTO CORREIA

**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A SUA RELAÇÃO COM A
CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA- CABO VERDE: CASO DOS BAIROS
DE ACHADA SANTO ANTÓNIO E PALMAREJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas (Orientador - PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Examinador Interno – PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva (Examinador Interno – PPGeo/UFPA)

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida (Examinador Externo-PPGSP)

Prof. Dr. Marcelo Quintino Galvão Baptista (Examinador Externo-PPGSP)

DATA: Belém, _____ de 2017.

BELÉM-PA

2017

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos, familiares e amigos que fizeram parte deste percurso e também ao meu orientador Clay Chagas pelo apoio, pela confiança que depositou em mim, e pelo carinho com que recebeu no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me ter dado força, coragem e espírito de boa vontade, para enfrentar todas as dificuldades surgidas ao longo do Mestrado e vida pessoal. Nesta linha, dirijo um especial agradecimento ao Programa Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), por ter conseguido bolsa de estudos junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que foi de extrema importância. Ao Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, pelo apoio financeiro na compra de passagem;

A Reitora da Universidade de Cabo Verde, Judite Medina do Nascimento, pela dedicação e apoio mostrado para a realização do Mestrado;

Aos meus familiares, especialmente ao meu Pai e à minha Mãe, pela compreensão e apoios durante o curso;

À professora Dra. Sílvia Monteiro da UNICV, pela motivação em candidatar a vaga do Mestrado, atenção e carinho que tem mostrado sempre a mim;

Ao meu orientador, Dr. Clay Chagas, pela disponibilidade em orientar este trabalho e pela forma como tem atendido as preocupações surgidas ao longo do mesmo, paciência e amizade;

Aos Professores Dr. Christian Silva, Dr. João Márcio Palheta da Silva, Dr. Gilberto Rocha, Dr. Marcelo Galvão e Dr. Nahum Santos pelo apoio dado durante o curso;

Ao Sr. Natal Prado Diretor da Polícia Judiciária e Sr. Manuel Alves Comandante da Polícia Nacional pela boa vontade e disponibilidade na realização de entrevistas;

A secretária do PPGEIO, pela forma como tem mostrado interesse em ajudar os alunos e também pela dedicação e disponibilidade de resolver os problemas ligados ao curso, e corpo docente do PPGEIO;

Ao Sr. Aurélio Semedo, pelo apoio em conseguir os dados estatísticos da criminalidade, ao Diamantino Miranda, Lenine Gárcia, Filipe Sanches, Hariette Nunes, Celmira Gonçalves, Sofia Veiga, Rui David, Emanuel Moreira pela ajuda no levantamento dos dados de campo. E ao Professor Romualdo Correia pela troca de experiência durante a realização do estágio docente na Universidade de Cabo Verde;

A Ana Isa, uma pessoa muito especial que tem mostrado dedicação, atenção e apoio;

Agradeço a todos os meus colegas do Mestrado pela convivência e troca de experiência, especialmente Geovani Farias pelo companheirismo, amizade e força durante o curso;

Aproveito desde já para agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, ajudaram-me a concluir o trabalho.

A defesa dos direitos à vida, à integridade física, à segurança e à paz social, entre outros, é da responsabilidade do Estado que constitui o garante e o guardião dos cidadãos, através das suas instituições tradicionais de exercício de polícia criminal. Cabe ao Estado socorrer-se de todos os meios legítimos que protejam a violação dos direitos humanos. Por outro lado, o próprio indivíduo, enquanto ser social e ator central, é também chamado a colaborar para o bem comum.

José Rebelo

RESUMO

A violência urbana é um dos problemas bastante complexo e tem provocado medo e sentimento de insegurança na sociedade. A cidade funciona como um laboratório de pesquisa em relação a problemática da violência e criminalidade, uma vez que é nela que ocorre maior parte dos crimes. É neste contexto que este trabalho tem como objetivo principal, analisar a forma como o território da cidade da Praia (Achada Santo António e Palmarejo) se encontra ordenado e a sua relação com a criminalidade. Para melhor compreensão do problema, foi feita uma discussão dos conceitos território, ordenamento territorial, criminalidade (violência) e aplicação de inquérito por questionário às populações locais e entrevista a Polícia Nacional e Judiciária. Os bairros de Achada Santo António e Palmarejo foram tomados como objeto de observação (estudo) por serem mais populosos e complexos (envolvem diferentes classes sociais). Os resultados obtidos mostram que os dois bairros cresceram de duas formas completamente diferentes, um crescimento de ocupação do território planejado, onde reside população na maioria das classes sociais (média e alta), com melhor infraestruturção e segurança, ao passo que o outro com crescimento de ocupação do território não planejado, onde concentra população de classes sociais mais baixas com *déficit* de infraestruturção e segurança. O crime ocorre com maior intensidade nos territórios não planejados/ordenados (Monte Vermelho, Casa Lata, Vale do Palmarejo, Dinós, Kelém, Brasil e parte do Meio da Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo). Entretanto, nos territórios planejados/ordenados (Palmarejo Centro, Palmarejo Baixo e Meio de Achada Central), o crime registra-se em menor quantidade, com destaque para roubos e furtos/assaltos, que são os crimes mais praticados. A maior parte dos crimes está relacionada com os jovens, principalmente os considerados “*thugs*”. Porém, uma boa parte deles acontece no período noturno, devido uma fraca iluminação pública, deficiente ordenamento em termos urbanísticos (construções precárias e ruas estreitas), pouca circulação de pessoas e falta de vigilância. No entanto, os territórios de ocupação não planejado/ordenados são mais susceptíveis ao cometimento dos crimes e de maior sentimento de insegurança e medo dele proveniente. Diante disso, vários fatores contribuem para surgimento e aumento da criminalidade, como: falta de educação, desemprego e falta de ocupação, falta de policiamento nas ruas, vontade própria e influência, desordem urbana, usos de drogas e armas, carência de políticas sociais e entre outros. Deste modo, é essencial assumir de forma consequente o ordenamento do território e qualificação dos territórios urbanos na agenda das políticas públicas de combate a criminalidade e de diminuição de sentimento de insegurança urbana e medo do crime.

Palavras-chave: Território. Ordenamento territorial. Violência urbana. Criminalidade. Sentimento de insegurança. Achada Santo António e Palmarejo.

ABSTRACT

Urban violence is one of the most complex problems and has provoked fear and insecurity in society. The city functions as a research laboratory in relation to the problem of violence and crime, since it is in it that most crimes occur. It is in this context that this work has as main objective, to analyze the way the territory of the city of the Beach (Achada Santo António and Palmarejo) is ordered and its relation with the criminality. In order to better understand the problem, a discussion of the concepts of territory, territorial planning, crime (violence) and the application of a questionnaire survey to local populations and interviews the National Police and Judiciary Police. The districts of Achada Santo António and Palmarejo were taken as object of observation (study) because they are more populous and complex (involving different social classes). The results show that the two districts grew in two completely different ways, a growth of planned territory occupation, where the population resides in most social classes (medium and high), with better infrastructure and security, while the other with growth Of occupation of the unplanned territory, where it concentrates population of lower social classes with deficits of infrastructure and security. The crime occurs with greater intensity in the unplanned / ordered territories (Monte Vermelho, Casa Lata, Palmarejo Valley, Dinós, Kelém, Brazil and part of the Middle of Achada that borders the Palmarejo Valley). However, in the planned / ordered territories (Palmarejo Centro, Palmarejo Base and Middle of Achada Central), the crime is registered in a smaller amount, especially the robberies and thefts, which are the most practiced crimes. Most crimes are related to young people, especially those considered "thugs". However, a good part of them happens in the nocturnal period, due to poor public illumination, poor planning in urban terms (precarious constructions and narrow streets), little movement of people and lack of vigilance. However, unplanned / ordained occupation territories are more susceptible to the commission of the crimes and of a greater sense of insecurity and fear of it. Faced with this, several factors contribute to the emergence and increase of crime, such as: lack of education, unemployment and lack of occupation, lack of street policing, self-will and influence, urban disorder, drug and weapons use, lack of social and among others. Thus, it is essential to assume in a consistent way the territorial planning and qualification of urban territories in the agenda of public policies to combat crime and to reduce the feeling of urban insecurity and fear of crime.

Keywords: Territory. Land use planning. Urban violence. Crime. Feeling insecure .Achada Santo António and Palmarejo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esquema metodológico.	22
Figura 02: Modelo de análise conceitual.	24
Figura 03: Modelo de relação entre urbanização e criminalidade.	40
Figura 04: Perfil Topográfico da área de estudo.	60
Figura 05: Crescimento planejado na cidade da Praia.	62
Figura 06: Crescimento não planejado na cidade da Praia.	63
Figura 07: Forma de uso e produção do território na cidade da Praia.	66
Figura 08: Ocupação do território nas áreas informais da cidade da Praia.	68
Figura 09: Formas da ocupação do território nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.	86
Figura 10: Formas e estruturas dos assentamentos/edifícios nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.	88
Figura 11: Estruturas precárias dos assentamentos em alguns territórios do bairro de Achada Santo António.	89
Figura 12: Estruturas precárias dos assentamentos em alguns territórios do bairro de Palmarejo.	90
Figura 13: Exemplo de algumas áreas bem ordenadas na área de estudo.	92
Figura 14: Acessórios colocados nas residências da área de estudo.	93
Figura 15: Relação entre território e o sentimento de insegurança.	113
Figura 16: Mapeamento institucional atual com o Sistema de Segurança Nacional.	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução da população da cidade da Praia de 1980 a 2010.....	50
Gráfico 02: Distribuição da população residente e agragado familiar dos dez bairros da cidade da Praia com maiores números da população.....	56
Gráfico 03: Porcentagem de residente na Achada Santo António e Palmarejo, em 2010, por nível de instrução.....	57
Gráfico 04: Porcentagem de renda mensal da população na Achada Santo António e Palmarejo.....	58
Gráfico 05: Porcentagem do nível de conforto do agregado familiar na Achada Santo António e Palmarejo.....	58
Gráfico 06: Situação perante atividade econômica na Achada Santo António e Palmarejo.....	59
Gráfico 07: Quantidade de crimes contra pessoas e patrimônio na cidade da Praia (2009 a 2014).....	72
Gráfico 08: Evolução das ocorrências criminais na cidade da Praia (2009 a 2013).....	76
Gráfico 09: Quantidade dos homicídios por município da ilha de Santiago (2014 e 2015).....	78
Gráfico 10: Total de homicídios por bairros da cidade da Praia (2009 a 2012).....	78
Gráfico 11: Quantidade (Kg) de cocaína apreendida pela Polícia Judiciária, no período de (2009 a 2011).....	79
Gráfico 12: Tipologia e frequência de crimes.....	99
Gráfico 13: Momento do dia que são mais praticados os crimes.....	101
Gráfico 14: Aspectos facilitadores na prática dos crimes à noite.....	101
Gráfico 15: Distribuição de frequência da criminalidade por localidades no bairro de Achada Santo António.....	102
Gráfico 16: Distribuição de frequência da criminalidade por localidades do bairro de Palmarejo.....	103
Gráfico 17: Porcentagem dos agregados familiares afetados pela violência e criminalidade.....	107
Gráfico 18: Porcentagem dos tipos de crimes mais afetados pelos agregados familiares.....	108
Gráfico 19: Avaliação do ordenamento do território e sua influência com a criminalidade..	108
Gráfico 20: Motivos de influência do território na prática de crimes.....	109
Gráfico 21: Percepção dos territórios de insegurança na área de estudo.....	110
Gráfico 22: Percepção do sentimento de segurança dos agregados familiares na área de estudo.....	111

Gráfico 23: Porcentagem dos agregados familiares com medo de sair a rua à noite.	112
Gráfico 24: Porcentagem dos agregados familiares que mudariam do local por causa do crime e insegurança.	113
Gráfico 25: Porcentagem dos agregados familiares preocupados com o fenômeno de violência e criminalidade.	114
Gráfico 26: Tendência verificado sobre a criminalidade.....	115
Gráfico 27: Fatores impulsores da criminalidade.....	116
Gráfico 28: Reação das populações perante o trabalho das autoridades competentes.	126
Gráfico 29: Justificativa das populações em se considerarem insatisfeitos com o trabalho das autoridades competentes.....	126
Gráfico 30: Medidas de combate ao crime propostas pelas populações locais.	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização geográfica da cidade da Praia.....	46
Mapa 02: Distribuição da população desempregada por bairro da cidade da Praia.....	49
Mapa 03: Distribuição da população alfabetizada por bairro da cidade da Praia.....	51
Mapa 04: Localização da área de estudo (Achada Santo António e Palmarejo).....	54
Mapa 05: Quantidade de crimes contra pessoas por bairros da cidade da Praia (2013).....	73
Mapa 06: Quantidade de crimes contra patrimônio por bairros da cidade da Praia (2013).	75
Mapa 07: Distribuição dos grupos de <i>thugs</i> por bairro da cidade da Praia.	82
Mapa 08: Distribuição territorial da Esquadra da Polícia Nacional e Judiciária por bairro da cidade da Praia.....	83
Mapa 09: Distribuição de equipamentos coletivos nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.	95
Mapa 10: Focos de crimes nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo	97
Mapa 11: Territórios dos homicídios ocorridos nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quantidade e porcentagem de residente da cidade da Praia, em 2010, por sexo e idade.	47
Tabela 02: Percentual de alguns tipos de crimes registradas pela Polícia Judiciária na cidade da Praia, no período de 2009 a 2011.	79
Tabela 03: Quantidade e Percentual de armas apreendidas na área do Comando Regional da Praia por bairros da cidade da Praia, em 2012.	80

LISTAS DE SIGLAS

AUGI- Planos de Reordenamento das Áreas Urbanas de Génese Ilegal
BAC- Brigada Anti-crime
BIC- Brigada de Investigação Criminal
CMP- Câmara Municipal da Praia
CCPT- Crimes Contra Patrimônio
CCP- Crimes Contra as Pessoas
CRP- Comando Regional da Praia
DGAI- Direção Geral de Administração Interna
DL- Decreto Legislativo
DNOT- Diretiva Nacional de Ordenamento do Território
EROT- Esquema Regional de Ordenamento do Território
INE- Instituto Nacional de Estatística
INGT – Instituto Nacional de Gestão Territorial
MAHOT- Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território
MALU- Ministério da Administração Local e Urbanismo
NS/NR- Não sabe/ Não responde
ONU/HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PEOT- Plano Especial de Ordenamento do Território
PESI- Plano Estratégico de Segurança Interna
PDM- Plano Diretor Municipal
PDU- Plano de Desenvolvimento Urbano
PD- Plano Detalhado
PN- Polícia Nacional
POT- Planos de Ordenamento do Território
PU- Plano de Urbanização
PJ- Polícia Judiciária
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento
PSS- Programa Segurança Solidária
SPSS- Statistical Package for the Social Scienc

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	26
1.1 TERRITÓRIO	26
1.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	32
1.3 TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.....	35
CAPÍTULO II - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA	45
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DA PRAIA E DA ÁREA DE ESTUDO.....	45
2.1.1 Cidade da Praia.....	45
2.1.2 Achada Santo António e Palmarejo - área de pesquisa.....	53
2.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA CIDADE DA PRAIA	60
2.3 USO E PRODUÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO NA CIDADE DA PRAIA.....	65
2.4 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO USO E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NA CIDADE DA PRAIA.....	69
2.5 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA.....	70
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO E ANÁLISE.....	85
3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FOCOS DE CRIMES	96
3.2 TIPOLOGIAS DE CRIMES E FREQUÊNCIA DA SUA OCORRÊNCIA	98
3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE HOMICÍDIOS	103
3.4 TERRITÓRIO E INSEGURANÇA	109
3.5 FATORES IMPULSORES DA CRIMINALIDADE.....	115
CAPÍTULO IV – AÇÃO DO ESTADO NO ORDENAMENTO TERRITORIAL E CONTROLE DO CRIME	118
4.1 AÇÃO DO ESTADO NO ORDENAMENTO TERRITORIAL	118
4.2 AÇÃO DO ESTADO NO CONTROLE DO CRIME.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	137

INTRODUÇÃO

O Concelho¹ da Praia, atualmente, apresenta-se como um território essencialmente urbano, gravitando atividades em torno e a partir do núcleo urbano próprio. Para Nascimento (2003), o crescimento da cidade da Praia vem sendo pautado por grandes dificuldades, principalmente no que diz respeito à produção do território urbano resultando em assentamentos cada vez mais heterogêneos, o que vem ocasionando o agravamento da problemática do ordenamento do território. Os efeitos do crescimento espontâneo refletem na ocupação “desordenada” do território, o que torna propício o surgimento de vários problemas e a expansão ocorrida em áreas com condições urbanas inadequadas, como os leitos de ribeiras, as encostas de acentuado declive e os fundos dos vales (CORREIA; CHAGAS; SOARES, 2015).

A ocupação desordenada do território é o resultado da ação dos atores hegemônicos (Estado, capital imobiliário e demais atores), que intervém no território através da relação de poder. A maioria dos bairros da cidade da Praia é insegura, principalmente os de caráter informal, onde a marginalidade tem reflexos negativos na qualidade de vida das populações que residem e circulam nesses bairros (SILVEIRA, 2011). Porém, esses bairros de caráter informal carecem de uma boa infraestrutura e segurança nos seus territórios, o que acaba por facilitar a ocorrência de práticas criminais.

Segundo Tavares (2006), o desenvolvimento da cidade acabou por, espacialmente, estratificar os residentes em função do seu *status* socioeconômico, estando às populações mais pobres e vulneráveis, em regra, nos territórios de deficiente infraestrutura e de pouca segurança. No entanto, as situações de violência e/ou criminalidade ocorridas nos territórios de classes média e alta são imputadas às pessoas de fora, isto é, àquelas provenientes dos territórios das classes populares.

Assim, tentando trazer relativo conhecimento e contribuir de certo modo para a resposta de algumas destas questões, o nosso estudo será direcionado para os bairros de Achada de Santo António e Palmarejo abordando a temática de “ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade”. Normalmente, os bairros de achada Santo António e Palamarejo, carecem de estratégias no domínio do ordenamento de algumas parcelas dos seus territórios, por apresentarem construções precárias, ruas estreitas e mal iluminadas, fraca

¹ Entende-se como Concelho no sistema institucional de Cabo Verde por Município.

acessibilidade e visibilidade nos territórios, bem como falta de equipamentos coletivos em alguns territórios, fatores estes contribuidores e facilitadores nas práticas criminais.

A necessidade de habitação não é atendida pela promoção legal e a perspectiva de melhorar as condições de habitabilidade leva a população a recorrer ao loteamento ilegal e espontâneo. Desobedecendo as normas urbanísticas, os residentes constroem as habitações à medida das capacidades financeiras, “poder” e de acordo com modelo próprio; conseqüentemente, nota-se uma transformação no território e surgimento de vários problemas, destacando a criminalidade (CORREIA; TAVARES, 2016). Segundo os autores, o problema das construções ilegais não se centra apenas na ineficácia e rigidez do processo administrativo, mas também no fato da administração não ter capacidade para responder à grande procura de lotes municipais, uma vez que, de acordo com Tavares (2006), apenas 20% dos terrenos da cidade são públicos, o que confirma que grande parte dos terrenos está nas mãos do capital privado.

Segundo Máximo (2004), o ordenamento do território pode ser encarado como uma perspectiva de mudança no modo de pensar e agir das autoridades do poder público, que serão obrigadas a se adaptarem às novas tendências de modernização dos serviços públicos e as fortes exigências de toda sociedade que clama cada vez mais por segurança e agilidade no atendimento das ocorrências criminais. Neste contexto, este trabalho visa mostrar a importância do ordenamento do território como meio de reduzir e prevenir o crescimento da criminalidade. Neste sentido, o autor diz que a capacidade de se gerar informações corretas e precisas para tomada de decisões é um dos itens mais importantes para o desenvolvimento dos países, existe um grande consenso de que a informação é um dos recursos mais estratégicos para o andamento de projetos e políticas, sejam eles públicos ou privados.

As organizações políticas, como os Estados e os Municípios, não atingirão seu pleno desenvolvimento se não contarem com informações atualizadas, precisas e rápidas sobre os melhores meios de se distribuírem seus recursos gerados por seus povos (ROCHA, 2000).

Atualmente, as políticas públicas contam com uma série de tecnologias informacionais capazes de auxiliar o modo de operá-las e de distribuí-las. O geoprocessamento, que faz parte dessas tecnologias, vem sendo utilizado como importante instrumento de otimização para o alcance das ações dos governos em todos os seus âmbitos. Por se tratar de um conjunto de técnicas que conta com a máxima da localização espacial e do processamento de dados atualizados (MÁXIMO, 2004).

Neste contexto, a redução dos problemas urbanos é possível se houver uma formulação e implementação de políticas públicas e sociais de planejamento e gestão do

território que permitam prevenir e reduzir os problemas que a nossa sociedade enfrenta principalmente o crime e a violência. Para tanto, é de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas que permitam avançar na compreensão das causas desses fenômenos, assim como a geração de bases de dados que permitam monitorar e melhorar o nosso entendimento das tendências espaciais e temporais da criminalidade por ser um problema complexo (MÁXIMO, 2004).

Na cidade da Praia, o crescimento rápido, impulsionado pelo êxodo rural e pelo crescimento natural da população, estabeleceu um quadro urbano de informalidade territorial e desintegração social (TAVARES, 2006). As instituições, sem capacidade para gerir o rápido crescimento, nunca conseguiram dar respostas aos problemas urbanos e às necessidades da população que fugia do campo e a cidade cresceu de forma caótica. O crescimento rápido da população na cidade contribuiu para consumo desmensurado do solo urbano, degradação do ambiente, elevadas taxas de desemprego, subemprego e pobreza, aumento da criminalidade, desordenamento do tecido urbano, crescimento de bairros degradados sobrepovoados, com deficientes condições de habitabilidade (TAVARES, 2006).

Analisando todos esses problemas que a cidade enfrenta, surgiu a ideia de trabalhar a relação que existem entre o ordenamento do território e a criminalidade nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo, uma vez que esses bairros são enfrentados por alguns desses problemas. Outro aspecto que levou a escolher a temática foi a preocupação da sociedade frente a esses problemas e à falta de segurança em alguns locais, o que leva as pessoas a ficarem com medo de sair à rua, principalmente à noite.

Achada Santo António e Palmarejo são bairros mais populosos da cidade da Praia. Portanto, esses bairros albergam pessoas de todas as camadas sociais, destacando-se como local de residência das mais altas entidades da sociedade cabo-verdiana. Por conseguinte, são bairros heterogêneos, bastante movimentados a qualquer hora do dia, aparentando possuir um capital econômico muito dinâmico, percebendo-se ainda algumas áreas bem urbanizadas e a existência de alguns equipamentos sociais (ALVES, 2014). Embora exista essas particularidades que o diferencia dos demais bairros da cidade da Praia, por outro lado, Achada Santo António e Palmarejo são acometidos por vários problemas, em algumas parcelas dos seus territórios, devido a fatores presentes, como as construções espontâneas das habitações de cidadãos oriundos de outras ilhas e localidades, sem levar em conta as normas urbanísticas para novos moradores, o aumento do desemprego, a fraca iluminação pública, dificuldades nos sistemas de circulação, marginalização entre outros.

Por isso, julga-se interessante realizar o estudo sobre o ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo, trazendo ao conhecimento de todos interessados pela compreensão e estudo desse problema, em especial as autoridades competentes e a população residente, dando ênfase a causas e consequências, bem como propostas de possíveis soluções no sentido de mitigar os impactos negativos do problema.

Hoje, a sociedade contemporânea é acometida por vários problemas, principalmente nos centros urbanos. A questão do ordenamento do território, associado à violência e/ou criminalidade são um dos problemas em destaque nos centros urbanos. A criminalidade representa atualmente um dos problemas sociais que tem merecido atenção pela amplitude de sua manifestação no território urbano e pelo crescimento da vitimização. Desta maneira, a discussão geográfica sobre novas centralidades urbanas pode contribuir com as reflexões sobre a criminalidade na medida em que apresenta dinâmicas para compreender as especificidades espaciais e territoriais que podem favorecer a prevalências de crimes em determinadas áreas ou territórios (GOMES; RODRIGUES, 2015).

Partindo do princípio que a cidade da Praia é um dos maiores centros urbanos do arquipélago de Cabo Verde, então é de afirmar que hoje essa cidade é enfrentada por vários problemas ligados ao ordenamento do território, que vem dando origem ao surgimento de alguns outros problemas, como por exemplo, a violência e/ou criminalidade. Deste modo, fazendo com que provocam certa instabilidade nas relações sociais e o aumento do sentimento de insegurança das populações que residem e frequentam determinados territórios.

A realidade empírica, nacional e internacional, mostra que essas problemáticas associadas a consequências sociais complexas são temas de atualidade, inseridos nos debates e agendas públicas do contexto atual (ALVES, 2014). Para além disso, acredita-se que a pesquisa científica contribui para a identificação dos problemas que afetam as comunidades, cumprindo com isso um dos seus papéis mais relevantes, que é deixar pistas para a implementação de políticas públicas ajustadas à realidade.

Portanto, dado ao seu impacto nas relações sociais e na segurança de populações a nível global, essas questões têm merecido aprofundadas investigações que se estendem pelos diversos domínios das ciências humanas e sociais (ALVES, 2014). Assim, a relevância deste trabalho relaciona-se também com a necessidade de estudos desta natureza em Cabo Verde.

Com base nos problemas identificados, algumas questões tornam-se pertinentes à discussão da problemática aqui proposta:

- a) Que relações existem entre o ordenamento do território e o fenômeno da criminalidade na cidade da Praia- caso dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo?
- b) Quais os principais fatores do aumento da criminalidade nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo e seu impacto na sociedade Praiense?
- c) Como que a criminalidade está distribuída nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo?

Na definição das linhas estratégicas que norteiam qualquer trabalho, sobretudo na ciência moderna, é fundamental numa investigação trabalhar com hipóteses que são possíveis respostas às perguntas de partida, na busca de melhor conhecimento da realidade ou fenômeno alvo de estudo, e seguindo esta lógica são definidas as seguintes hipóteses: o deficiente ordenamento do território por parte do “Estado” nalguns bairros da cidade da Praia (Achada de Santo António e Palmarejo), facilita a prática dos crimes e contribui para o aumento do sentimento de insegurança, uma vez que nesses bairros a forma como alguns atores produzem as ações no território, não estabelece as normas urbanísticas, ou seja, as leis do ordenamento territorial.

O acelerado crescimento da população, a ineficiente gestão do território por parte das entidades competentes, o aumento do desemprego na população jovem e a falta de adequação das políticas públicas no combate ao crime são fatores que contribuem para o aumento do índice da criminalidade na cidade da Praia (Achada Santo António e Palamarejo). Por outro lado, o ordenamento do território e a utilização do geoprocessamento são componentes importantes na busca de soluções para os problemas, podendo apoiar no desenvolvimento sustentado e no planejamento da segurança pública para prevenir ações criminais.

Para esclarecer os questionamentos mencionados acima, teve-se como objetivo geral desta pesquisa:

- Analisar a forma como o território da cidade da Praia (Achada Santo António e Palmarejo) se encontra ordenado e a sua relação com a criminalidade, levando em conta as características e as condições socioeconômicas específicas de cada bairro.

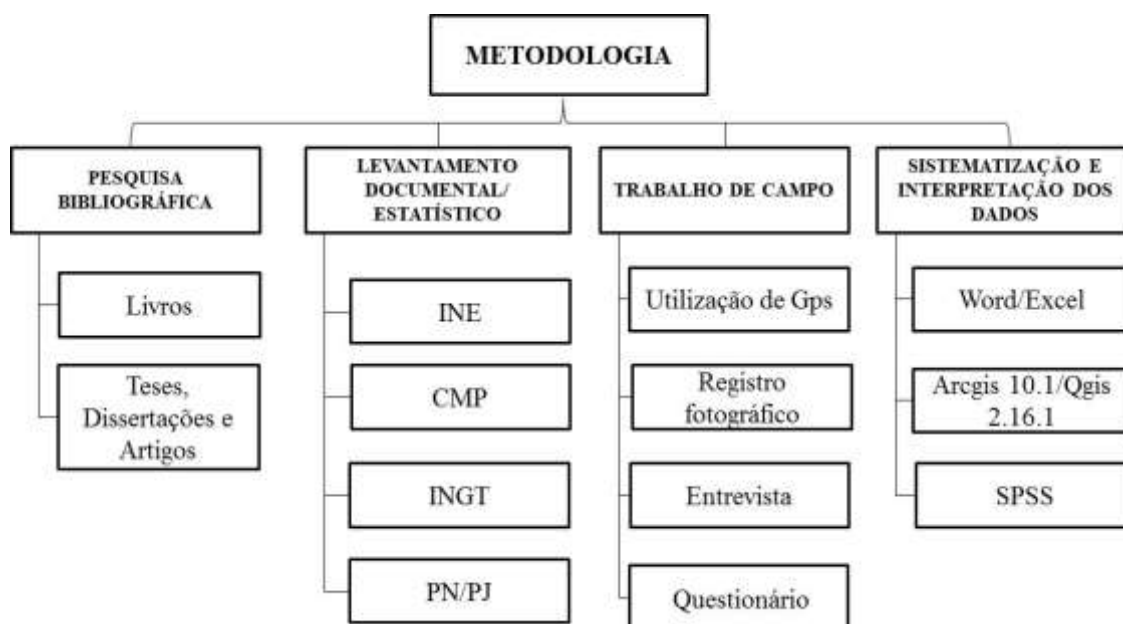
Desta forma, o objetivo geral da pesquisa resulta-se nos seguintes objetivos específicos:

- Entender a relação existente entre o ordenamento territorial e o fenômeno da criminalidade na cidade da Praia, especialmente, na Achada Santo António e Palmarejo;

- Identificar os focos de crimes e territórios com maior ocorrência de crimes na Achada Santo António e Palmarejo;
- Analisar os fatores que implicam na elevação das taxas de criminalidade nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo;
- Mostrar a importância de ordenamento do território no combate aos problemas atuais que as nossas sociedades enfrentam.

Para fomentar esta pesquisa, buscamos análises em diferentes fontes, principalmente em referências bibliográficas (Figura 01). Primeiramente, partiu-se da identificação e conhecimento dos problemas enfrentados pela cidade da Praia no âmbito do ordenamento territorial e a criminalidade.

Figura 01: Esquema metodológico.



Fonte: Autor (2015).

A primeira etapa da pesquisa começou pela abordagem teórica do território, seu uso e produção no espaço urbano, baseada principalmente nas obras de alguns autores: Raffestin (2011), Santos e Silveira (2006), Santos, Souza e Silveira (1998), bem como teses e artigos que tratam da questão, e por outro lado, ordenamento territorial, violência e criminalidade, baseada na discussão de diversos autores como: Oliveira (2015), Tavares (2014), Felix (1996), Silva (2002), Batella (2005), Chagas (2014), Rebelo (2015), Lira (2015), Gomes (2016), entre outros. Depois, a atenção centrou-se no ordenamento territorial, violência e criminalidade na cidade da Praia.

A segunda etapa da pesquisa baseou-se no levantamento documental e estatístico nas diferentes instituições da cidade da Praia-Cabo Verde, principalmente no Instituto Nacional de Estatística (INE), para a caracterização sócio-demográfica e econômica da cidade da Praia e dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo. Instituto Nacional de Gestão Territorial (INGT) e Câmara Municipal da Cidade da Praia (CMP), de forma a obter os dados cartográficos para produção de alguns mapas da cidade e da área de estudo. E na Polícia Nacional e Judiciária, para fazer análise da situação criminal da cidade num período de intervalo de 2009 a 2015². Os dados estatísticos da Polícia Nacional e Judiciária servem neste estudo para dar um enquadramento geral da situação de violência e criminalidade de forma geral na cidade. No estudo de caso, onde foca realmente a relação do ordenamento do território e criminalidade, os dados estatísticos baseia-se mais concretamente nos inquéritos aplicados as populações locais e entrevista a Polícia Nacional e Judiciária.

Na terceira etapa, foi feita uma pesquisa de campo, de forma a ter uma observação direta no território de pesquisa. De acordo com as pretensões e os objetivos a observação direta no campo revela-se de capital importância dado que a partir daí, consegue-se ter um desenho do tema em questão, através do registo fotográfico e utilização de GPS e permite fazer uma análise crítica da situação de acordo com as informações obtidas e as próprias características que esse território apresenta. Por outro lado, utilizou-se abordagens qualitativas e quantitativas, através de aplicação de inquéritos por questionário nalgumas áreas dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo, para a recolha de dados, em que o público-alvo é colocado a expor diretamente as suas experiências, percepções e expectativas sobre o objeto de estudo, e entrevistas às entidades competentes (Polícia Nacional e Judiciária), no sentido de analisar melhor a temática em estudo. Essas abordagens são relevantes nesta pesquisa, isto porque as literaturas nem sempre conseguem revelar todos os problemas ligados à violência e à criminalidade por serem bastante complexos, além do que esbarra na dificuldade dos registos oficiais possuírem sobreposições de dados estatísticos e *déficit*.

Para aplicação dos questionários, foi extraída uma amostra de 300 agregados familiares de um total de 3.486 agregados familiares no bairro de Achada Santo António e uma amostra de 200 agregados familiares de um total de 3.332 agregados familiares no bairro de Palmarejo. O inquérito foi aplicado de forma aleatoriamente nos territórios dos bairros de estudo, com perguntas abertas e fechadas de acordo com a temática em estudo (ver anexo I). E foi

² Todos os dados de crimes não apresentam o mesmo intervalo de tempo, isto se relaciona com as bases de dados não atualizados e por outro lado, devido ao problema de cedência de dados nas instituições de segurança de Cabo Verde.

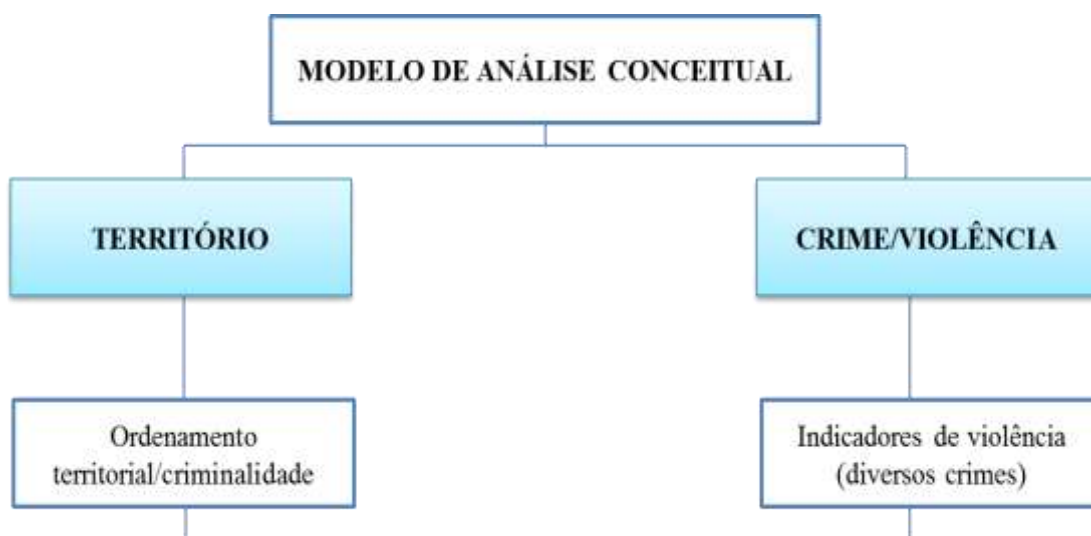
realizado na 1ª semana de Abril de 2016, por 8 inquiridores previamente instruídos. Como qualquer aplicação de inquérito apresenta margem de erro, esse inquérito também apresenta uma margem de erro calculada em 3,9%.

A entrevista foi realizada com o Diretor da Polícia Judiciária e Comandante da Polícia Nacional em Outubro de 2016 (ver anexo II).

Por último, fez-se a sistematização e interpretação desses dados, recorrendo a utilização dos “softwares” fundamentais, designadamente o “SPSS” para a análise estatística e o “Excel” para a produção de tabelas e gráficos e, por outro lado, o Arcgis 10.1, Qgis 2.16.1 e Google earth, para a produção da cartografia temática.

A Figura 02 representa um modelo de análise, com a finalidade de mostrar o referencial teórico da pesquisa. Primeiramente, partimos da categoria “território” para entender a dinâmica territorial, ou seja, como é que o território da cidade da Praia é usado, produzido e ordenado e de que forma tem uma relação com a criminalidade, principalmente nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo, por fim, identificar os principais crimes.

Figura 02: Modelo de análise conceitual.



Fonte: Autor (2015).

Para a compreensão do estudo, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, conforme a seguir descreve:

O Capítulo I apresenta aportes teórico-conceituais do trabalho, em que se faz uma abordagem incluindo teorias de vários autores sobre o tema em análise, abarcando os conceitos do território, ordenamento do território, violência, criminalidade, entre outros.

O Capítulo II trata-se do ordenamento do território e criminalidade na cidade da Praia, caracterizando a cidade da Praia e área de estudo, apresentando como é que o território da cidade da Praia se encontra ordenado, uso e produção atual do território, identificação dos principais problemas do uso e produção do território e violência e criminalidade.

O capítulo III trata-se do estudo de caso, discutindo o ordenamento do território e criminalidade na área de estudo, identificar os focos e territórios de crimes, tipologias de crimes e frequência da sua ocorrência, territórios de homicídios ocorridos, território de maior insegurança e principais fatores impulsores da criminalidade.

O último capítulo apresenta a ação do Estado no ordenamento do territorial e controle do crime. Por fim, têm-se as considerações finais, onde são mencionadas as principais observações do autor e algumas sugestões em relação a temática. Para terminar o trabalho, apresentam-se as referências bibliográficas, onde se encontram todas as obras citadas ao longo da pesquisa.

CAPÍTULO I: APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Para se estudar a temática do “ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade na cidade da Praia- caso dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo”. Primeiramente, lança-se mão de uma discussão do território (seu uso dentro do espaço urbano), dado que em nosso entendimento, esta nos possibilita compreender como é que o território da cidade da Praia (Achada Santo António e Palmarejo) está ordenado e qual a sua relação com a criminalidade.

Segundo Gomes (2016), a sua discussão é interessante na compreensão das transformações socioespaciais, não somente na ciência Geográfica, como também nas outras ciências, na medida em que apresenta um caráter multidimensional e flexível que pode ser utilizado na análise de diversos aspectos de ordem econômicas, sociais e políticas, e até mesmo nas outras formas de relacionamentos do homem. Em seguida fala-se do ordenamento do território, violência e criminalidade.

1.1 TERRITÓRIO

Nos estudos geográficos que envolvem a violência e a criminalidade algumas categorias de análise se tornam importante. O “território” é umas delas e tem sido bastante utilizado nesses estudos por expor um fator de extrema relevância na produção das ações e nas relações criminosas, que é o poder exercido por atores sociais (CRUZ; SÁ, 2013).

O conceito território é um dos que mais vêm sendo submetidos, de algumas décadas para cá, a fortes tentativas de redefinição e depuração. “Ao mesmo tempo, a palavra ‘território’ (e seus equivalentes em várias outras línguas: *territory*, *territoire*...) permanece sendo usada de modo bastante amplo” (SOUZA, 2013, p.77). Para Gomes (2016), em função do seu uso em várias áreas do conhecimento, essa conceituação torna-se algo amplo e polissêmico, justificando nos últimos anos a busca por novas teorias e explicações que possam ser construídas de forma interdisciplinar e favorecer uma melhor compreensão acerca do seu significado. Na Geografia, esse conceito ganha ênfase nas situações norteadas pelas relações de poder, representadas pela ocupação e dominação territorial.

Para Santos e Silveira (2006), na linguagem cotidiana, frequentemente confunde-se território com espaço. Várias discussões nos meios geográficos se preocupam em indicar a precedência entre essas categorias. Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas a palavra territorialidade é usada no sentido de pertencer àquilo que nos

pertence. Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução.

De acordo com os autores supramencionados, num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território. Nesta linha, é de se afirmar que o Estado é um dos atores que deve ter maior controle sobre o território.

O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e momento atual (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Na medida em que são representativas das épocas históricas, as técnicas, funcionando solidariamente em sistemas, apresentam-se assim como base para uma proposta de método. Esses sistemas técnicos incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação.

Conforme Santos, Souza e Silveira (1998), vive-se com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tanta vezes atravessando os séculos praticamente intocados. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, da perda de sentido da existência individual e coletiva e de renúncia ao futuro.

O território se constitui em formas, mas o território usado se trata de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998). Os objetos e as ações no território não são representados da mesma forma pelos atores sociais. Por isso, o território apresenta forma diferenciada ao longo da sua formação.

Entre as muitas conceituações do território existente atualmente, nesta pesquisa, reflete-se sobre o território a partir das relações de poder de diferentes atores sociais que ao se apropriar da base principal (espaço), produz em práticas ou ações que levam tanto a disputa como, a transformação do território e geração de conflitos. Nesta lógica, pode-se dizer que são as relações de poder pelos diferentes atores sociais, que se apropriando do espaço, constroem territórios de forma diferenciada de acordo com o poder de cada um dos atores. É essencial compreender que o espaço antecede o território (RAFFESTIN, 2011).

Segundo Raffestin (2011, p. 128):

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático³ (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si.

Não obstante território e espaço serem termos distintos, existe unidade entre natureza e sociedade. A distinção entre eles se trata de uma questão metodológica de difícil leitura, conceituação e abstração, porém necessária. Para a distinção, deve-se ressaltar que um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território. Por isso, os conceitos estão inter-relacionados, pois se tratam de definições e questões de cunho epistemológico, ontológico e político (GOMES, 2016).

Aprofundando com a reflexão de Gomes (2016), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo fundamental observar a ligação entre um grupo social e seu espaço. Tais características são fundamentais para se compreender a gênese de um território, tornando-se essencial a análise sobre quem domina e/ou quem influencia esse espaço e como o faz.

Na análise de Raffestin (2011), a compreensão de território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário destacar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por diferentes atores sociais. Esse poder é relacional e não absoluto, pois está permanente em todas as relações sociais. Por outro lado, é de se afirmar que esse poder se manifesta em ordem e desordem, e nas articulações dos usos territoriais. Por isso, o território acaba por gerar conflitos entre os diferentes atores sociais por meio desse uso do poder (RAFFESTIN, 2011).

Neste estudo, o poder é caracterizado como um campo de forças utilizado pelos diferentes atores sociais de modo a produzirem as ações no território. Portanto, o poder aparece como um conteúdo diferenciado. Por isso, deve-se sempre explicitar os tipos de relações de poder que se está referindo, para não confundir com outras relações de poder, nos permitindo neste caso caracterizar melhor as relações de poder dentro do território. Pode acontecer que, em relação às formas de poder, ao criarem um campo de atuação diferenciado

³ [...] ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo programado e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para produzir, *latu sensu*, uma ou várias coisas (RAFFESTIN, 2011, p. 36).

de outros campos que comportam poder, estimulam comportamentos sociais que produzem efeitos no ordenamento do território e provocando o surgimento de vários problemas (PALHETA DA SILVA, 2009). Toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem, ou seja, o poder está presente em toda a produção (RAFFESTIN, 2011).

De acordo com Rückert (2004), pode-se reafirmar que a multidimensionalidade do poder é conceituada no sentido de que diferentes atores sociais produzem o território por meio da prática de poderes, políticas, programas estratégicos e gestão territorial. Por outro lado, pode-se interpretar o poder relacionado ao território, como sendo a capacidade dos atores de gerir, de implementar políticas econômicas e tecnológicas, com incidência estratégica no território por parte tanto do Estado como dos múltiplos atores no poder, na divisão, participação, gestão de políticas pelos capitais privados e por segmentos da sociedade civil que representam as diferentes áreas do território.

Nesta linha, Soares (2009) diz que o território não se entende apenas como entorno físico onde se desenrola a vida humana, animal e vegetal e onde estão contidos os recursos materiais, mas compreende também a atividade do homem que o modifica. Nesse sentido, a natureza tornou-se o objeto de domínio do homem por meio do acesso ao “capital”, o que permite criar equivalências imaginárias, ou melhor assim, criar espaços abstratos e de disputa dentro dos diferentes territórios na sociedade atual (RAFFESTIN, 2011).

Segundo Gomes (2016), as relações que se instalam em determinado espaço bem como a estrutura física construída pelo homem definem o território que ali se formará. Assim, é importante sinalizar que ações e intervenções humanas tornam-se relevantes do ponto de vista da apropriação de espaços, que retornam a visão de território com base nas relações de poder.

Saquet e Silva (2008, p. 8-9) dizem que “o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”. Mas, a delimitação e construção nem sempre ocorrem de forma precisa, podem ser irregulares e mudar historicamente, bem como pode acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo. Esta discussão se adapta à realidade da cidade da Praia, uma vez que a construção do território é feita de forma completamente diferenciada por diferentes atores sociais por meio de relações de poder, o que gera territorialidades diferenciadas e conflitos entre os atores. Desta maneira, Santos e Silveira (2006, p.12-13) dizem que:

O território já usado pela sociedade ganha usos atuais, que se superpõem e permitem ler as discontinuidades nas feições regionais. Certas regiões são, num dado momento histórico, mas utilizadas e, em outro, o são menos. Por isso cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades.

Nesta lógica, há que refletir sobre o conflito entre o ato de produzir e o de viver, função do processo direto da produção e das formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção. Por isso, hoje, renova-se a importância do fator trabalho e capital condicionado pela configuração técnica do território (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998). O território nesta perspectiva funciona como palco da proliferação do capital, espaço apropriado pelos agentes do capital através da divisão social do trabalho e relações do poder (SAQUET; SILVA, 2008).

A tendência preponderante e muitas vezes até mesmo exclusiva- dentro das modernas sociedades capitalista, especialmente no que se refere à chamada esfera produtiva do capital, é ver o território em termos de dominação (privada) do espaço a fim de controlá-lo e criar valor a partir tanto da especulação com o preço (e a monopolização) da terra quanto dos recursos que ela oferece (HAESBAERT, 2014, p. 60).

Essa dominação privada dentro do território, principalmente das empresas imobiliárias ao valorizarem certas áreas, acaba por aumentar o preço dos terrenos e aluguel das habitações (especulação imobiliária), o que de certa forma promove exclusão a quem não tem poder para acessar essas áreas valorizadas (os agentes excluídos) e levando-os a procurar pelas áreas desvalorizadas e até mesmo proibidas para produção/construção dos assentamentos. Isto provoca territorialidades diferentes, modificação das estruturas dos assentamentos nos territórios urbanos, favorece e facilita o surgimento de alguns problemas urbanos (ruas estreitas e mal iluminadas, dificuldades de acesso e visibilidade entre os territórios, dentre outros).

Nesse contexto, Santos e Silveira (2006) afirmam que o uso do território se refere não só à implantação de infraestruturas, como também ao dinamismo da economia e da sociedade, ou seja, são os movimentos da população, a distribuição da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. É a partir desta realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, e isso é resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território (horizontalidades e verticalidades). Por isso, os usos nos territórios são diferentes nos diversos momentos históricos. A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um

novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Fundamentando-se nas ideias dos autores neste estudo, pode-se dizer que os grandes atores sociais do uso e produção do território na cidade da Praia, são: o Estado, que tem maior poder na regulação e produção do território, por meio da criação dos instrumentos de gestão territorial que permite ter equilíbrios sobre os territórios; as empresas, que são os atores que procuram produzir assentamentos nas melhores áreas da cidade e provocando especulação imobiliária; os atores sociais excluídos, que são os que não possuem poder aquisitivo para compra de terrenos nas áreas privilegiadas e nem pagar aluguel nessas áreas, o que faz com esses atores sociais procurem as áreas menos privilegiadas para produzirem as suas habitações. Uma boa parte das habitações produzidas por eles é de forma irregular no território e nas áreas de riscos (encostas, ribeiras e fundos dos vales). E os demais atores, que são aqueles que possuem poder para compra de terrenos e pagamento de aluguel nas áreas privilegiadas da cidade (população de classe média e alta).

A produção do território pelos diferentes atores sociais deixa marcas profundas no território, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se por meio das formas de apropriação dos lugares da cidade, ou seja, a produção do território gera centralidades diferenciadas em função da divisão social do trabalho, acesso ao capital e relação de poder. Por sua vez a “gestão“ ao privilegiar determinadas áreas da cidade, abrindo avenidas, destruindo bairros, fechando ruas, impedindo usos e determinando outros, acaba por outro lado permitindo o deslocamento dos habitantes e valorização/desvalorização de alguns territórios da cidade, o que acentua a desigualdade social (CARLOS, 2007).

Na mesma perspectiva, Harvey (1980) diz que as práticas dos atores sociais faz com que a cidade apresente uma diferenciação social a partir do padrão das construções, do uso do solo e da forma como se deu sua ocupação. E que em termos da distribuição de renda e o território urbano observa-se uma estreita relação entre a qualidade do território urbano e a renda das populações que ali vivem.

Normalmente, as áreas mais bem urbanizadas e ordenadas concentram populações de classes sociais médias e altas, com elevado poder aquisitivo e as áreas menos urbanizadas e ordenadas concentram populações em sua maioria de classes sociais mais baixas. Isto se justifica, por um lado, a sua má distribuição de renda entre as várias classes sociais e por outro lado, pela falta de políticas sociais eficientes e eficazes por parte do Estado que visem uma boa distribuição de renda e desenvolvimento sustentável aos seus vários grupos sociais.

Harvey (1980) afirma que a organização territorial e o padrão de investimento na sociedade deveriam ser tais que satisfizessem as necessidades da população. Isto permite reduzir desigualdades sociais e alguns conflitos que acontecem na sociedade atual. Segundo o autor, a distribuição de renda nos sistemas territoriais deve ser justa de forma que possa ter um desenvolvimento equilibrado nos territórios. Essa distribuição justa de renda, conforme Harvey (1980), não é presenciada na cidade da Praia quando se avalia a organização social e o padrão de investimento local.

Por fim, o uso do território no espaço urbano (cidade) é cada vez mais complexo devido às ações realizadas pelos diferentes atores sociais por meio da relação de poder e o acesso ao capital. É neste sentido que o ordenamento territorial torna-se uma ferramenta importante no controle e prevenção das ações realizadas pelos atores e melhoria de condição de vida.

1.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Atualmente, as ideias que se tecem sobre os territórios põem em evidência a questão do ordenamento. Tendo em conta que o território é modelado pelas ações dos atores sociais e segundo diferentes interesses econômicos, políticos, sociais e culturais, o ordenamento procura enquadrá-los, levando em conta que o território, os atores sociais e as ações formam um sistema que deve ser analisado atendendo às interações e relacionamentos entre os diferentes elementos (CORREIA; TAVARES, 2016).

O termo “ordenamento do território” foi utilizado oficialmente pela primeira vez em França, em 1950, por Claudius Petit (Ministro da Reconstrução e do Urbanismo), que definiu o ordenamento do território como a procura, no quadro geográfico da França, de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e das atividades econômicas (OLIVEIRA, 2015). Em relação aos fundamentos conceituais, Condensso (2004) diz que o processo de ordenamento do território é uma atribuição contemporânea, que se desenvolveu no início do século XX no Reino Unido e na Alemanha, e que acabou por se generalizar somente a seguir à Segunda Guerra Mundial, cuja finalidade é dar respostas globais aos problemas que a ocupação, o uso e a transformação do espaço têm trazido para a sociedade.

A Carta Europeia do Ordenamento do Território, aprovada pelo Conselho da Europa em 1983, define o território como a tradução espacial das políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade, sendo simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e

integrada, tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do território. Deve-se ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais, que influenciam a organização do território, o carácter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições socio-econômicas e ambientais, sendo importante conciliar estes fatores da forma mais harmoniosa possível (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Lima (2012), no caso de Cabo Verde, em 1985 foi criada a primeira Lei de Bases do Ordenamento do Território Nacional e do Planeamento Urbano (Lei nº 57/II/85), com o objetivo de resolver as questões habitacionais. A lei criada mostrou-se inadequada aos problemas existentes, não conseguindo fazer face ao crescimento acelerado dos principais centros urbanos, principalmente a cidade da Praia, onde a expansão das áreas residenciais clandestinas já era notório. Assim, no ano de 1993 foi descrito oficialmente o conceito do ordenamento do território pela Lei de Bases da Política do Ambiente (Lei nº86/IV/93, de 26 de Junho), que o considera como o processo integrado da organização do espaço biofísico, tendo como objetivo o uso e a transformação do território, de acordo com as suas capacidades e vocações, e a permanência dos valores de equilíbrio biológico e de estabilidade geológica, numa perspectiva de aumento da sua capacidade de suporte de vida.

Estas diferentes perspectivas do ordenamento do território não deixam de realçar que este tem por objetivo principal um desenvolvimento equilibrado e sustentável dos territórios. Embora nem sempre todos os territórios conseguem atingir o objetivo principal do ordenamento do território.

No quadro legislativo atual de Cabo Verde, o conceito do ordenamento do território é enquadrado na Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico (Lei nº85/IV/93, de 16 de Julho), modificada com o Decreto-Legislativo de 13 de Fevereiro de 2006 e posteriormente revista pelo Decreto-Legislativo de 21 de Junho de 2010, que entende o ordenamento do território como o resultado espacial de um conjunto de ações políticas, técnicas e administrativas, entre si coordenadas e compatibilizadas, por forma a promover um desenvolvimento equilibrado das regiões e dos núcleos de povoamento, proteção do ambiente e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (LIMA, 2012).

Segundo Mendes (1997), o ordenamento do território estava associado às políticas regionais de carácter económico, num contexto em que o desenvolvimento era visto como consequência da industrialização (indústria como fator principal de desenvolvimento). Nessa altura, predominava a visão funcionalista, ancorada na divisão hierárquica e funcional do espaço e na estratégia dos polos de crescimento, na ideia de que os setores mais dinâmicos e

propulsores (indústrias potentes e inovadoras), a partir de polos específicos, difundiam depois para outros territórios, impulsionando assim, o desenvolvimento regional/local. Ainda o mesmo autor afirma que os resultados das políticas de desenvolvimento industrial baseados nos polos de crescimento trouxeram reflexos negativos muito além dos seus efeitos positivos. Nesse contexto, Tavares (2014, p.17) afirma que:

O fenômeno da urbanização crescente das sociedades impôs exigências de ocupação que ultrapassaram os limites da urbe, tendo surgido assim, uma nova abordagem, independente do urbanismo, dedicada a estabelecer metodologias para a ocupação racional do território numa perspectiva mais ampla, e que presta grande atenção à expansão dos núcleos urbanos, à localização das infraestruturas e seu impacto sobre os aspectos ambientais. Porém, a crise dos anos 70 do século passado fez com que o ordenamento do território, enquanto instrumento de planejamento econômico e equilíbrio regional, perdesse protagonismo, associado à perda progressiva do papel do estado devido à pressão dos agentes econômicos no sentido da liberalização da economia.

Na realidade atual, conforme Oliveira (2015), o ordenamento do território surge como uma política pública que fornece uma visão global dos problemas que as implantações territoriais e atividades humanas colocam, articulando as várias políticas setoriais que incidem sobre o território de forma a coordená-las. Ainda de acordo com a autora, no sentido lato, o ordenamento do território é a aplicação ao solo de todas as políticas públicas, designadamente econômico-sociais, urbanísticas e ambientais, visando a localização, organização e gestão correta das atividades humanas, de forma a alcançar um desenvolvimento regional harmonioso e equilibrado. Nesta perspectiva, todos os poderes públicos setoriais estão incumbidos, em maior ou menor medida, de ordenar o território.

Na visão de Tavares (2014), para que um território seja bem ordenado, tem que se levar em conta alguns princípios relevantes como: interesse público, em que a intervenção do Estado e dos poderes públicos sobre o território deve prosseguir sempre finalidades de interesse coletivo e não interesses particulares; sustentabilidade, que preconiza a conservação, salvaguarda, proteção e valorização dos recursos do território (ambiental, cultural, natural) assegurando a satisfação das necessidades presentes sem comprometer os recursos das futuras gerações; subsidiariedade, apostando em processos descentralizados; equidade, no sentido de garantir o acesso aos recursos e oportunidades territoriais.

Nesta lógica, o autor aponta como os objetivos principais do ordenamento do território:

- O desenvolvimento equilibrado das regiões, apoiando as regiões deprimidas e contendo o crescimento rápido e desmesurado de outras estimular a transferência de tecnologias, melhorar o reforço da rede urbana, proteger as zonas rurais, orientar a

localização das atividades econômicas, dinamizar e capacitar os recursos humanos, definir as redes de infraestruturas e equipamentos sociais;

- A melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das pessoas por meio do seu acesso ao uso de serviços e infraestruturas públicas e do patrimônio natural e cultural seja por meio da criação de empregos, acesso à habitação, dotação de equipamentos, lazer e a um ambiente sadio com qualidade;
- A gestão responsável dos recursos naturais e proteção do meio ambiente que implica, gerir os conflitos entre a procura crescente de recursos naturais e a necessidade da sua conservação, de forma a compatibilizar com a satisfação das necessidades crescentes de recursos, assim como o respeito pelas peculiaridades locais, gerir de forma responsável o solo como suporte de atividades, conservar os recursos naturais, os ecossistemas, o ar, a água, a paisagem, belezas naturais e o patrimônio cultural e arquitetónico;
- Utilização racional dos recursos, aceitando a complementaridade e uso múltiplo do solo, controlando a implementação das atividades balizada por um adequado planejamento de forma a garantir a salvaguarda do interesse coletivo.

Porém, segundo autor o ordenamento do território permite reduzir fenômenos de criminalidade e aumentar o sentimento de segurança por permitir qualificar o território, garantir melhor legibilidade, visibilidade e acessibilidade do território. No entanto, um território ordenado pode contribuir para a redução da violência e crime e para mitigar o sentimento de insegurança. Assim, “ordenar implica ter território com dinâmica de atividades, acessíveis, permeáveis, legíveis, com um sentido correto de orientações e isto facilita os trabalhos das autoridades e inibe a prática dos crimes” (TAVARES, 2014, p. 21).

Levando-se em conta que a violência e criminalidade são problemas que estão inseridos no contexto do território, no tópico abaixo faz-se uma discussão a volta desses conceitos.

1.3 TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

A violência e a criminalidade são conceitos polissêmicos podendo assumir uma definição moral ou legal a depender da área do conhecimento explorada (GOMES, 2016). Nesta mesma reflexão, Lira (2014) realça que a violência e a criminalidade não são assumidas apenas como conceitos teóricos das Ciências Sociais e Humanas, mas são apropriadas como

evidência empírica de uma série de dilemas da organização do território urbano e da administração de conflitos sociais. Também como elementos-chave da desigualdade e a garantia e manutenção da paz e de direitos.

Segundo Batella (2008), a Geografia há algum tempo contribui para estes debates, uma vez que a criminalidade guarda entre si um forte componente territorial, que se faz notório por meio da identificação de padrões específicos em sua distribuição territorial. Mas, os geógrafos avançaram muito pouco em construções teóricas que visam entender e explicar o fenômeno da violência e da criminalidade. As contribuições dos profissionais desta área se materializam em grande medida nos trabalhos empíricos, que tratam das relações entre a violência e o crime e seus condicionantes clássicos, sobretudo aqueles ligados aos aspectos socioeconômicos, demográficos e ambientais.

De acordo com as ideias de Batella (2008), Correia, Chagas e Tavares (2016), a violência e criminalidade são um dos principais problemas enfrentados pelos moradores das grandes cidades. Além das vítimas diretas, são responsáveis pelo sentimento de insegurança e pelo medo que afligem grande número de pessoas, alterando paisagens e comportamentos. O sentimento de insegurança e o medo, que permeiam a sociedade, fazem com que o crime apareça como uma preocupação cotidiana. Essa preocupação, que se agrava com as divulgações de estatísticas policiais em relação aos dados dos crimes nas diferentes cidades do mundo, gerou um maior engajamento de diversas áreas do saber em estudos acerca dos fatores correlatos da violência e ao crime, o que culminou numa literatura vasta e diversificada, indicando tratar-se de fenômenos complexos.

Desde os tempos mais remotos a violência e a criminalidade têm habitado o imaginário individual e coletivo de muitos grupos sociais. São problemas que afetam todas as classes sociais, seja a classe baixa, média e alta. Segundo Odalia (1985, p. 13): “o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que se recua no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces”. Dessa forma, pode-se afirmar que o crime se manifesta desde um passado antigo, no qual a luta pela sobrevivência e por território incitava os seres humanos a disputas físicas, até o período atual, quando o pensar e o agir em função da violência deixaram de ser atos circunstanciais, para se transformarem numa forma de ver e de viver do homem, principalmente daquele que habita as grandes cidades (ODALIA, 1985). Por isso, a definição da violência e da criminalidade não constitui uma tarefa simples, pois estes conceitos têm uma perspectiva histórica.

Na discussão feita por Chagas (2014), há vários equívocos quando o assunto é a violência ou criminalidade, pois existe muito preconceito em relação a este tema, como por

exemplo, quando sua mensuração é realizada por indicadores que quase sempre são exclusivamente socioeconômicos tentando demonstrar que os crimes são inerentes às regiões mais pobres da cidade. Na mesma linha, o mesmo autor diz que a violência e a criminalidade disseminam-se por todas as classes sociais. Ricos e pobres são afetados com esses problemas. A diferença nesse contexto do espraiamento da violência é que os primeiros possuem condições econômicas de se protegerem com tecnologias que garantem uma falsa sensação de segurança, enquanto o segundo grupo, por não ter esses diferenciais, torna-se a parte mais vulnerável de todas as formas que a violência contém. O que se percebe é que existe uma tipificação do crime conforme o bairro estudado. Nas áreas periféricas, os crimes violentos são mais comuns, enquanto que nas áreas mais elitizadas são perceptíveis os crimes contra o patrimônio, furto e roubo.

Segundo Chagas, Silva e Palheta da Silva (2014), quando se fala de violência e/ou criminalidade e busca uma relação com o território, pode-se perceber que a primeira é o recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada por meio do contexto de suas peculiaridades. Neste sentido, segundo estes autores, o território é reflexo de diversas variáveis sociais, como a pobreza, desigualdades sociais e qualidade de vida, que estão relacionadas a valores econômicos, políticos, culturais, sociais e morais e a violência/criminalidade pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência e do crime.

Haesbaert (2014) afirma que o aumento da desigualdade e do volume da precarização social, um dos principais componentes reveladores da condição de insegurança e descontrole territorial na atualidade, não implica apenas a instabilidade e fragilização territorial, mas também novas formas de fechamento que incluem a própria “exclusão” de territórios ao usufruto dos grupos sociais e ao mesmo tempo gerando conflitos entre eles.

Os crimes estão intimamente ligados aos territórios e as relações sociais enraizadas no indivíduo promotor de tal crime. Referente a isso, um complexo processo de territorialização e de hegemonização estão na raiz da violência que afeta vítimas e criminosos (ALVAREZ, 2015). Neste sentido, a apropriação e o entendimento da violência caminham em paralelo aos processos de hegemonização e territorialização, particulares a cada espaço social, onde a sobreposição de ações e territórios pode influir para a formação de conflitos.

Em muitos países, a preocupação com o aumento da taxa de criminalidade se centra na problemática mais vasta da insegurança. A questão da insegurança ascendeu à categoria de preocupação nacional. Na Europa Ocidental, a criminalidade sofreu um recuo significativo na primeira metade do século XX, embora, a partir dos anos sessenta desse século tenha

novamente aumentado a taxa de criminalidade, essencialmente devido a crimes contra o patrimônio, mantendo-se, todavia, a taxa dos crimes contra pessoas, incluindo o homicídio, com valores abaixo dos registados no início desse século (CAIADO, 2013).

Ao longo da segunda metade do século XIX, as manifestações criminais alteram-se, tanto a nível quantitativo como na tipologia dos crimes predominantes. Com efeito, no último quartel do século, a criminalidade adquire novas características, refletindo as alterações gerais de que o país era palco. Desta feita, a incidência do crime toma maiores proporções, um acréscimo todo ele feito à custa do aumento dos pequenos delitos (CAIADO, 2013).

Segundo Felix (1996), a criminalidade nos centros urbanos não provém somente das desigualdades sociais existentes, mas sim existem outros fatores tais como: o processo de segregação espacial, o qual ocasiona uma expansão urbana desigual com a criação de bairros sem condições de proporcionar vida digna aos seus moradores; usos de drogas; desemprego; falta de educação e políticas sociais e entre outros. Nesta mesma linha de pensamento, Rebelo (2015, p. 26), diz que:

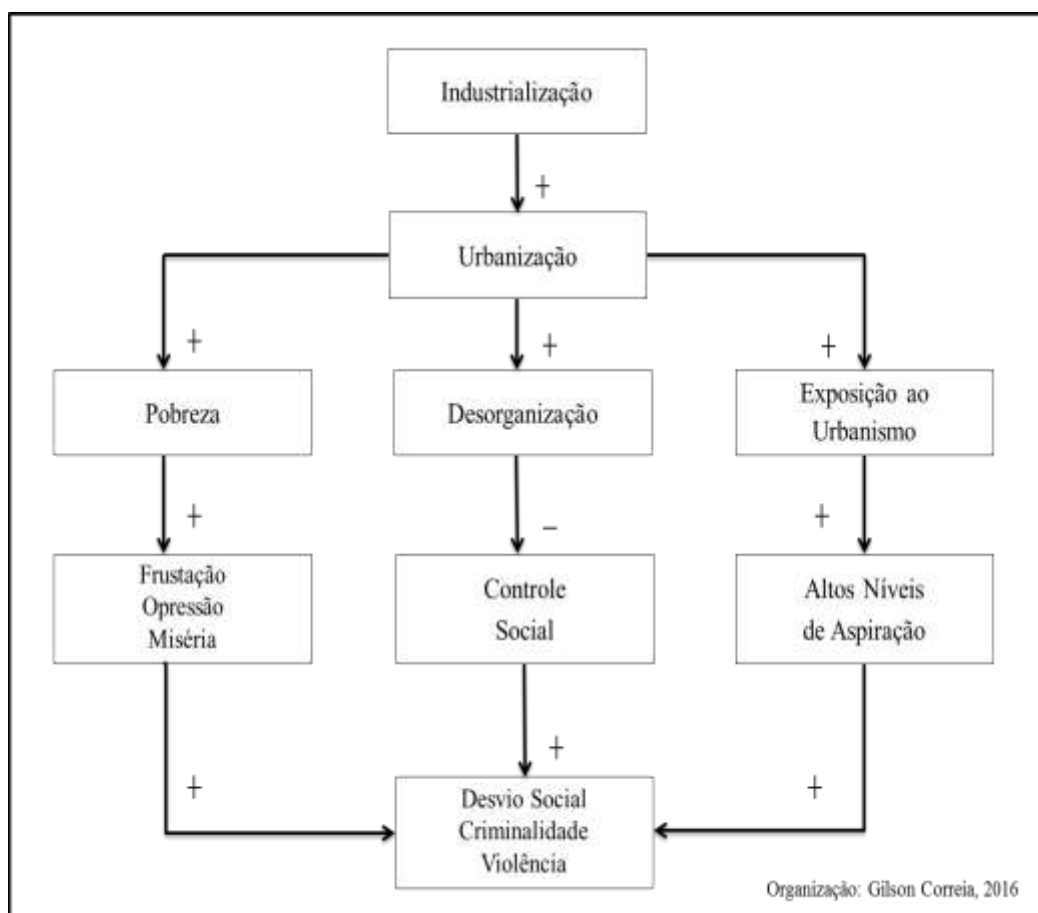
Embora, atualmente, muito se tem alegado que a criminalidade decorre da pobreza e desigualdade social, entendidos desse fenômeno alertam para o fato de estes não serem, por si só, um fator determinante. É certo que a criminalidade existe em todas as camadas. Pesquisadores desse fenômeno recusam, simplesmente, a generalização dessa teoria, argumentando que entre as classes média e alta, em que a fraude era o crime predominante, os jovens também estão cometendo assaltos, pois a mensagem que estão a passar aos mesmos é que ser malfeitor (bandidos, violento, etc.) é ser herói ou vítima. Várias situações de domínio público apontam, também, para um cenário semelhante na nossa sociedade. À luz de algumas abordagens contemporâneas, não é consensual a assunção de uma causa única como fator determinante para aumento da violência e criminalidade. Sendo um fenômeno complexo, o mesmo tem causas múltiplas, o que requer uma análise dinâmica e abrangente para a sua compreensão.

No entanto, é a conexão dos referidos fatores mencionados no parágrafo anterior a responsável pelo aumento da criminalidade no centro urbano e não a atuação isolada de cada um deles. Os problemas sociais mencionados principalmente nos territórios ocupados pelos mais pobres, a periferia urbana, apresenta-se como *locus* principal de habitação dos hegemonizados, estes também buscam algum tipo de hegemonização. É principalmente nestes territórios que ocorrem as principais violências: a exploração econômica, social e política. Desta forma, o processo de sobreposição dos poderes, ou melhor, sua manifestação em face de territorialização, cria territórios diferentes, isto constitui um dos artifícios provenientes das relações de hegemonização social, indicando a gênese particular dos territórios (ALVAREZ, 2015). A partir desta realidade, Alvarez (2015, p. 26) comenta:

A periferia urbana abre campo para diferentes formas de territorialidade, ou melhor, possibilita inúmeras formas de territorialização tanto de cunho econômico, cultural, político, bem como possibilita a territorialização pelo laço da identificação com um determinado grupo e sua estratégia de sobrevivência, ou de hegemonização. É na periferia urbana, principalmente nos territórios criados para abrigar os pobres expulsos do centro urbano, que ocorre de forma constante todo tipo de violência estabelecida como crime pela moral dominante, este se descreve como toda ação que aplicada desafie os princípios sociais já estabelecidos, o crime é então umas das formas de coagir ações que cominem em “desordem”.

Desta maneira, segundo Paixão (1983 apud BATELLA, 2008), os processos rápidos de industrialização e urbanização provocaram fortes movimentos migratórios na maioria das cidades, gerando concentração ampla de massas isoladas e ao mesmo tempo, carentes de controles sociais espontâneos próprios da família, da comunidade ou da religião nas periferias dos grandes centros urbanos, sob condições de extrema pobreza e desorganização social e expostas a novos comportamentos e aspirações mais elevadas, inconsistentes com as alternativas institucionais de satisfação disponíveis. Essa relação pode ser observada no seguinte modelo representado na Figura 03.

Figura 03: Modelo de relação entre urbanização e criminalidade.



Fonte: Adaptado de Batella, 2008.

A partir do modelo apresentado na Figura 03, nota-se que a relação não se prende única e somente à simples analogia entre urbanização, pobreza e criminalidade. Mas sem negá-la, pois a relação existe, o autor procura não radicalizar o processo de desvio social, violência e criminalidade ao simples estado de pobreza, pois ele mostra que existem outros fatores associados que contribuem para a prática dos crimes (BATELLA, 2008). Segundo Vaz, Barros e Fernandes (2011), a pobreza assume particular relevância e características muito próprias nos espaços urbanos, onde é maior a pressão demográfica, proliferam os bairros degradados e de habitação social, o consumo e tráfico de drogas, as maiores taxas de desemprego, situações de exclusão social, o crime e, em especial, o medo do crime.

Ainda, de acordo com Batella (2008), um outro aspecto que merece ser pontuado é o fato de que nas áreas centrais/urbanizadas a criminalidade assume um caráter específico, qual seja, há um predomínio de crimes contra o patrimônio, em detrimento das áreas periféricas ou pouco urbanizadas, marcada por uma maior concentração de crimes contra a pessoa. Para Felix (2002 apud BATELLA, 2008, p. 39-40):

Tal fenômeno é caracterizado pela impessoalidade das relações urbanas, pelo afrouxamento dos mecanismos de controle social informal, pelo anonimato diante do grande número de pessoas, bem como pela fraca estrutura da vida familiar. No entanto, no meio rural, ambiente marcado por uma menor presença do individualismo, forte identificação do grupo e mais mecanismos de controle social informal, a maior incidência de crimes que atentam contra a vida se caracteriza por relações interpessoais conflitantes.

Sendo assim, Chagas, Silva e Palheta da Silva (2014) realçam que o aumento demasiado da violência e crime nos últimos tempos possibilitou o surgimento da ideia de que nos territórios pobres e periféricos a violência e o crime aparecem de forma mais intensa, quando comparada aos territórios elitizados, porém o que acontece é que a violência e o crime se apresentam em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as peculiaridades dos mesmos, o que depende da relação do homem e da territorialidade. Segundo Silva (2012), nem todos os bairros pobres registram elevados índices de criminalidade, mas, aqueles em que alguns indicadores ecológicos de mobilidade residencial, heterogeneidade, desestruturação familiar e elevada taxa de desemprego se combinam, nota-se um processo que conduz ao enfraquecimento, ou ruptura, das instâncias formais e informais de controle. “Nesse caso, a capacidade organizacional dos residentes torna-se reduzida e a probabilidade de ocorrência de comportamento criminoso é aumentada significativamente” (SILVA, 2012, p. 42).

Entretanto, é de se afirmar que nos territórios elitizados, dependendo do tipo, a violência e o crime aparecem de fora para dentro, oriunda da periferia, onde o indivíduo é facilmente influenciado e excluído socialmente e acaba levando o crime para outros territórios. Os criminosos tomam o poder nos territórios periféricos e passam a cometer delitos também nos territórios elitizados, onde existem as maiores atrações (CHAGAS, 2014). Essa realidade é bastante presente nos bairros da cidade da Praia (Achada Santo Antônio e Palmarejo).

Dessa forma, **os territórios** onde há baixa estrutura organizacional de família, igrejas, centros comunitários e mesmo a participação do Estado, como é o caso de bairros pobres ou áreas de invasão, passam a ser um ponto propício para o surgimento da criminalidade e da violência. Assim, fica mais difícil o controle social e auxilia na proliferação da violência e da criminalidade, uma vez que a sociedade local não consegue se mobilizar para impedir tal situação, permitindo a proliferação da ação de grupos de criminosos que disputam o território (CHAGAS, 2014, p. 189-190) [grifo do autor].

A realidade é que os passeios e as cavaqueiras dos nossos idosos pelas ruas, caminhos e praças foram, aos poucos, sendo substituídos pelas angústias das cadeiras, estrategicamente, colocadas em varandas gradeadas, o que Lira (2014) chama de arquitetura do medo. As brincadeiras das crianças nas ruas já nem sequer têm piada, porque fora de casa têm que ser acompanhadas por causa do medo de ser assaltados, roubados e sequestrados. Por outro lado,

os espaços públicos, hoje, já não traz aquele conforto tradicional de companheirismo, isso sem referir a energia e o desperdício com os alarmes, as noites mal dormidas e até as famílias destruídas por causa de atitudes impensadas, por desespero de alguém que, erradamente, não conseguiu controlar a tentação de fazer justiça com as próprias mãos. Enfim, até casos de perdas de vidas humanas que podiam ser evitados se a reeducação e a punição corretas e justas fossem práticas oportunas em momentos apropriados (REBELO, 2015).

Nesta linha, Lira (2014), na sua obra “Geografia do crime e arquitetura do medo”, diz que a violência e a criminalidade influenciam a construção, composição e organização territorial da cidade contemporânea na mesma medida que o urbano influencia a consumação ou não de determinados crimes. “A primeira parte desta afirmativa pode ser corroborada pela arquitetura do medo⁴, desvalorização econômico-funcional de regiões que apresentam altos índices criminais e pela fragmentação sócio-espacial” (LIRA, 2014, p. 66). Da mesma forma, tais fatores também podem potencializar a violência. Ainda de acordo com o autor, estudos projetuais apontam que características arquitetônicas, como ineficiência na iluminação externa de residências, existência de ruas estreitas (becos), facilitam o cometimento de roubos, assaltos e arrombamentos.

Nesta perspectiva, Cruz e Sá (2013), afirma também que as características dos meios urbanos, como dimensão, densidade e heterogeneidade da sua população, influenciam a prática de atos delituosos, pois determinam as formas de controlo social e conseqüentemente as oportunidades para a execução de crimes. O território em si não é o fator preponderante, mas a forma como este é usado, produzido, ordenado e gerido pode facilitar ou dificultar ocorrências criminais. Além disso, o medo da violência e do crime se tornou mais um problema a ser enfrentado, pois, ele vem mudando hábitos e alimentando sentimentos de insegurança na maioria das cidades, sendo a cidade da Praia, um exemplo disso.

A respeito do sentimento de insegurança, são relevantes as opiniões de amigos, familiares ou vizinhos que, a partir de leituras pessoais, muitas das vezes condicionadas por outras fontes de influência, acabam induzindo a comportamentos territoriais⁵. Além das

⁴ Ver Lira (2014).

⁵ Medo de determinados locais, ou seja, criação de topofobias do lugar, isto é, imagens negativas e desagradáveis de determinados locais ou territórios. Esse medo do lugar se constrói o contraste muito comum nas cidades, marcadas por uma imagem positiva e agradável das áreas economicamente mais prósperas, e uma imagem negativa e desagradável dos locais que apresentam maiores privações. Assim, os lugares mais pobres criam maior sentimentos de medo e insegurança, tornando esses territórios repulsivos ou pouco frequentados pela maior parte da população. Entretanto, a realidade que se percebe é condicionada pelos valores do observador, uma vez que a percepção do espaço/território é muito influenciada pelos padrões culturais nos quais estão inseridos os indivíduos (VAZ; BARROS; FERNANDES, 2011).

opiniões pessoais, entram ainda os conteúdos e os meios de divulgação dos mesmos com origem na comunicação social (televisão, rádio, jornais e internet). Sendo a criminalidade um tema mediático, os meios de comunicação de massas, enquanto instrumentos de construção de opiniões e de publicidade, surgem na primeira linha da modelação da imagem de (in)segurança de cada território (VAZ; BARROS; FERNANDES, 2011).

Conforme os autores citados, a heterogeneidade característica das áreas urbanas, a coexistência espacial de atores com diferentes graus de poder político, com diferenças econômicas, sociais e étnicas é vista como um elemento potenciador das práticas criminais. No entanto, o agravamento das condições socioeconômicas dos delinquentes, assim como a percepção da sua condição de marginalidade e desigualdade relativamente a outros segmentos da sociedade, acaba por levar ao aumento de comportamentos desviantes, que se irão traduzir no aumento de crimes contra as pessoas e no aumento da percepção de insegurança por toda a sociedade.

Para além disso, acrescentam-se outros fatores que se associam às políticas de construção da cidade, em muitos casos definindo áreas-sombra, corredores marcados pela velocidade, espaços que, a determinadas horas e em determinadas circunstâncias, se tornam territórios de poucos e lugares com difícil regulação das práticas sociais. Em muitos casos, a ausência de iluminação pública e sistemas eletrônicos de vigilância.

Na realidade atual, aspectos relativos ao ordenamento e gestão do território, *design* e uso do território são trazidos ao debate e revelados como influenciadores da violência e da criminalidade urbana (CRUZ; SÁ, 2013). Esses autores afirmam que existe uma variedade de características físicas e sociais dos territórios que os tornam atrativos e facilitadores para a prática dos diferentes crimes que acontecem nas nossas sociedades. Algumas dessas características são destacadas por Vieira (2002), como: a falta de clareza na definição de territórios, a existência do território de difícil acessibilidade e visibilidade (ruas estreitas e mal iluminadas), o que dificulta a circulação de pessoas e viaturas, a falta de equipamentos públicos/coletivos e a ausência de circulação de pessoas e policiais, que possibilita uma vigilância natural dos territórios. De acordo com Correia e Tavares (2016), há que planejar os territórios e desenhar as edificações na perspectiva de prevenção do crime e combater a desordem urbana, os abusos sobre o território e as práticas sociais e econômicas lesivas ao bom convívio. Com isto é possível diminuir as oportunidades criminais e mitigar o sentimento de insegurança. A partir da contribuição desses autores, pode-se afirmar que um território bem ordenado apresenta menor intensidade de ocorrência dos crimes e permitirá melhor visibilidade e acessibilidade no combate à criminalidade.

De modo geral, as teorias dos autores trabalhadas aqui neste estudo, contribuem para o entendimento do tema em questão. Pois, é de realçar que tanto o território como a violência e a criminalidade envolvem relações do poder.

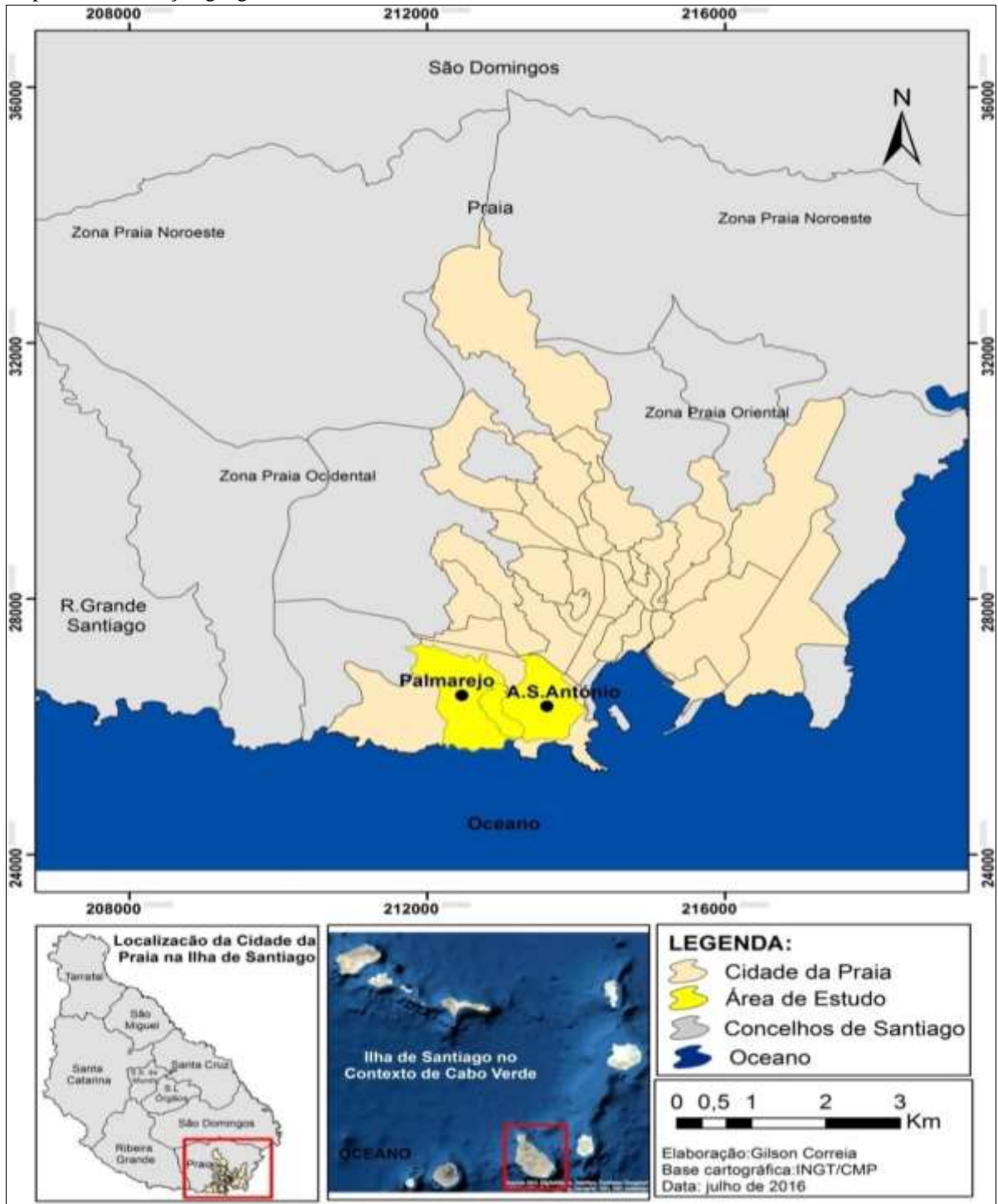
CAPÍTULO II - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DA PRAIA E DA ÁREA DE ESTUDO

2.1.1 Cidade da Praia

A cidade da Praia é a capital de Cabo Verde, país-arquipélago no Oceano Atlântico, a oeste do Senegal. Está localizada a sul da ilha de Santiago (Mapa 01). Apresenta fronteiras com o Concelho de São Domingos a Nordeste e com o Concelho de Ribeira Grande de Santiago a Sudoeste.

Mapa 01: Localização geográfica da cidade da Praia.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT, CMP e Google Earth.

A cidade da Praia é o maior centro urbano e populacional do país, comportando uma população residente de 130.271 habitantes, sendo 66.804 do sexo feminino (51,26%) e 63.467 do sexo masculino (48,71%). A maioria da população tem idade compreendida entre 15 a 64 anos (64,83%) (Tabela 01).

Tabela 01: Quantidade e percentagem de residente da cidade da Praia, em 2010, por sexo e idade.

Idade	Sexo					
	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
< 15	20540	15,75	20550	15,78	41090	31,56
15 a 64	43282	33,25	41119	31,58	84401	64,83
≥65	2941	2,26	1755	1,35	4696	3,61
Total	66804	51,26	63467	48,71	130271	100

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do INE (Censo 2010).

De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Nacional de Estatística (INE), a cidade da Praia tem uma taxa de desemprego, estimada em 11,30%, superada apenas por São Vicente com 14,80% e superior à média nacional que era de 10,70% (INE, 2010). Segundo a mesma fonte, a camada da população mais afetada pelo desemprego pertence à faixa etária dos 15 aos 24 anos, de ambos os sexos, com uma taxa de 25%. Essa taxa de desemprego é mais elevada no sexo feminino. Com base nesta análise, pode-se realçar que o desemprego afeta com maior intensidade a camada jovem.

Ao analisar a população desempregada por bairro (Mapa 02), nota-se que os bairros de Achada Santo António, Palmarejo, Eugénio Lima, Safende, Calabaceira, Vila Nova e Ponta d'Água registram maior número de população desempregada⁶ em relação aos outros bairros da cidade da Praia (INE, 2010). Esse elevado registro da população desempregada nos diferentes bairros mencionados acima se justifica por um lado, pelo êxodo rural, deslocação de pessoas do interior da ilha de Santiago e outras ilhas do arquipélago para a cidade da Praia em busca de melhores condições de vida, uma vez que esta cidade oferece melhores oportunidades em termos de serviços e comércio (maiores atratividades).

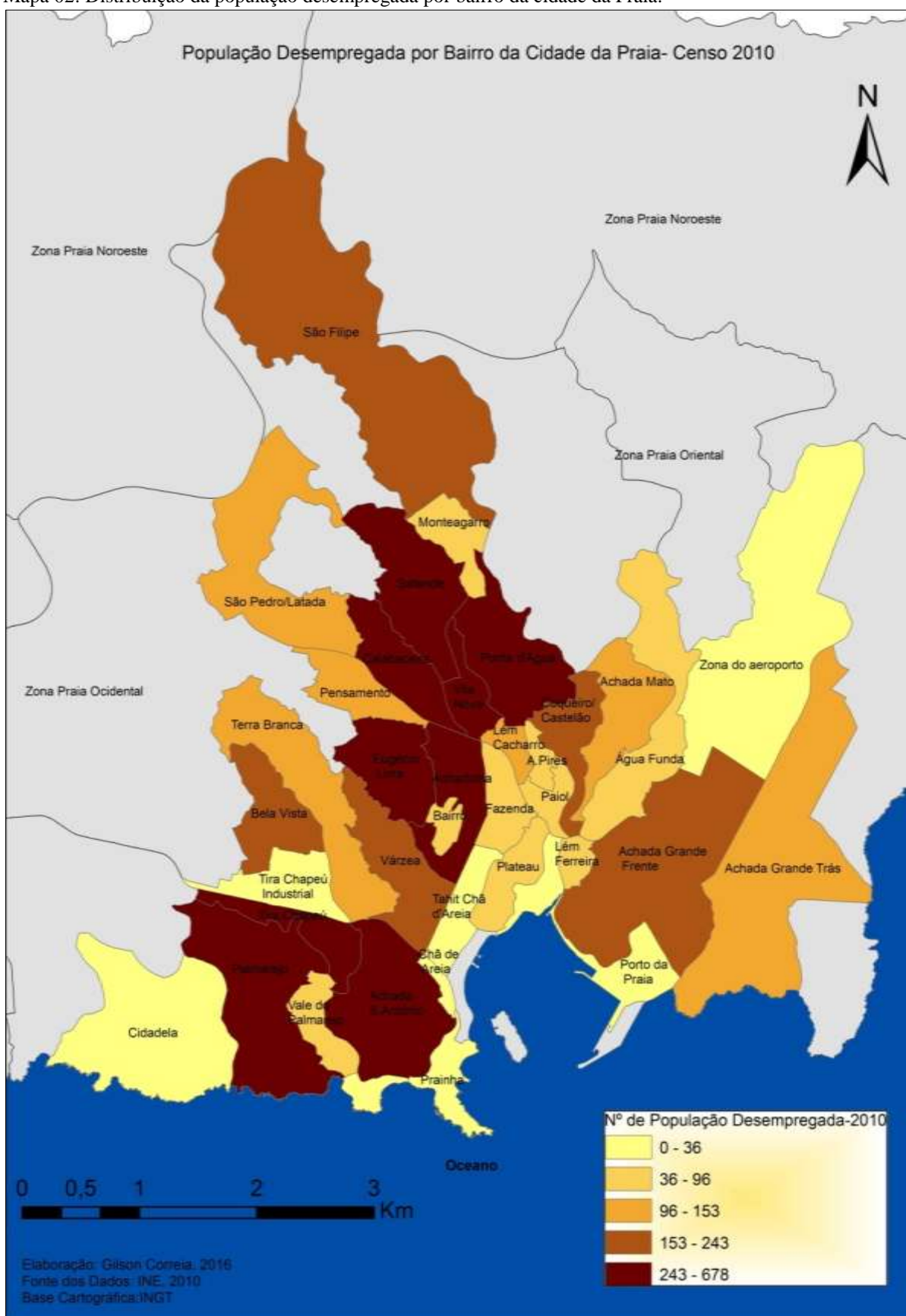
Uma boa parte dessas pessoas que se deslocam do interior para a cidade acaba por não conseguir um emprego que permita melhorar as suas condições de vida procuradas no momento e por outro lado, existe uma fraca oferta do emprego por parte das autoridades competentes. No entanto, tudo isto faz com que aumente o número da população

⁶ Esse número de população desempregada comparado com a outra realidade, não parece tão significativo porque uma boa parte está incluída na população inativa.

desempregada nesses bairros. E essas pessoas por não terem um emprego que lhes permita construir os seus assentamentos nas áreas centrais da cidade e ao mesmo tempo pagar aluguel, procuram as áreas periféricas (onde os terrenos são mais baratos e com deficiente fiscalização por parte das autoridades competentes), para construírem e se instalarem. Muitas das vezes, acabam por ocupar as áreas de riscos (encostas acentuadas, leitos de ribeiras e fundo dos vales).

Sendo assim, é de se afirmar que esse elevado número de população desempregada, principalmente nos bairros de pesquisa (Achada Santo António e Palmarejo) é concentrado, na maioria dos casos, nos territórios mais problemáticos (Brasil, Kelém, Dinós, Parte de Meio de Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo, Casa Lata, Vale do Palmarejo e Monte vermelho).

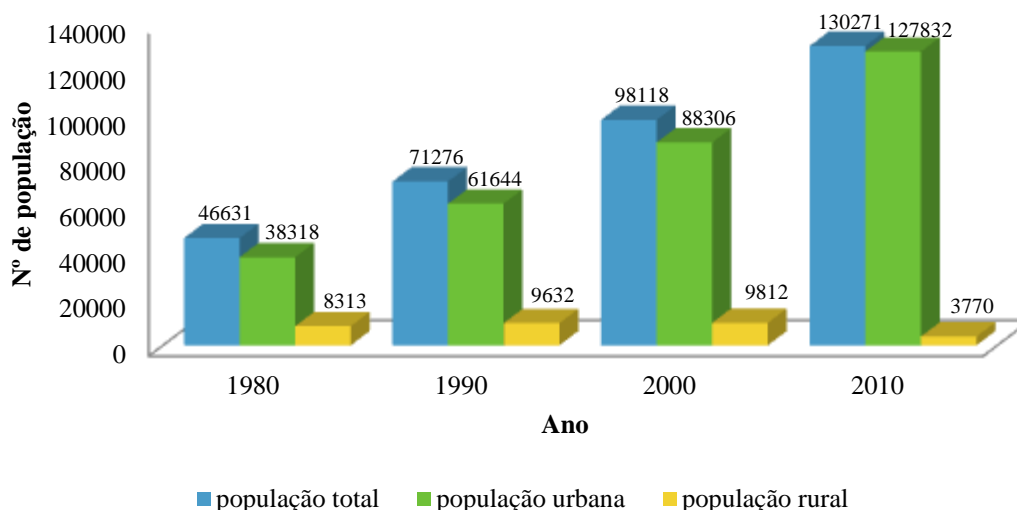
Mapa 02: Distribuição da população desempregada por bairro da cidade da Praia.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INE (Censo 2010).

De acordo com o Gráfico 01, pode-se observar que a cidade da Praia teve um crescimento da população urbana muito rápido, onde as áreas espontâneas, nas formas em que hoje se apresenta o ritmo de construções, são crescentes e uma boa parte sem ordenamento e planejamento.

Gráfico 01: Evolução da população da cidade da Praia de 1980 a 2010.

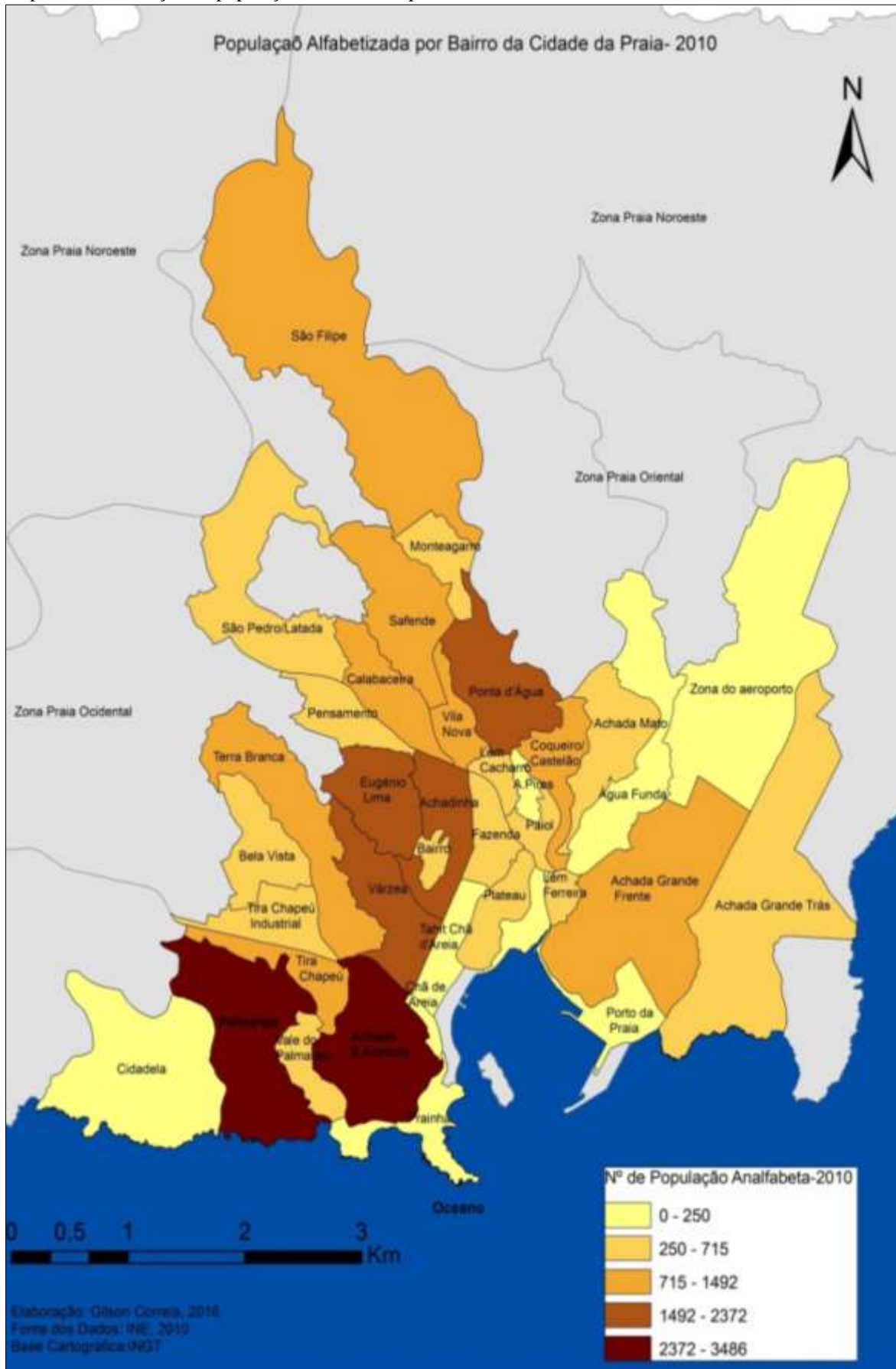


Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INE (Censo 1980 a 2010).

Esta cidade, por ser considerada o capital do país, atrai pessoas de várias outras cidades e localidades de Cabo Verde e não só também dos outros países (imigração). Como capital, constitui o principal pólo de investimentos, oportunidades e atratividades. E isto, resulta um crescimento da população urbana, o que de certo modo por não ser totalmente controlado, contribui para agravar os problemas urbanísticos da cidade.

Por outro lado, esse crescimento da população urbana é acompanhada pelo aumento do desemprego, principalmente na camada jovem e pelo alto número da população alfabetizada (Mapa 03), o que torna um fator de vulnerabilidade perante alguns problemas urbanos. Tendo em vista a importância do fator educação sobre o fenômeno da violência e da criminalidade, nota-se que na cidade da Praia, em termos de distribuição da população alfabetizada por bairros (Mapa 03), registra-se alto número da população analfabeta nos bairros de Achada Santo António, Palmarejo, Achadinha, Várzea, Eugénio Lima e Ponta d'Água (legenda cartográfica com cores fortes). Analisando esse alto número de população analfabeta é de se realçar que isto se justifica pela alta concentração da população de baixa renda nesses bairros, pelo abandono escolar, condições financeiras, falta de apoio das famílias e pouco interesse pelo estudo.

Mapa 03: Distribuição da população alfabetizada por bairro da cidade da Praia.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INE (Censo 2010).

Correia, Chagas e Soares (2015) afirmam que além do natural crescimento demográfico da população residente, a migração do interior da ilha de Santiago e das outras ilhas do arquipélago para a capital do país, bem como o processo de imigração, sobretudo, da costa ocidental Africana, têm levado a cidade para uma produção do território de uma forma desordenada, tendo maior impacto nos bairros periféricos em que a ocupação ilegal de terrenos tem potencializado um crescimento desorganizado e com grande *déficit* de infraestruturas urbanas. Além disso, a grande procura de terrenos para habitação, essencialmente por parte da camada economicamente mais desfavorecida da sociedade e que não é acompanhada por igual ritmo de respostas institucionais a essa demanda, tornando a cidade mais vulnerável e insegura. Assim, é de se afirmar que o crescimento de desenvolvimento urbano da cidade da Praia teve como obstáculos alguns fatores: o crescimento acelerado da população ao longo dos anos, a topografia do terreno, fraca intervenção das autoridades competentes e a carência de recursos tanto humanos como financeiros.

A heterogeneidade de ocupação dos terrenos, bem como a configuração dos assentamentos nos bairros espontâneos (platôs, encostas e fundo dos vales), determinaram as características físicas da rede viária, dificultando a circulação tanto de pessoas como de viaturas em alguns territórios da cidade. Deste modo, afirma-se que a circulação dentro dos diferentes bairros da cidade da Praia se tornou inadequada, tanto por razões técnicas como de segurança em razão da configuração territorial dos assentamentos e das reduzidas dimensões dos percursos existentes. Porém, o crescimento dos assentamentos informais, principalmente nos bairros espontâneos se traduziu numa saturação do solo ocupado, fazendo com que aumente o problema dentro dos vários territórios da cidade (CMP, 2005).

No que tange aos equipamentos coletivos na cidade da Praia, estes não são distribuídos de uma forma equilibrada, sobretudo nos bairros espontâneos onde há carência das mesmas. A acumulação de um conjunto de problemas urbanísticos dificulta a integração urbana desses bairros e a conseqüente promoção da coesão social. Com efeito, verifica-se uma deficiência dos diversos equipamentos coletivos (de lazer, saúde, educação, desporto e segurança pública), em praticamente todos os bairros espontâneos da cidade da Praia.

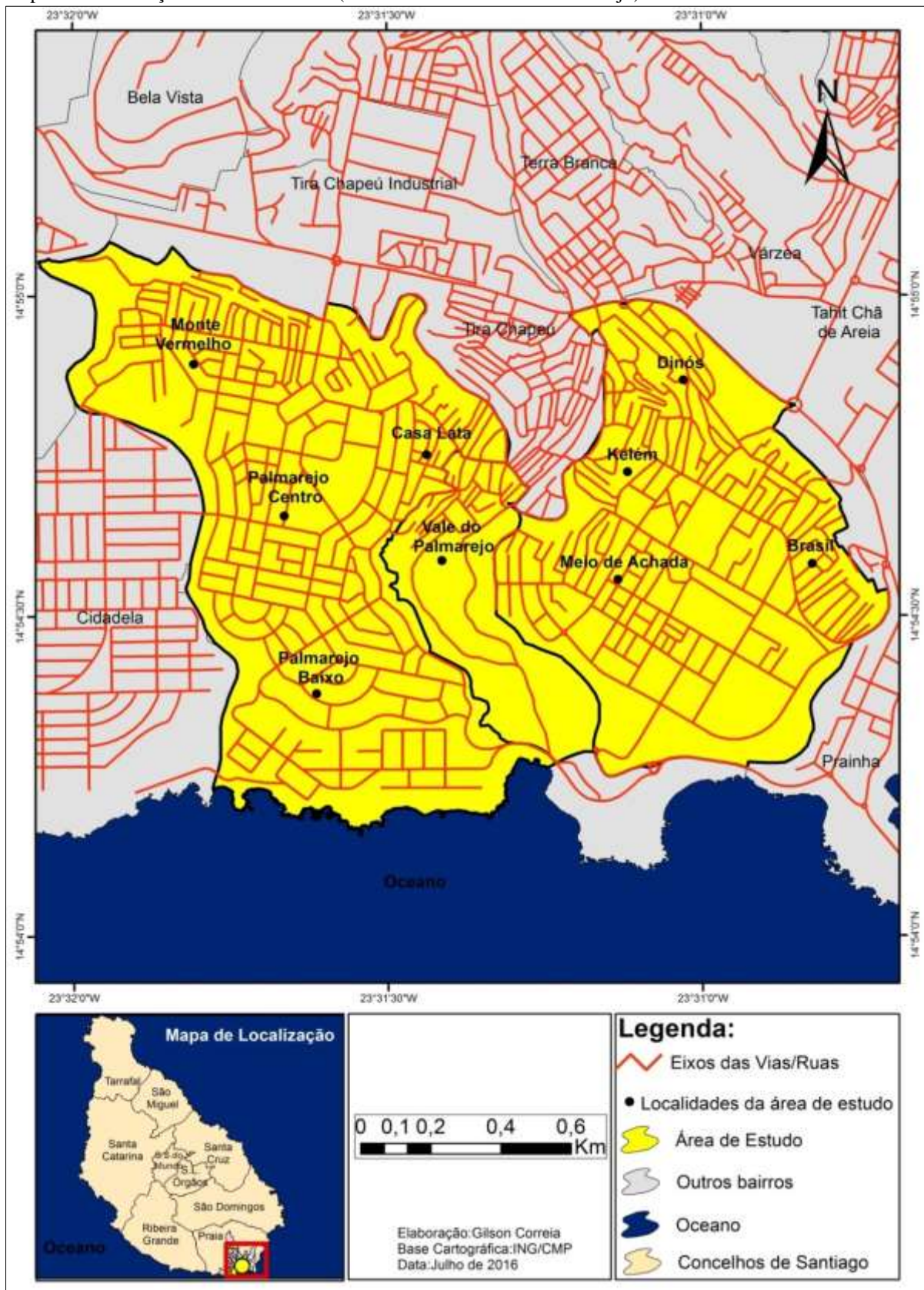
Atualmente, projetos de requalificação urbana e construção de equipamentos coletivos foram sendo executados pelas autoridades competentes (Governo/Câmara Municipal), abrangendo não apenas os bairros de crescimento formal, mas também alguns bairros de crescimento espontâneos/informal, embora em menor quantidade.

Em síntese, pode-se dizer que o rápido processo de crescimento urbano, associado às precárias condições socioeconômicas dos moradores e à frágil condição do ordenamento territorial por parte do Estado, acaba empurrando a população para áreas precárias da cidade.

2.1.2 Achada Santo António e Palmarejo - área de pesquisa

De acordo com os dados cartográficos do Instituto Nacional de Gestão Territorial (INGT) e Câmara Municipal da Cidade da Praia (CMP), Achada Santo António e Palmarejo são bairros que se localizam a sul da cidade da Praia (Mapa 04). Situam-se num planalto, onde é possível observar, a partir dos seus vários pontos, os restantes dos bairros da cidade. Como se pode notar no Mapa 04, nesses dois bairros apresenta-se algumas nomenclaturas que demarcam as áreas do território. No bairro de Achada Santo António observam-se as localidades de Meio de Achada, Kelém, Dinós e Brasil e no bairro de Palmarejo, notam-se as localidades de Monte Vermelho, Palmarejo Centro, Casa Lata, Palmarejo Baixo e Vale do Palmarejo/Fundo Cobom.

Mapa 04: Localização da área de estudo (Achada Santo António e Palmarejo).



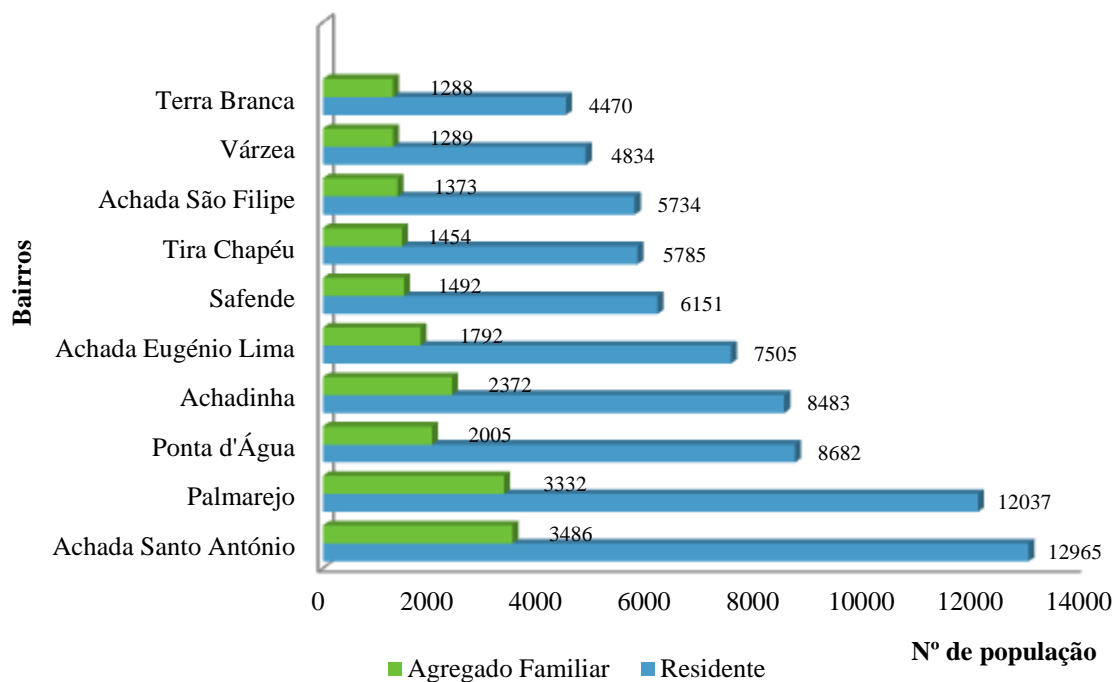
Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT e CMP.

Os dois bairros de estudo, adaptados ao ritmo de crescimento da cidade da Praia, foram crescendo de forma heterogênea em relação ao processo de urbanização, tendo alcançado contornos crescentes a partir dos anos noventa do século XX, quando houve aumento brusco da população que acabou empurrando as pessoas para as áreas de expansão da cidade, em especial, com a elevação do país à independência nacional (ALVES, 2014). Segundo autor, percebe-se que a partir desse período pós-colonial a cidade da Praia ofereceu maiores oportunidades de emprego em relação às outras partes do território do país, o que atraiu a deslocação de grande quantidade de mão-de-obra das outras ilhas e do interior de Santiago em busca de trabalho e melhores condições de vida na capital do país. Foi assim, que a maioria dos bairros sofreu uma expansão das construções e crescimento de uma forma caótica.

Neste contexto, Achada Santo António e Palmarejo são dois bairros densamente povoados e com uma dimensão territorial (Figura 07 acima) muito grande em relação a maioria dos outros bairros da cidade da Praia. Apresentam subdivisões notoriamente demarcadas pelo nível (padrão) das construções. Tanto o bairro de Achada Santo António como o de Palmarejo apresentam um nível de vida nas áreas de construções espontâneos, concretamente diferente daquela das áreas planejadas.

A partir do Gráfico 02, pode-se observar a distribuição da população residente e agregados familiares de dez bairros da cidade da Praia com maior número de pessoas. Verifica-se que Achada Santo António possui uma população de 12.965 indivíduos, o que corresponde a 16,91% da população da cidade da Praia, distribuídos por cerca de 3.486 agregados familiares (17,54%), seguido de Palmarejo com 12.037 indivíduos, o que corresponde a 15,70% da população da cidade da Praia, distribuídos por cerca de 3.332 agregados familiares (16,76%).

Gráfico 02: Distribuição da população residente e agregado familiar dos dez bairros da cidade da Praia com maiores números da população.

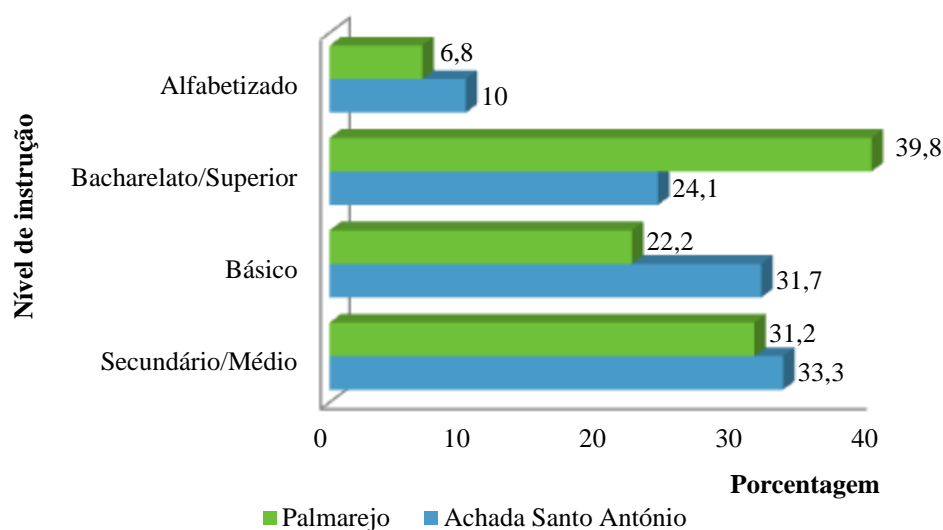


Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INE (Censo 2010).

Esse elevado número da população, principalmente nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo, refere-se ao crescimento demográfico natural, bem como à grande procura de terrenos para habitação (migração e imigração). E uma boa parte dessa procura não é acompanhada pela fiscalização das autoridades competentes, o que potencia um crescimento desorganizado e com grande *déficit* de infraestruturas urbanas em algumas áreas desses bairros.

Segundo a mesma fonte, no Gráfico 03, pode-se verificar que a maior parte da população da Achada Santo António possui o nível de instrução secundário/médio (33,30%), seguido dos que possuem ensino básico (31,70%) e alfabetizado (10%). No bairro de Palmarejo, através da análise do mesmo gráfico, pode-se verificar que a maior parte da população possui o nível de instrução bacharelato/superior (39,8%), seguido dos que possuem ensino secundário/médio (31,2%) e alfabetizado (6,8%).

Gráfico 03: Porcentagem de residente na Achada Santo António e Palmarejo, em 2010, por nível de instrução.



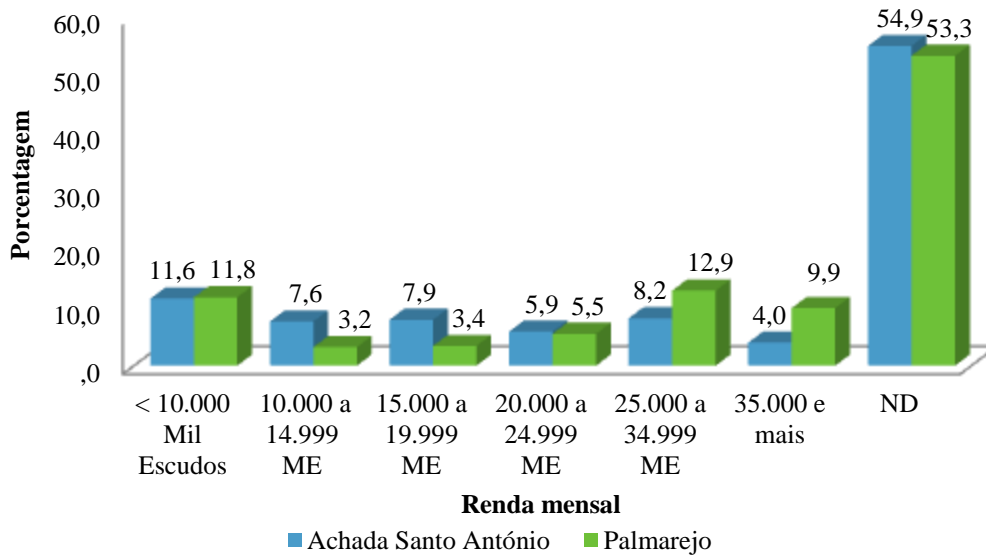
Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INE (Censo 2010).

Assim como referido na caracterização da cidade da Praia a importância do fator educação sobre o fenômeno da violência e criminalidade, é de se afirmar que os dois bairros de estudo carecem ainda de uma boa estrutura educacional em algumas localidades (Brasil, Dinós, Kelém, Casa Lata, Monte Vermelho e Vale do Palmarejo). São consideradas mais problemáticas em relação às outras localidades da área de estudo, por ter grande concentração da população de baixa renda.

Ainda com base nos dados do Censo de 2010 (INE, 2010) pode-se considerar que os moradores de Achada Santo António e Palmarejo possuem uma distribuição desigual de renda nos seus diferentes territórios (Gráfico 04). A análise do referido Gráfico mostra que a renda mensal da população no bairro de Achada Santo António está distribuída da seguinte maneira: menos de 10.000 escudos (94,5090 USD) para 11,6% da população, de 25.000 a 34.999 escudos (236,273 a 330,772 USD) para 8,2%, de 15.000 a 19.999 escudos (141,764 a 189,009 USD) para 7,9%, de 10.000 a 14.999 escudos (94,5090 a 141,754 USD) para 7,6%, de 20.000 a 24.999 escudos (189,018 a 236,263) para 5,9%, de 35.000 e mais escudos (330,782 USD) para 4,0% e cerca de 54,9% da população nada disse sobre o seu rendimento, o que de acordo com Alves (2014), pode significar que essa parcela da população não possui um vencimento estimável. Enquanto no bairro de Palmarejo, de 25.000 a 34.999 escudos (236,273 a 330,772 USD) para 12,9%, menos de 10.000 escudos (94,5090 USD) para 11,8%, de 35.000 e mais escudos (330,782 USD) para 9,9%, de 20.000 a 24.999 escudos (189,018 a 236,263) para 5,5%, de 15.000 a 19.999 escudos (141,764 a 189,009 USD) para 3,4%, de 10.000 a 14.999

escudos (94,5090 a 141,754 USD) para 3,2% e cerca de 53,3% da população nada disse também do seu rendimento.

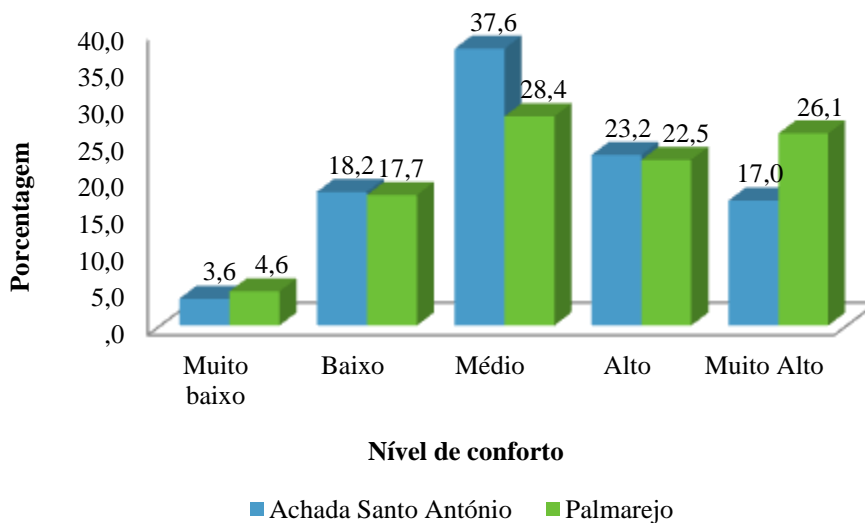
Gráfico 04: Porcentagem de renda mensal da população na Achada Santo António e Palmarejo.



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística (Censo 2010).

Os dois bairros por serem bastante heterogêneos no formato da ocupação do território, apresentam também, por outro lado, o nível de conforto do agregado familiar completamente desigual nos seus territórios. Esta situação pode ser corroborada com a análise do Gráfico 05 abaixo (INE, 2010).

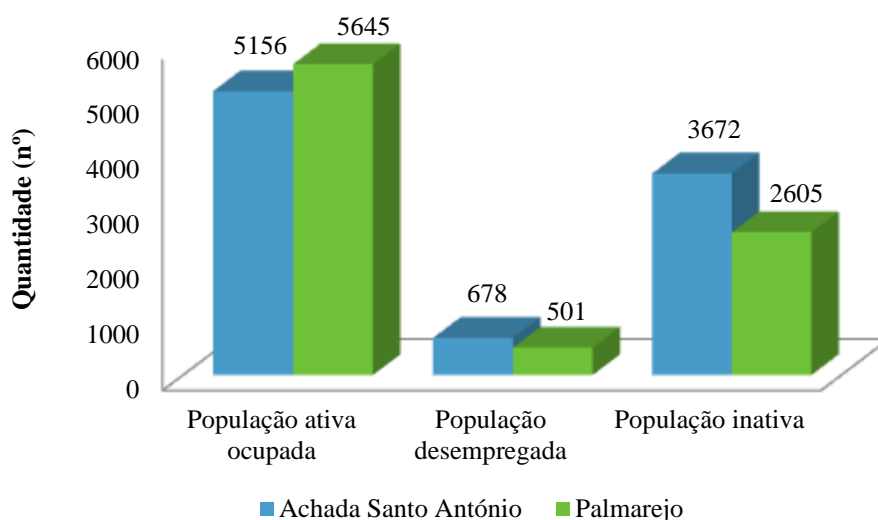
Gráfico 05: Porcentagem do nível de conforto do agregado familiar na Achada Santo António e Palmarejo.



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística (Censo 2010).

No Gráfico 06, pode-se verificar a situação perante atividade econômica nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo. Da análise do referido Gráfico 06, percebe-se que os dois bairros apresentam uma boa quantidade de população não ocupada (pessoas que não têm uma ocupação remunerada dentro de uma população total). A população desempregada comparada com a população ativa ocupada é considerada um número significativo no impacto de rendimento familiar. Deste modo, vê-se que os dois bairros apesar de apresentarem maior número de população ativa ocupada, ainda necessitam de mais emprego das suas populações nos seus diferentes territórios.

Gráfico 06: Situação perante atividade econômica na Achada Santo António e Palmarejo.



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística (Censo 2010).

Esses indicadores permitem afirmar que os dois bairros de estudo por não ter uma distribuição de renda, nível de conforto, educação e emprego de forma equilibrada nos seus territórios, acabam por acentuar as desigualdades e problemas sociais e ao mesmo tempo gerando conflitos no interior desses bairros. Nesta lógica, permite-se inferir que um território que não apresenta um equilíbrio socioeconômico e demográfico provoca de um certo modo disputas e conflitos entre as diferentes classes sociais.

Normalmente, as primeiras ocupações na área de estudo (Achada Santo António e Palmarejo) desenvolveram-se ao longo dos planaltos, com o crescimento da população tanto natural como a migração do interior da ilha de Santiago e das outras ilhas do arquipélago para a capital do país em busca de melhores condições de vida, têm levado a maioria das populações, principalmente as de baixa renda, a produzirem assentamentos nas encostas e fundos dos vales. Essas produções dos assentamentos, tanto nas encostas como nos fundos

dos vales, têm intensificando o surgimento de vários problemas, como por exemplo: falta de iluminação pública, inexistência dos equipamentos coletivos, difícil acessibilidade e visibilidade dos territórios que tem aumentado a insegurança e facilitação dos criminosos na prática dos diferentes crimes que acontecem na cidade (CORREIA; CHAGAS; SOARES, 2015).

A Figura 04 demonstra, com base na imagem do *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM) da cidade da Praia, o perfil topográfico da área de estudo em 3D, onde se observa a variação topográfica dos dois bairros de estudo (Achada Santo António e Palmarejo).

Figura 04: Perfil Topográfico da área de estudo.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base na imagem de SRTM da cidade da Praia, baixado no earthexplorer.usgs.gov

Atualmente a falta de terrenos para construção das habitações, principalmente familiares, a ausência de políticas sociais eficientes e eficazes, o planejamento territorial não adequado, levaram grande parte das pessoas a construírem nas encostas e fundo dos vales o que propiciou sérios problemas de ordem sócio-econômica, ocupação irregular do território urbano, ineficiência dos equipamentos coletivos, conflitos e dentre outros.

2.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA CIDADE DA PRAIA

Conforme Lima (2012), a organização do espaço cabo-verdiano esteve presente desde a criação da primeira cidade colonial portuguesa no século XV em África (Cidade Velha), junto ao curso de água Ribeira Grande. Mais tarde, a cidade Velha dá lugar à cidade da Praia

por volta do século XVIII, com a sede num planalto (Plateau), que oferecia melhores condições de defesa da cidade. Nessa altura, a cidade foi criada tendo um padrão de organização de acordo com a política organizacional das cidades portuguesas cujo arruamento acompanha a costa, diferente das cidades espanholas sem traçado regular.

Após a independência do país em 5 de Julho de 1975, e durante algum tempo, fez-se sentir a falta de planos nas mais diversas áreas. Foi assim que, na década de 1980, as autoridades nacionais implementaram o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), com vista a identificar e nomear soluções para os problemas urbanísticos e de habitação (LIMA, 2012). De acordo com o mesmo autor, o primeiro Plano não conseguiu dar resposta aos problemas de fundo, porque deu toda a atenção aos problemas habitacionais e não aos problemas que advêm da ocupação inadequada do território. Entre 1986 e 1990 foi elaborado o II PND, com políticas ligadas ao urbanismo e habitação sob responsabilidade do Ministério da Administração Local e Urbanismo (MALU), voltado novamente para os problemas de habitação dos responsáveis da função pública, esquecendo a maioria da população que estava crescendo e ocupando áreas marginais perigosas.

A incorreta implementação dos planos inviabilizou, quase por completo, a prossecução dos objetivos traçados, tais sejam: organizar o crescimento urbano e as áreas de expansão mais próxima da cidade de modo a evitar as ocupações ilegais; prever reservas de espaços para as infraestruturas primárias; reequilibrar em cada área de expansão a população, os empreendimentos, os serviços urbanos mais indispensáveis e as atividades produtoras; dotar a cidade de atividades centrais, reorganizar as atividades urbanas, reafectar os espaços valorizados e transformá-los em zonas de atividades integradas ou em locais de lazer (LIMA, 2012).

Desta forma, o crescimento urbano da cidade da Praia se verifica de duas formas completamente diferentes: um crescimento planeado (Figura 05) baseado em projetos urbanísticos e acompanhado da implantação programada de redes de infraestruturas, serviços e equipamentos; e um crescimento não planeado (Figura 06), decorrente da pressão da população por terrenos e habitação, sobre o solo urbano com as mais diversas características físicas, acessibilidade deficiente e ausência de infraestruturas, serviços e equipamentos.

Figura 05: Crescimento planejado na cidade da Praia.



Fonte: Autor (2016), com base no ortofotomapa da ilha de Santiago (2010) na escala de 1/100000.

A Figura 05 representa a parte central da cidade (Plateau) que é o primeiro núcleo a ser ordenado e até hoje mantém a sua planta reticulada com ruas bem alinhadas em direção a praça Alexandre Albuquerque. Na década de sessenta, a parte norte foi ocupada com novas habitações para funcionários públicos, o Liceu Domingos Ramos (primeiro liceu do ensino secundário na Praia) e outros edifícios públicos. Mas com o aumento da população, a cidade expandiu para além do Plateau ocupando outros planaltos (achadas) e fundo dos vales (Figura 06), principalmente pelas populações que abandonavam o campo em busca de melhores oportunidades e condições de vida (SILVEIRA, 2011).

Figura 06: Crescimento não planejado na cidade da Praia.



Fonte: Autor (2016), com base no ortofotomapa da ilha de Santiago (2010) na escala de 1/100000.

Segundo Lima (2012), a habitação para os atores sociais de baixo poder (população de baixa renda) não foi encarada como problema prioritário, deixando-os construir os seus assentamentos sem levar em conta o ordenamento e planejamento do território, o que deu origem a muitos bairros clandestinos sem condições de habitabilidade. Por isso, o desenvolvimento da cidade acabou por, especialmente estratificar os residentes em função do seu *status* socioeconômico, estando as populações mais pobres e vulneráveis, em regra, nos bairros de deficiente infraestruturação, os denominados bairros espontâneos/informais, ainda que muitos deles sejam contíguos a alguns bairros das classes médias e às populações mais elitizadas nos bairros de caráter formal (TAVARES, 2006).

Ultimamente, a cidade dispõe de diferentes instrumentos de gestão territorial⁷: Diretiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT); Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT); Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT); Plano Setorial do Ordenamento do Território (PSOT); Plano Diretor Municipal (PDM); Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU); Plano Detalhado (PD). Os quatro primeiros são genericamente designados por Planos de Ordenamento do Território (POT) e os três últimos por Planos Urbanísticos, os quais devem conter medidas e políticas capazes de resolver os

⁷ Ver Oliveira, 2015.

problemas das cidades. Os instrumentos de gestão territorial organizam-se, num quadro de interação coordenada, em três âmbitos distintos: nacional, regional e municipal (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Oliveira (2015), no contexto nacional, incluem-se os instrumentos de planeamento que visam a prossecução de interesses comuns a todo o território nacional e que definem o quadro estratégico para o ordenamento do mesmo, estabelecendo as diretrizes a considerar no ordenamento regional e municipal e a compatibilização entre os diversos instrumentos de política setorial com incidência territorial. Enquadram-se neste âmbito a Diretiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT), os Planos Setoriais (PSOT) e os Planos especiais de Ordenamento do Território (PEOT). No segundo, surgem os instrumentos a nível regional, que definem o quadro estratégico para o ordenamento do espaço regional em estreita articulação com as políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, estabelecendo as diretrizes orientadoras do ordenamento municipal. Neste âmbito, enquadra-se o Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT). Por fim, encontram-se os instrumentos de âmbito municipal, que de acordo com as diretrizes de âmbito nacional e regional e com as opções próprias de desenvolvimento estratégico, definem o regime de uso do solo e a sua programação. Normalmente, integram-se os planos intermunicipais e os planos municipais, concretamente, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) e o Plano Detalhado (PD).

Para Lima (2012), o ordenamento e planeamento na cidade da Praia não tem sido tarefa fácil. Porém, desde que o país se tornou independente, os responsáveis têm pautado pela sua melhor organização territorial, por meio da criação e adoção de planos, programas e projetos nas mais diversas vertentes, como: Projetos de parcelamento e loteamento de bairros; PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano da Praia; PU- Plano de Urbanização de vários bairros; PD- Planos Detalhados vários; Projeto da ONG África70, virado para a requalificação urbana de bairros específicos; Planos de Reordenamento das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI); Programa Casa para Todos⁸ e PDM – Plano Diretor Municipal.

Embora nos últimos anos, se tenha feito um esforço notável no sentido de eliminar a deficiente organização urbanística, ainda há muito por fazer, como demonstra a realidade atual. Com a construção clandestina no leito das ribeiras, bem como nas encostas em leito de passagem de cheias ou nas ribeiras sem controle “eficaz” por parte dos serviços de

⁸ É um programa criado pelo Governo de Cabo Verde que visa atender às necessidades habitacionais das populações de baixo rendimento e com problemas específicos no acesso à habitação.

fiscalização municipal, fica extremamente complicado ter uma circulação segura nessas áreas da cidade (DIAS; GONÇALVES; FORMIGA, 2014).

Entretanto, segundo Correia e Tavares (2016), grande parte dos territórios da cidade da Praia é pouco visível, acessível, permeável e legível. E esta situação em relação ao problema da criminalidade, acaba favorecendo de certa forma aos criminosos de serem observados e capturados rapidamente. Assim, os infratores podem cometer um crime e desaparecerem sem serem vistos. Neste sentido, os autores realçam que é necessário criar territórios mais seguros e isto passa pela melhoria do ambiente físico e paisagístico para garantir que os territórios sejam acessíveis, transparentes, com sentido correto de orientação, o que permite a observação e vigilância natural.

Portanto, em relação ao problema da criminalidade urbana ainda falta uma maior integração nos instrumentos de ordenamento e planejamento, principalmente nos territórios onde a ocupação espontânea/informal tem ganhado o poder dentro do espaço urbano. Na sua origem, encontra-se a necessidade de retificar os “erros” oriundos das atividades de atores sociais no espaço geográfico, ao mesmo tempo corrigir os desequilíbrios entre os territórios e organizar os desenvolvimentos futuros.

Desta forma, é de se afirmar que mesmo com a criação e adoção dos diferentes planos e/ ou instrumentos de gestão territorial, a cidade enfrenta atualmente vários problemas do ordenamento e planejamento do território, o que mostra que o Governo deve buscar uma melhor estratégia para superar os problemas que advém do uso do território.

2.3 USO E PRODUÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO NA CIDADE DA PRAIA

A cidade da Praia se destaca atualmente em relação às outras cidades do arquipélago de Cabo Verde, não somente pelo ritmo do seu crescimento populacional, mas também pela dinâmica acelerada de transformação do seu território, definindo uma forma de cidade peculiar.

Hoje, essa cidade é marcada por uma descontinuidade territorial através da forma como os diferentes atores sociais (as empresas, o Estado e os demais agentes) produzem o território. Desta forma, afirma-se que o uso e produção do território tornou-se um dos problemas graves no contexto urbano dessa cidade nestas últimas décadas, onde uma significativa parcela da população de baixa renda faz o uso no território de uma forma descontrolada e sem levar em conta as normas urbanísticas.

Seguindo na mesma linha de discussão teórica refletida por autores sobre o território e seu uso dentro do espaço urbano, cabe dizer que a formação do território na cidade da Praia engloba ações de atores sociais diversos, com práticas que se combinam ou que são contraditórias. A atuação desses atores sociais é marcada pela relação do poder, capacidade financeira, intelectual e também de acordo com a necessidade e interesse de cada ator, o que acaba por gerar conflitos através da disputa entre os territórios. Por outro lado, o território dos bairros de ocupação espontânea carece de estratégias no domínio do ordenamento do território (Figura 07), de uma verdadeira política de habitação e ocupação ordenada do solo com vista a satisfazer as necessidades presentes e futuras da população em matéria de lotes e alojamentos (CORREIA; CHAGAS; SOARES, 2015).

Figura 07: Forma de uso e produção do território na cidade da Praia.



Fonte: Autor (2014).

Analisando a Figura 07, nota-se que o uso e produção do território estendem-se pelas áreas com condições inadequadas, como os leitos de ribeiras, as encostas de acentuado declive e os fundos dos vales. Normalmente são as populações de baixa renda, ou seja, de baixo poder aquisitivo e ao mesmo tempo as populações que se deslocam do interior da cidade e de outras ilhas do arquipélago, em busca de melhores condições de vida, que ocupam essas áreas.

Por outro lado, os interesses do setor imobiliário têm condicionado o acesso às áreas urbanizáveis a uma parte significativa da população que não possui recursos financeiros e

poder para aceder aos lotes da promoção legal, uma vez que a especulação imobiliária valorizou e intensificou a especulação sobre os solos urbanos nas melhores áreas da cidade. Não tendo o poder para acessar os terrenos pela promoção legal e a necessidade de ter uma habitação leva a população a recorrer ao loteamento ilegal e espontâneo. Desobedecendo as normas urbanísticas, os residentes constroem as habitações à medida das capacidades financeiras, “poder” e de acordo com modelo por si idealizado, e como consequência, nota-se uma transformação do território (SILVEIRA, 2011).

De acordo com Tavares (2006), o problema das construções espontâneas não se centra apenas na ineficácia e rigidez do processo administrativo, mas também no fato de administração não ter capacidade para responder à grande procura de lotes municipais, uma vez que apenas 20% dos terrenos da cidade são públicos. Ainda segundo o autor, as ações realizadas pelos atores sociais no território da cidade nem sempre estiveram associadas às práticas urbanísticas e nem a urbe tem incorporada na sua tradição o processo contínuo de ordenamento. Por isso, a cidade se desenvolveu de forma caótica e com surgimento de vários problemas como: ruas estreitas e mal iluminadas, pouca acessibilidade e visibilidade de circulação das pessoas e viaturas, marginalização e entre outros.

Segundo Nascimento (2003), o processo de ordenamento não acompanhou a formação do tecido urbano da Praia. No nosso entender uma das justificações da fragilidade do ordenamento foi a não implementação correta dos planos o que durante longos anos permitiu que os atores sociais interferissem no território de forma desordenada, sem princípios e normas urbanísticas na maioria dos bairros da cidade. Deste modo, quem tem maior poder aquisitivo ocupa as áreas centrais e os que não o têm, ocupam as áreas informais (Figura 08), sem levar em conta as normas do ordenamento do território. Por isso, os problemas são maiores nessas áreas consideradas informais.

Figura 08: Ocupação do território nas áreas informais da cidade da Praia.



Fonte: Autor (2014).

Os moradores das ocupações urbanas assistem gradualmente a segregação⁹ dos seus assentamentos humanos (SILVEIRA, 2012). Isto, porque as práticas das ações se tornaram um processo concreto de disputa e exercício de poder dentro do território urbano da cidade da Praia. Tais ocupações são produzidas por determinados atores sociais, as quais delimitam territorialidades distintas em relação à cidade.

Nesta lógica, os grupos sociais de baixa renda ao serem excluídos do acesso aos produtos (habitação ou lotes) oferecidos pelo privado pela sua fraca capacidade financeira, recorrem ao setor informal que lhes oferece solo para edificarem uma habitação em áreas consideradas pouco atrativas pelo setor privado. Não sendo possível recorrer a este mecanismo informal de acesso ao terreno, a solução última é a ocupação espontânea de terrenos nas periferias dos centros urbanos (SILVEIRA, 2012). Estes grupos tornam-se, também agentes modeladores do território ao produzirem seus assentamentos consoante as suas possibilidades financeiras do momento. Sendo a cidade da Praia um complexo histórico de várias estruturas sociais, há misturas e combinações particulares na distribuição das atividades e dos *status* dentro dos diferentes territórios. O que significa, na nossa perspectiva, que existe, por um lado, a interação entre determinações econômica, política, ideológica, na composição do território e por outro lado, que existe um reforço da segregação espacial, ou modificação dos fatores de uso e ocupação do solo, segundo a articulação da luta de classes no local de residência.

⁹ De acordo com Ribeiro (2015, p. 131): a segregação faz parte da reprodução das relações sociais de produção e é, ao mesmo tempo, uma negação da cidade, porque se opõe a sua condição enquanto espaço de reunião, e sua revelação, já que expõe, no plano espacial, sua natureza desigual e contraditória.

2.4 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO USO E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NA CIDADE DA PRAIA

Os problemas urbanos são diversos e estão fundamentalmente ligados à saturação das infraestruturas, degradação dos edifícios e dos solos, problemas sociais, segurança, entre outros que poderão ter como consequência a pressão ambiental e a degradação das condições de vida das pessoas. São problemas que poderão criar desequilíbrios graves nas áreas urbanas e dificultando a própria mobilidade de pessoas e aumento do sentimento de insegurança.

A cidade da Praia é caracterizada por construções inacabadas, pela desorganização de espaços urbanos, por construções clandestinas informais/ilegais, sem controle de fiscalização eficaz por parte dos órgãos municipais, apresenta ainda bairros com construções sem as mínimas condições de alinhamento e com complicações em termos sanitários e de abastecimento de água e eletricidade (DIAS; GONÇALVES; FORMIGA, 2014).

Ao percorrer os bairros da cidade da Praia, mesmo a de génese dita planejada ou espontânea, não há quem possa ficar indiferente à degradação ambiental construída, que abrange manchas de grande dimensão onde a qualidade de vida da população que ali vive se encontra cada vez mais ameaçada, por inúmeros fatores: construções dos edifícios, por vezes sem as mínimas condições necessárias à saúde das comunidades, incluindo diversas tipologias de edifícios nas encostas, leitos de ribeiras e fundo dos vales e na maioria sem ordenamento e planeamento; ruas estreitas e mal iluminadas; passeios de dimensionamento mínimo, sem espaço para que os peões possam caminhar em segurança sem risco de serem assaltados; total ausência de espaços verdes, tais como parques e jardins; insuficiência e inadequação de transportes públicos, entre outros.

Alguns problemas se alastram de um bairro a outro, por falta de uma gestão concertada entre os agentes de administração dos bairros e da sua própria delimitação (NASCIMENTO, 2003). Seguindo na mesma linha é de se afirmar que o crescimento rápido, impulsionado pelo êxodo rural e pelo crescimento natural da população, contribuiu para os problemas territoriais e sociais. As entidades competentes, sem capacidade para gerir o rápido crescimento, nunca conseguiram dar respostas aos problemas urbanos e às necessidades da população que fugia do campo para cidade. Esses problemas ligados ao crescimento da população são: ocupação irregular do território, degradação do ambiente, elevadas taxas de desemprego, subemprego e pobreza, desordenamento do tecido urbano, crescimento de bairros degradados sobrepovoados, com deficientes condições de habitabilidade (TAVARES, 2006).

Em termos urbanísticos, os novos moradores não tendo capacidade financeira para alugar residências ou mesmo dispendo de recursos, a inexistência de ofertas habitacionais em quantidade e qualidade requeridas se voltam para uma ocupação fundiária desordenada, ocupando solos urbanos não urbanizados, construindo sem obedecer as normas do ordenamento do território e construções tecnicamente precárias, constituindo potencialmente um perigo para os seus moradores (MAHOT/ONUHABITAT, 2011).

Em relação a estética urbana, existe grande quantidade dos assentamentos de cor cinza (sem pintura), com construções inacabadas, fazendo aumentar ruelas e becos, impedindo um arreamento adequado e melhor acessibilidade e mobilidade urbana, dificultando a chegada de infraestruturas e serviços coletivos tais como redes de esgoto, água, telefone e energia, bem como a construção de equipamentos coletivos (estruturas de saúde, de educação e de lazer).

A cidade da Praia a cada dia que passa vê uma maior concentração da população no seu território sem obedecer as normas do ordenamento do território. Os bairros de caráter “espontâneos” são os principais responsáveis pelo aumento da área urbanizada e pela formação de uma cidade com características muito peculiares. Em síntese, grande parte dos problemas identificados contribui e facilita a prática de alguns crimes que acontecem na maioria dos territórios da cidade da Praia.

2.5 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA CIDADE DA PRAIA

No contexto dos países em desenvolvimento e em vias de desenvolvimento, no qual se inclui Cabo Verde, a situação da violência e da criminalidade tem assumido contornos diferentes com destaque na cidade da Praia. A violência e a criminalidade urbana têm registrado um aumento constante e constituem uma série de constrangimentos à vida dos cidadãos com crescente sentimento de insegurança e medo do crime, principalmente nos territórios mais periféricos (VAZ, 2013). Como refere Rebelo (2015), esses problemas originam-se dos crescentes conflitos e desigualdades sociais, da impunidade das infrações e delinquências, da ausência de um projeto político e de uma sociedade capaz de rebater a exclusão social.

Conforme Furtado (2008), as sondagens de opinião dos cidadãos da cidade da Praia mostram que a segurança é a segunda preocupação após o desemprego. Isto se relaciona com o aumento crescente da violência e da criminalidade no país, em geral, e nos centros urbanos, em particular. Diferentes fatores socioeconômicos e demográficos têm contribuído para o incremento destes índices como, por exemplo, assaltos, roubos e homicídios. Com efeito, o

conhecimento sobre os territórios menos seguros é preocupação tanto das autoridades como das populações que ali vivem e circulam (FURTADO, 2008). Assim, pode-se dizer que as autoridades policiais se interessam em identificar os territórios mais críticos em relação à violência e criminalidade e, supostamente, combater os criminosos enquanto as populações querem evitar esses territórios.

Pois, é tido como referências das ações da criminalidade o ano de 1980 com os grupos chamados “piratinhas¹⁰” que atacavam as pessoas e subtraíam pequenos bens causando medo e mal estar à sociedade. No ano de 1990 apareceram os chamados “netinhos de vóvó¹¹” que de forma semelhante puseram em marcha os pensamentos das autoridades buscando novas formas de combater a delinquência juvenil que se viveu na época (VAZ, 2013). Atualmente esses grupos delinquentes são denominados de “thugs¹²”, perpetuando ondas de violência e crime pondo em causa a própria segurança pública.

Segundo o Perfil urbano da cidade da Praia- segurança urbana (2013), a situação da segurança na capital apresenta alguns aspectos críticos, resultante do rápido crescimento urbano e de ser a maior aglomeração do país. Na Praia, em particular, os crimes representavam em 2009 cerca de 40% do total nacional, o que indica um nível de criminalidade per capita bastante superior à média nacional. Portanto, na capital ocorrem mais crimes que no restante território da ilha, sendo de 71% a proporção da Praia nos crimes praticados em Santiago em 2009. De acordo com os dados dos anos de 2009 a 2014 da Polícia Nacional¹³ (Gráfico 07), na cidade prevalece tendência para o crescimento dos crimes contra o patrimônio (CCPT) em detrimento dos crimes contra as pessoas (CCP).

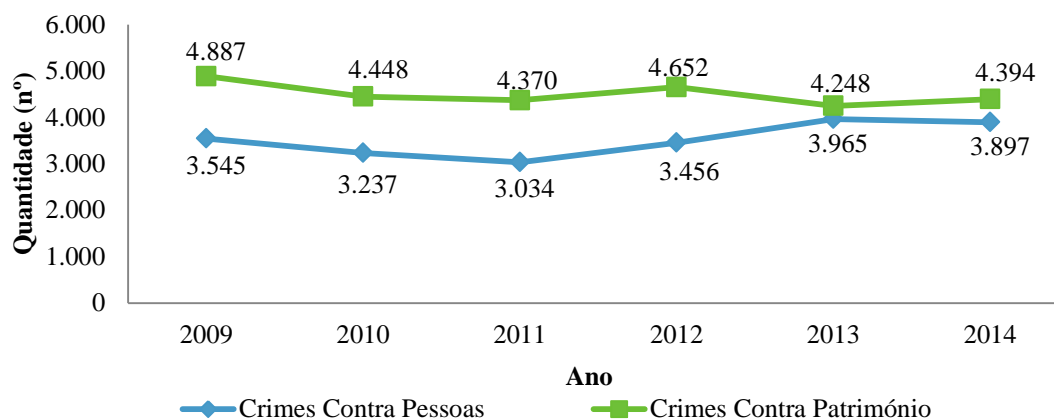
¹⁰ Indivíduos que ganhavam a vida furtando na via pública. Apesar de agirem individualmente conhecia-se situações em que grupos eram constituídos, embora, mal organizados, pouco coesos e sem qualquer tipo de hierarquização. Raramente recorriam à violência nas suas ações, procurando atuar mais na base da oportunidade (LIMA, 2010).

¹¹ De acordo com Lima (2010), esta denominação é explicada segundo duas versões diferentes, uma relacionando-os ao estilo *rude boy* jamaicano patente no grupo *reggae* com o mesmo nome surgido na cidade da Praia nessa época. A outra refere-se a uma determinada idosa que mantinha uma relação maternal com esses jovens a quem chamavam de vovó e para quem “trabalhavam”.

¹² Jovens cujo estilo de vida é influenciado, em parte, pelos deportados e pelas histórias de jovens negros nos guetos norte-americanos (LIMA, 2010). Pode-se considerar, comparativamente, que “Thug” é aquilo que, simbolicamente, em diversas literaturas, se denomina “gang”, “bando” ou “quadrilha”, ora adaptados à realidade cabo-verdiana, considerando o “modus operandi” e o “modus vivendi”, as vítimas e os atos praticados, peculiarmente vandalismo, assalto a mão armada, furto, roubo, homicídio, posse e detenção ilegal de arma de fogo, entre outros ilícitos criminais graves (ALVES, 2014).

¹³ Os dados estatísticos neste subtítulo mostra uma diferença em relação ao intervalo dos anos em alguns gráficos e quadros ao longo deste subtítulo, isto como foi referido na metodologia não foram cedidos todos os dados dos crimes num mesmo intervalo de tempo e por isso optamos por fazer uma análise estatística dos crimes na cidade da Praia de acordo com os dados conseguidos. Por outro lado, há um problema em obter os dados de crimes nas instituições que trabalham com estes tipos de dados.

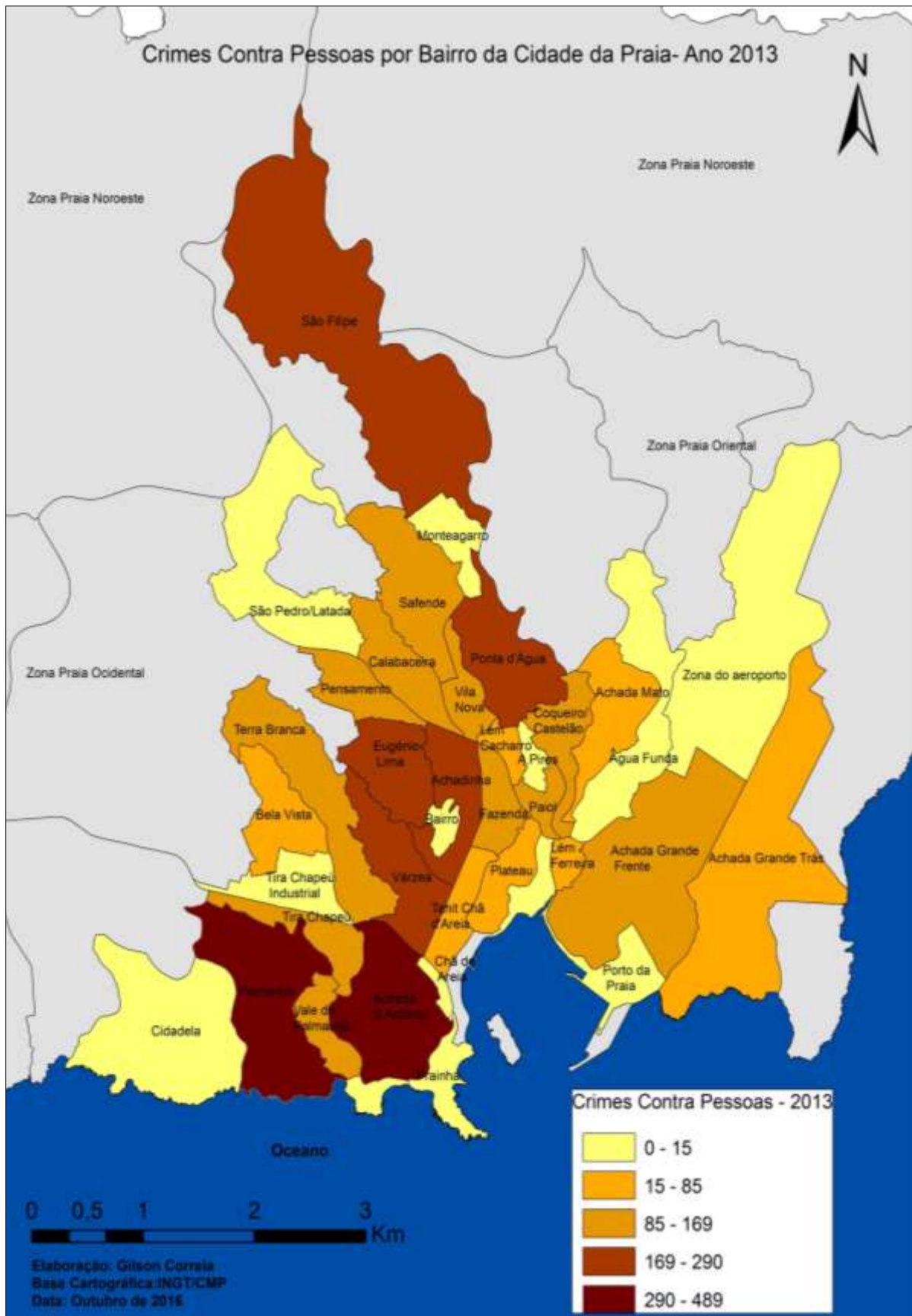
Gráfico 07: Quantidade de crimes contra pessoas e patrimônio na cidade da Praia (2009 a 2014).



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados da Polícia Nacional (2009 a 2014).

Conforme o Mapa 05, observa-se que os bairros da cidade da Praia onde os crimes contra pessoas (CCP) registram maior quantidade são: Achada Santo António, Palmarejo, Eugénio Lima, Várzea, Achadinha, Ponta d'Água e São Filipe. São bairros de caráter espontâneo, com uma distribuição desigual de renda e desemprego que ao mesmo tempo carecem de algumas infraestruturas e equipamentos coletivos na maioria dos territórios que os pertencem. Ainda nesses bairros, encontram-se ruas estreitas e mal iluminadas, construções precárias e existência de becos sem saídas, o que contribui para a prática desses crimes e também dificultam uma rápida intervenção dos policiais no combate à criminalidade.

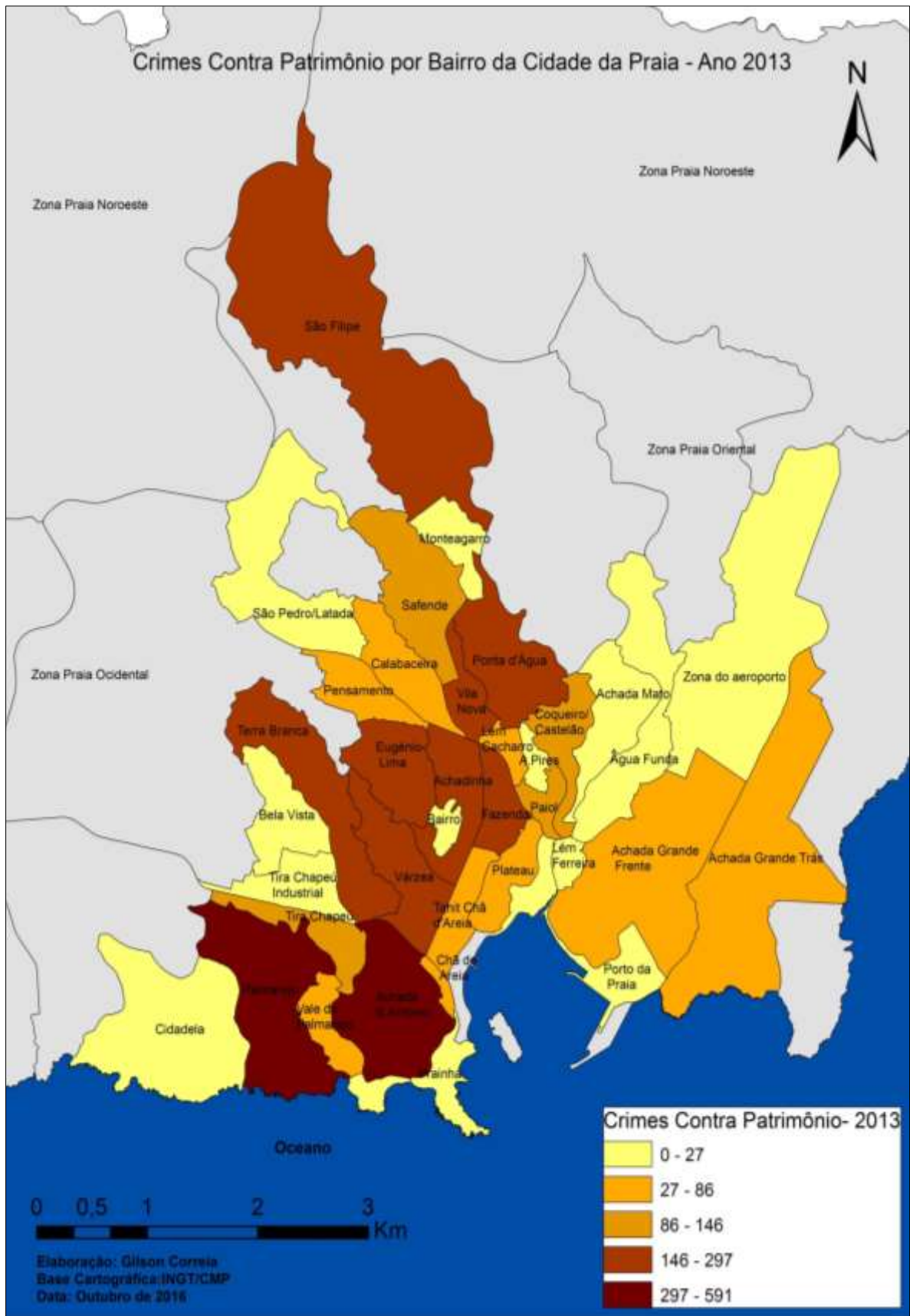
Mapa 05: Quantidade de crimes contra pessoas por bairros da cidade da Praia (2013).



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados da Polícia Nacional (2013).

Os crimes contra patrimônio (CCPT), segundo os dados do ano 2013 da Polícia Nacional, registram-se em maior quantidade nos bairros de caráter espontâneo: Palmarejo, Achada Santo António, Achadinha, Várzea, São Filipe, Vila Nova, Terra Branca, Ponta d'Água, Fazenda e Eugénio Lima (Mapa 06). Isto mostra que as autoridades competentes devem ter melhores estratégias para combater esses tipos de crimes, principalmente nos bairros mencionados anteriormente.

Mapa 06: Quantidade de crimes contra patrimônio por bairros da cidade da Praia (2013).



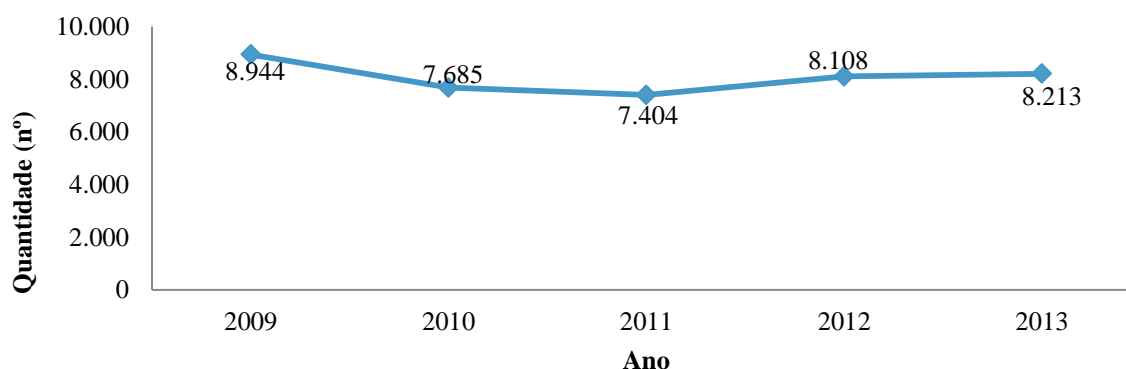
Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados da Polícia Nacional (2013).

Além dos dados estatísticos da Polícia Nacional, num estudo de avaliação rápida da situação sobre a Organização do Espaço Urbano e sua relação com a Violência urbana em 10 centros urbanos de Cabo Verde promovido pela ONU-Habitat em 2011, afirma-se que os bairros onde a violência/criminalidade é maior na cidade da Praia são: Achada Santo António, Palmarejo, Achadinha, Tira Chapéu, Paiol/Castelão, Eugénio Lima, Ponta d'Água e Várzea, todos com registros de mais ou menos um crime grave por dia. Como citado anteriormente, esses bairros são constituídos por territórios bastante periféricos, onde há elevado *déficit* de infraestrutura, habitação, regra geral, grupos sociais mais pobres e vulneráveis, o que se traduz numa forte estigmatização desses territórios e dos seus residentes em uma exclusão social (CORREIA; CHAGAS; SOARES, 2015).

O assalto à mão-armada, praticado principalmente por jovens, tornou-se um dos tipos de crimes mais comuns que a população tem enfrentado nos diversos bairros desta cidade, de tal forma que se lhe atribuiu a nomenclatura de “caçubodi”, o que quer dizer em inglês *cash or body* (dinheiro ou corpo). Essa expressão passou a fazer parte dos vocábulos cabo-verdianos relacionados com os crimes, associado aos *thugs* (ALVES, 2014). Para além disso, a cidade vive uma situação de mediatização permanente da criminalidade, fruto de alguns acontecimentos de grande interesse mediático, designadamente, crimes de homicídio e de tráfico de estupefacientes.

O Gráfico 08 apresenta o registro das ocorrências criminais na cidade da Praia, no período de 2009 a 2013, em que se pode notar a tendência de crescimento da criminalidade nos últimos anos. A análise do Gráfico 08 demonstra claramente a elevação dos índices da criminalidade ao longo do período exposto, com variações ao longo do tempo, o que mostra que é preocupante esse crescimento da criminalidade.

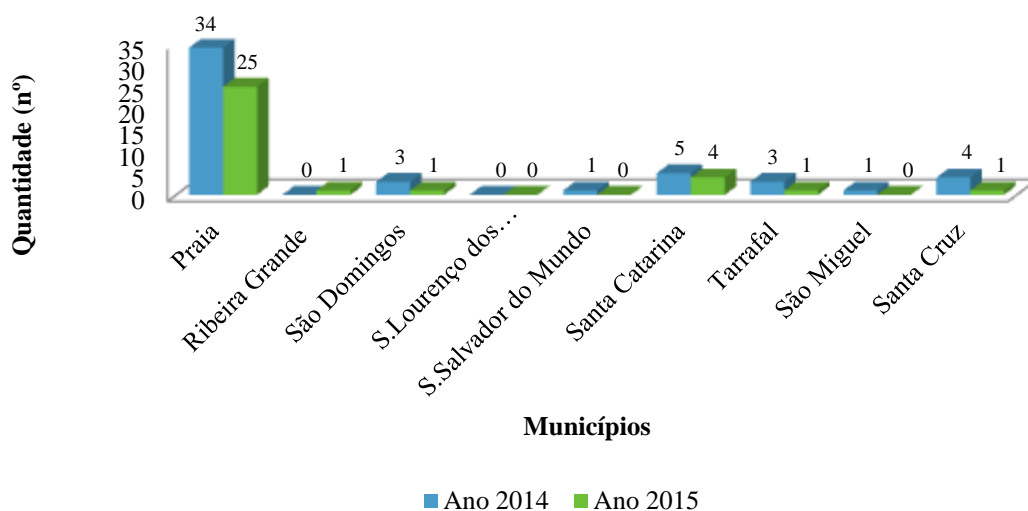
Gráfico 08: Evolução das ocorrências criminais na cidade da Praia (2009 a 2013).



Fonte: Adaptado pelo autor (2016), com base nos dados da Polícia Nacional (2002 a 2013).

De acordo com os dados dos anos de 2014 e 2015 da Polícia Nacional, o município da Praia é o município que registra maior número de homicídios em relação aos restantes municípios da ilha de Santiago (Gráfico 09). Grande parte desses homicídios está relacionada com a violência juvenil (*thugs*). Isso passa para um nível entendível como preocupante, e interfere no sentimento de (in) segurança.

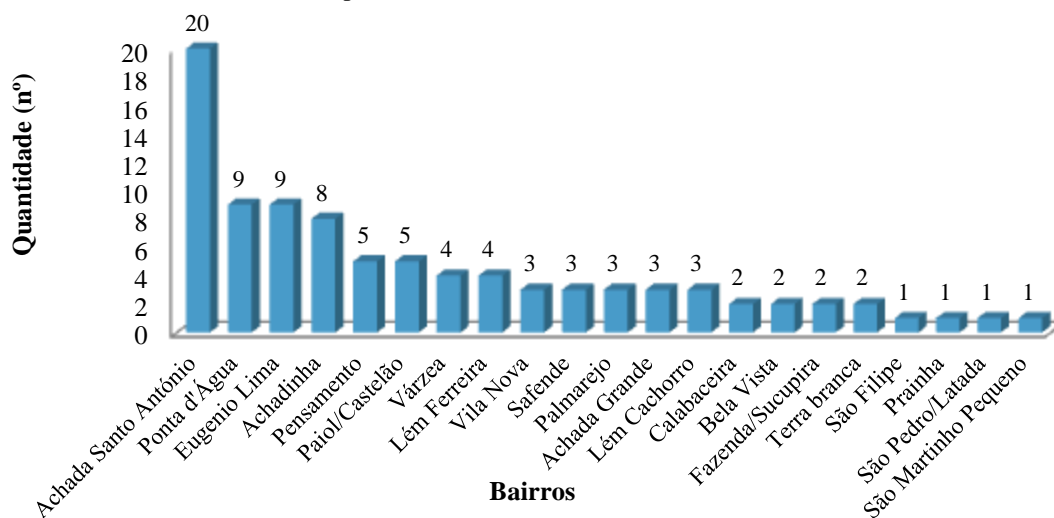
Gráfico 09: Quantidade dos homicídios por município da ilha de Santiago (2014 e 2015).



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados da Polícia Nacional (2014 e 2015).

Quando fragmentamos a análise por bairros de acordo com os dados do ano de 2009 a 2012 da Polícia Nacional, constatamos que o bairro de Achada Santo António é o bairro da cidade da Praia que registrou maior número de homicídios, seguido o bairro de Achadinha, Ponta d'Água, Eugénio Lima, Tira Chapéu, Pensamento e Paiol/Castelão (Gráfico 10). Esses números de homicídios representam um choque para os cidadãos cabo-verdianos, mas comparando-os com os de outras realidades, como por exemplo, os países da América Latina, podem não ser considerado alarmantes.

Gráfico 10: Total de homicídios por bairros da cidade da Praia (2009 a 2012).



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados da Polícia Nacional (2009 e 2012).

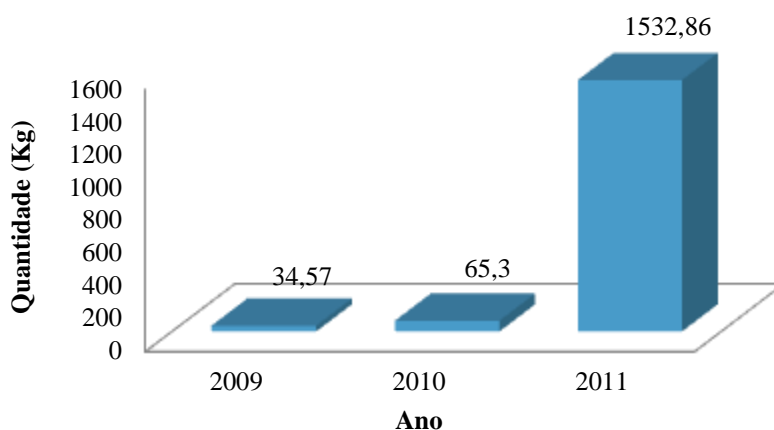
Segundo os dados dos anos de 2009 a 2011 da Polícia Judiciária (ALVES, 2014), o roubo e o furto em casa de pessoas (Tabela 02) e também o tráfico de drogas (Gráfico 11) são apontados como crimes bastante frequentes na cidade da Praia.

Tabela 02: Percentual de alguns tipos de crimes registradas pela Polícia Judiciária na cidade da Praia, no período de 2009 a 2011.

Tipo de crime	Percentual/Ano		
	2009	2010	2011
Roubo	59,85	60,31	76,2
Furto	37,52	36,31	21,78
Uso não autorizado de veículos	0,85	0,81	0,96
Abuso de arma	1,19	1,68	0,58
Detenção ilegal de armas	0,55	0,61	0,34
Sequestro	0,04	0,34	0,14
Total	100	100	100

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados da Polícia Judiciária da cidade da Praia (ALVES, 2014).

Gráfico 11: Quantidade (Kg) de cocaína apreendida pela Polícia Judiciária, no período de (2009 a 2011).



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados da Polícia Judiciária da cidade da Praia (ALVES, 2014).

O Gráfico 13 apresenta um total de 1632,66 Kg de cocaína apreendida pela Polícia Judiciária no período de 2009 a 2011. Segundo Alves (2014), a maior quantidade de droga apreendida em Cabo Verde ocorreu precisamente no bairro de Achada Santo António, no ano de 2011. Essa apreensão permite inferir que o consumo de drogas é bastante elevado na cidade da Praia e na maioria dos casos esse consumo envolve a vários tipos de crimes.

Na Tabela 03, conforme os dados da Polícia Nacional trabalhados por Alves (2014), observa-se o ranking de 12 bairros da cidade da Praia com maior frequência de apreensão de

armas ilícitas, no ano de 2012. Com base na análise da Tabela 03, Achada Santo António apresenta o maior número de apreensões de armas, com um total de 72 armas (equivalente a 19,7%). Sendo 30 correspondentes a armas brancas e 42 a armas de fogo. A seguir à Achada Santo António são os bairros de Vila Nova com 9,3% e Tira Chapéu com 6,8%.

Ainda segundo a Tabela 03, o bairro de Palmarejo não apresenta apreensões de armas de fogo (0,0%), mas pelo contrário apresenta cerca de (7,6%) de apreensões de armas brancas. Grande percentagem dessas apreensões se encontra na posse de jovens com a idade compreendida entre 15 a 25 anos. No entanto, isto evidencia que a facilidade de acesso a armas pelos jovens tem contribuído para a prática dos crimes na maioria dos bairros, como assaltos e homicídios (ALVES, 2014).

Tabela 03: Quantidade e Percentual de armas apreendidas na área do Comando Regional da Praia por bairros da cidade da Praia, em 2012.

Bairros	Armas Brancas		Armas de Fogo		Total	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Achada S. António	30	15,2	42	24,9	72	19,7
Vila Nova	21	10,7	13	7,7	34	9,3
Tira Chapéu	18	9,1	7	4,1	25	6,8
Várzea	13	6,6	9	5,3	22	6
Eugénio Lima	11	5,6	11	6,5	22	6
Achadinha	10	5,1	10	5,9	20	5,5
Ponta d'Água	11	5,6	9	5,3	20	5,5
Lém cachorro	8	4,1	11	6,5	19	5,2
Bela vista	11	5,6	6	3,6	17	4,6
Achada G. Frente	9	4,6	7	4,1	16	4,4
Paiol/Coqueiro	11	5,6	5	3	16	4,4
Palmarejo (Casa Lata)	15	7,6	0	0	15	4,1
Total	168	85,4	130	76,9	298	81,5

Fonte: Autor, adaptado de Alves (2014).

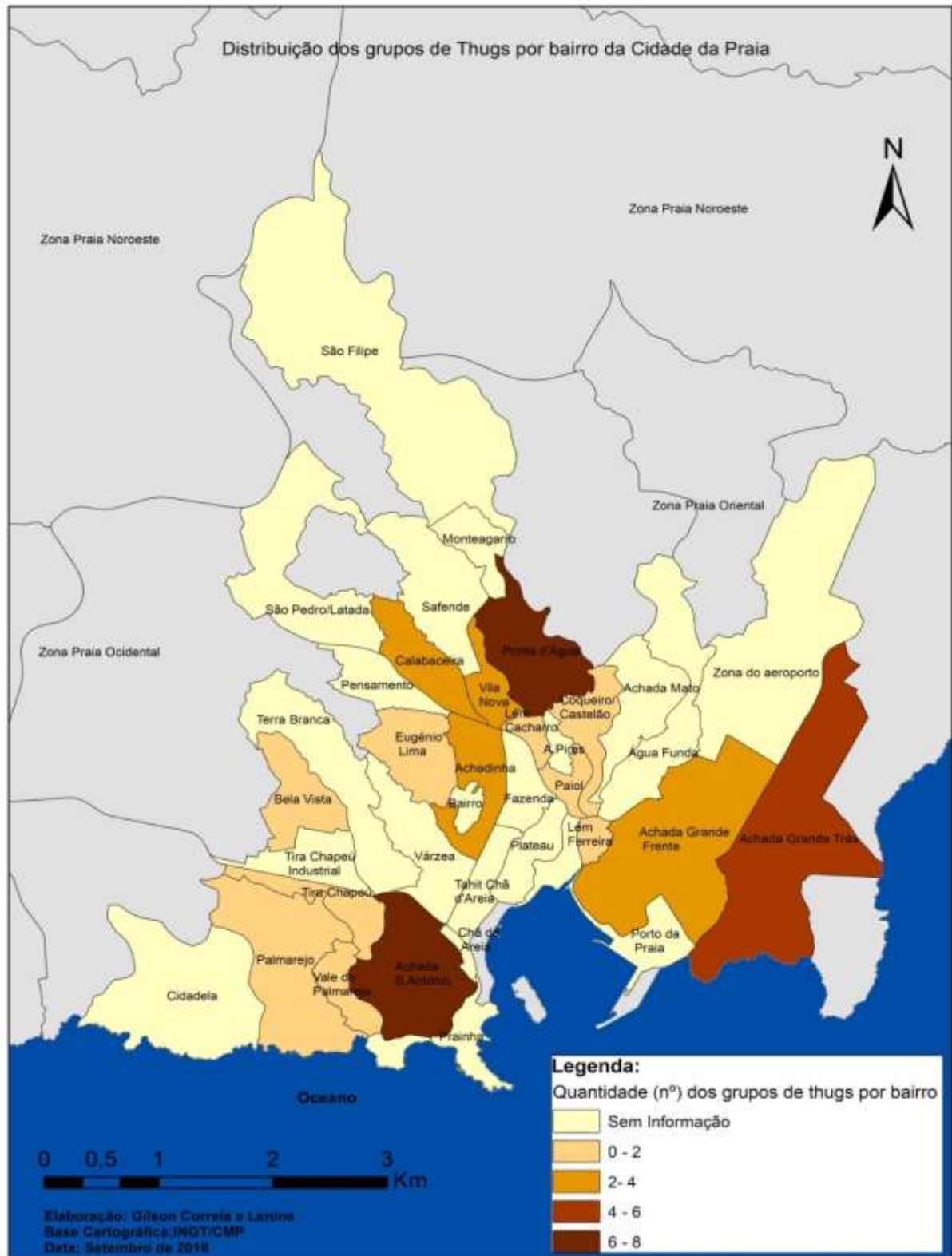
A falta de educação, a pouca severidade com os infratores e as condições precárias nos bairros estão também entre as causas para a prática de crimes. Por outro lado, temos vários fatores socioeconômicos que influenciam o crescimento da violência e da criminalidade, como o aumento da taxa de desemprego, a má distribuição de renda, o crescimento da população, a existência de bairros onde se verifica segregação sócioespacial (população de

baixa renda a ocupar lugares mais precários), o surgimento de grupos de delinquência nos jovens, a perda do poder aquisitivo, entre outros (CORREIA; CHAGAS; SOARES, 2015).

De acordo com a pesquisa feita por Alves (2014), junto de fontes policiais (Divisão de Informação e Operações da Polícia Nacional – DIOP e Esquadra de Investigação e Combate à Criminalidade - EICC), e trabalho de campo, no ano de 2011, na cidade da Praia existiam cerca de 54 grupos denominados “*thugs*”, localizados em diversos bairros periféricos da cidade, dos quais faz parte um número aproximado de 1000 indivíduos do sexo masculino, em boa parte considerados muito perigosos, conflituosos e agressivos. Para além de praticarem o tráfico e o consumo de estupefacientes, esses indivíduos usam armas brancas e de fogo para praticarem assaltos à mão armada, disparos de intimidação às pessoas na via pública, roubos, entre outros tipos de crimes, gerando sentimento de insegurança e medo no seio da população local.

Segundo o autor, Achada Santo António, Ponta d’ Água e Achada Grande Trás são os bairros que detêm maior número de grupos de *thugs*, conforme ilustra o Mapa 07 (legenda com cores mais escuras). Nesses bairros, esses grupos são considerados um dos atores sociais mais violentos que disputam os territórios por meio de conflitos à mão armada e que muitas vezes acabam em tragédia (homicídio).

Mapa 07: Distribuição dos grupos de *thugs* por bairro da cidade da Praia.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do trabalho de campo de Alves (2014).

Relativamente à distribuição territorial da esquadra policial e judiciária na cidade da Praia (Mapa 08), nota-se que há um *déficit* na distribuição dessas infraestruturas na maioria dos bairros. Levando-se em conta que essas infraestruturas são de extrema importância para

combater os criminosos, é de afirmar uma maior distribuição das esquadras policiais nos restantes bairros da cidade, de forma a garantir maior segurança às pessoas e melhor intervenção no combate.

Mapa 08: Distribuição territorial da Esquadra da Polícia Nacional e Judiciária por bairro da cidade da Praia.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT e pesquisa de campo.

Neste sentido, Lima (2010) salienta a perigosidade do problema de estigmatização e criminalização dos bairros periféricos da cidade da Praia e dos jovens que ali vivem. Pois, a discriminação nesses bairros e desses jovens leva-lhes a reunirem-se e a formarem grupos, como de entre os vários objetivos, o de cobrar a sua inclusão como contribuinte do desenvolvimento urbano e que muitas vezes são demonstrados em forma de violência mostrando que estão presentes e devem ser respeitados.

No entanto, homicídios, narcotráfico, assaltos à mão armada, tiroteios com polícias, guerras entre grupos de *thugs* e falta de segurança foram abordados em associação direta com a irresponsabilidade familiar nos bairros ditos da periferia, representados como territórios perigosos, onde alastra uma violência gratuita, pondo em causa o normal funcionamento da sociedade. As grades transformam-se em acessórios indispensáveis nas janelas e nas portas de casas comerciais e particulares e condomínios fechados com sistemas de segurança interna começaram a ser planejados e edificados e o sistema de vídeo vigilância entra no discurso político (LIMA, 2015).

No mesmo contexto, Lima (2015) diz que a combinação de fatores como o rápido crescimento urbano e a falta de infraestruturas de habitação, o aumento da desigualdade social e do desemprego, principalmente na camada juvenil, existência de grupos de *thugs*, a disponibilidade crescente de armas de fogo, o tráfico de drogas e armas, a incompetência ou a ausência de resposta por parte do Estado, são alguns fatores que estão na base da violência e da criminalidade na cidade da Praia.

De uma forma geral, segundo Correia, Chagas e Soares (2015), os casos de violência e criminalidade praticados nesta cidade têm ocorrido, sobretudo com maior intensidade, nos territórios periféricos mais desfavorecidos dos diferentes bairros da cidade, onde se registra grande *déficit* do ordenamento do território (maior desigualdade social, elevado número de população desempregada, baixo nível de instrução, presença de grupos de *thugs*, construção tecnicamente precária e fraca iluminação pública, etc). Ainda, são bairros localizados, sobretudo nos leitos de ribeiras, encostas de acentuado declive e nos fundos dos vales, o que torna propícia a prática dos crimes e ao mesmo tempo o aumento de criminalidade na cidade.

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO E ANÁLISE

Neste capítulo se faz o recorte espacial em relação ao ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo. A análise é feita baseada nas teorias apresentadas no primeiro e segundo capítulos e nas pesquisas de campo.

De fato tem havido muita desatenção, menosprezo e negligência à questão do uso e produção do território no triângulo do crime. As políticas públicas que visam combater a criminalidade têm ignorado de ponto de vista prático a relação entre estruturação e qualidade do território urbano e a segurança pública. A maioria dos debates nem sequer toca nesta vertente. E ao não se considerar esta perspectiva que tem sido cada vez mais valorizada e implementada em todo o mundo, a diminuição do sentimento de insegurança e da incidência do crime, não é tão significativa, como seria desejado (CORREIA; TAVARES, 2016). Para os autores, o triângulo do crime abrange a vítima/alvo, o agressor e o território/entorno físico, ou seja, quanto pior é o ambiente físico, maior a probabilidade de incidência de criminalidade. E quanto maior é a degradação e o abandono do território, maior é o sentimento de insegurança e menor a qualidade de vida.

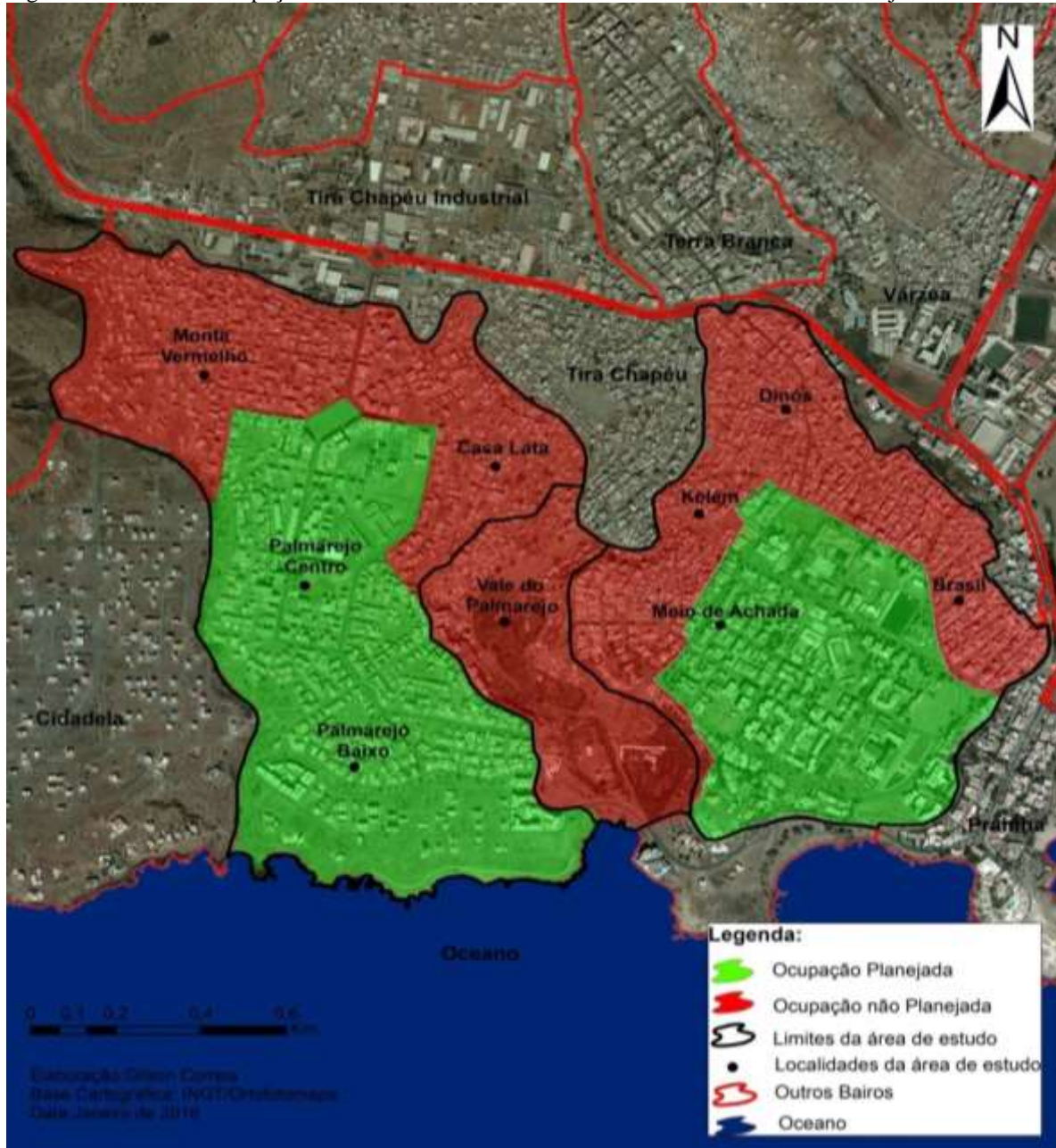
Atualmente vive-se numa sociedade em que o modelo capitalista produz um conjunto limitado de escolhas e também condições de vida à camada da população de baixa renda, o que leva à produção informal do território, gerando o movimento e o processo específicos de acesso e provocando a construção espontânea. Sendo assim, essa produção informal do território gera uma forma ocupação diferenciada e conflitos entre atores e usos.

Nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo as classes de maior renda habitam as áreas mais centrais, onde há maior infraestrutura e segurança. As classes de menor renda (poder) ocupam e procuram as áreas onde os terrenos e aluguel são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura e segurança. Como diz Silveira (2012), para aqueles que não têm sequer essa possibilidade, ocorrem as áreas de ocupação espontâneas, cujos terrenos, em sua maioria, são territórios onde os direitos de propriedade não vigoram. Ainda se encontram diversos pontos de vista em relação à construção da habitação que por sua vez se reflete na ocupação de formal legal em oposição ao chamado clandestino e informal.

Observando-se a Figura 09 depara-se que nos dois bairros, o território também é ocupado de duas formas completamente diferentes: uma ocupação planejada/ordenada baseada em projetos urbanísticos, acompanhado da implantação programada de redes de infraestruturas, serviços e equipamentos (Palmarejo Centro, Palmarejo Baixo e parte do Meio

de Achada Santo António que faz fronteira com o Vale do Palmarejo¹⁴); e uma ocupação não planejada/ordenada, decorrente da pressão da população, na maioria de baixa renda, por terrenos e habitação, sobre o solo urbano com as mais diversas características físicas, acessibilidade deficiente e ausência de infraestruturas, serviços e equipamentos (Casa Lata, Monte Vermelho, Vale do Palmarejo, Brasil, Dinós e Kelém¹⁵).

Figura 09: Formas da ocupação do território nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT, CMP e Google Earth.

¹⁴ São territórios mais bem urbanizados no interior da área de estudo em relação ao ordenamento do território e onde habitam as classes de maior renda ou poder aquisitivo.

¹⁵ São territórios da área de estudo com elevado *déficit* do ordenamento do território e com elevada concentração da população de baixa renda.

Os territórios dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo diferenciam-se ao longo das suas extensões, uma vez que na grande parte verifica-se uma produção dos assentamentos de uma forma não planejada (Figura 09) e acompanhada ao mesmo tempo por vários problemas. A área mais planejada explica-se pela intervenção dos promotores imobiliários que começaram a ter um papel forte na produção do território pela via do loteamento das áreas de expansão da cidade e produção de habitação. Assim, contribuíram para a especulação e valorização do solo nas áreas de expansão da aglomeração e por isso quem não tem o poder para acessar terrenos nas áreas valorizadas ocupa outras áreas menos valorizadas pelos esses atores (SILVEIRA, 2011).

Do ponto de vista de Silveira (2011), a empresa TECNICIL é um dos principais atores de produção do território ao agrupar a construção, a promoção imobiliária e a urbanização de terrenos. A sua intervenção no território resulta na produção de apartamentos associados a espaços comerciais, escritórios e moradias. A produção desta imobiliária está orientada para as classes sociais com maior posse e acesso ao crédito bancário para a aquisição de habitação. Essas classes destinam-se, principalmente, aos quadros da função pública ou do setor privado com acesso ao crédito bancário.

Ainda segundo o autor, em 2002 a empresa adquiriu em Palmarejo uma área de 15 hectares e, no âmbito do projeto de urbanização de parte deste fragmento da cidade (atribuída a designação de Palmarejo Baixo), introduziu no mercado lotes de terrenos urbanizados (vias, rede de água, electricidade e esgotos) até 2005. Neste mesmo período concluiu o maior projeto privado de urbanização (cidadela) ocupando uma área de 113 hectares de terrenos infraestruturados na zona oeste da cidade.

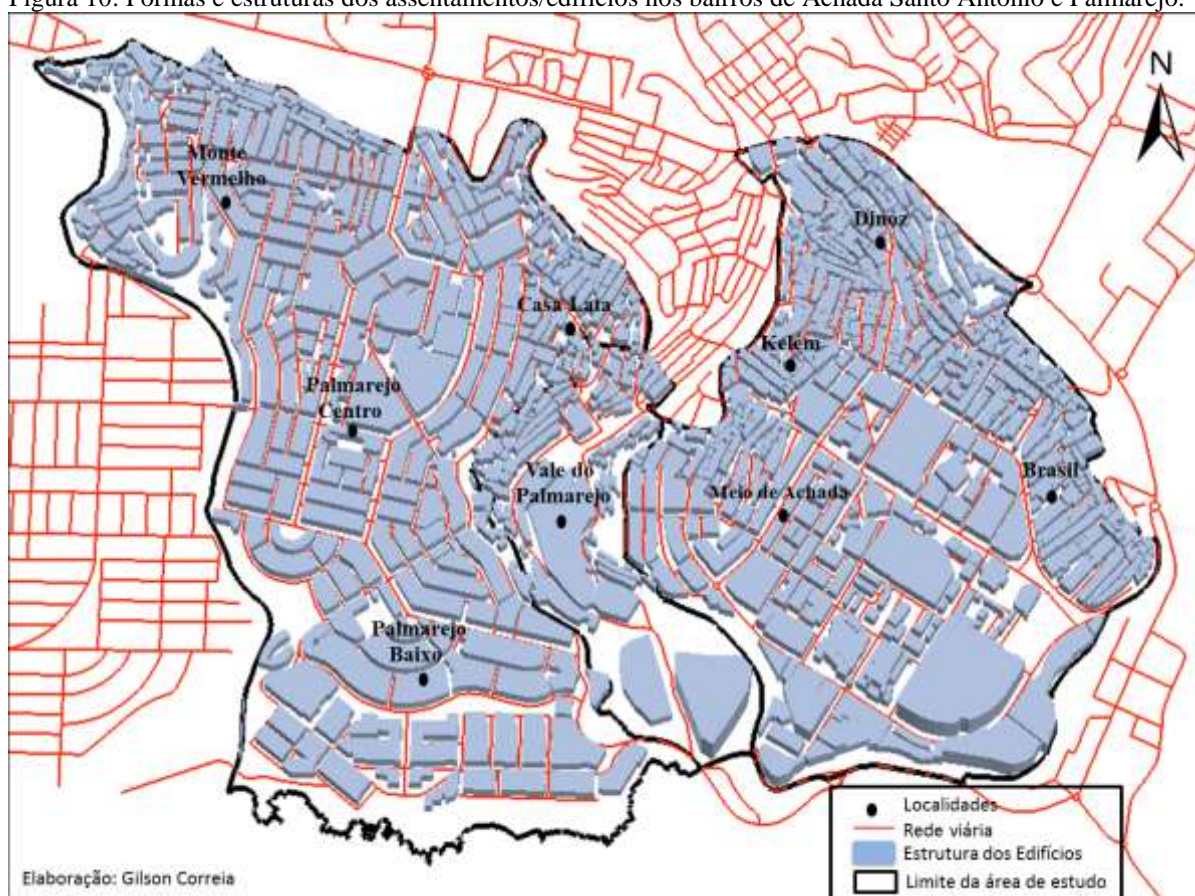
A sua produção não se enquadra na resolução da problemática da habitação para as classes de baixa renda, mas sim para os que podem pagar e ter uma habitação nas áreas residenciais de prestígio. Assim sendo, a produção privada das empresas tem contribuído para reforçar a fragmentação da maioria dos bairros da cidade e a especulação do solo. Por isso, a ocupação espontânea/informal representa a maior parte do território. O sistema utilizado nesta ocupação é o da construção evolutiva, ou seja, constrói-se à medida das disponibilidades financeiras do momento, utilizando para isso a mão-de-obra das famílias, dos amigos e vizinhos, por não ter uma renda que permitam conter melhores condições de vida. Este processo ganhou força no início da década de noventa e tendo intensificado a ocupação nas diferentes partes da cidade (SILVEIRA, 2011).

Antes a ocupação pelos atores fez-se evitando as áreas de risco, hoje isso tem-se intensificado em territórios delimitados de risco como sendo as encostas, fundo dos vales e

leitos de cheias, o que contribui para o surgimento de vários problemas, como por exemplo: fraca iluminação pública, estrutura precária das construções, fraca acessibilidade e visibilidade no território. Tudo isto faz com que aumente o sentimento de insegurança das pessoas que ali habitam e ao mesmo tempo facilitando os criminosos na prática dos crimes.

Como visto na discussão sobre o território no primeiro capítulo, à medida que os atores sociais praticam as suas ações conforme as necessidades e interesses, esse território será modificado e transformado com base na relação do poder de cada um dos atores. Essa reflexão pode ser corroborada com a Figura 10 que mostra o mapeamento das formas e estruturas dos assentamentos nos territórios da área de estudo.

Figura 10: Formas e estruturas dos assentamentos/edifícios nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT e CMP.

Conforme a Figura 11 é de se afirmar que as formas e estruturas dos assentamentos na maioria das localidades de Achada Santo António (Brasil, Dinós, Kelém e parte do Meio de Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo) e Palmarejo (Casa Lata, Monte Vermelho e Vale do Palmarejo) não apresentam um ambiente físico com traçado regular dos

assentamentos em relação às outras localidades da área de estudo (Palmarejo Centro, Palmarejo Baixo e Meio de Achada mais central).

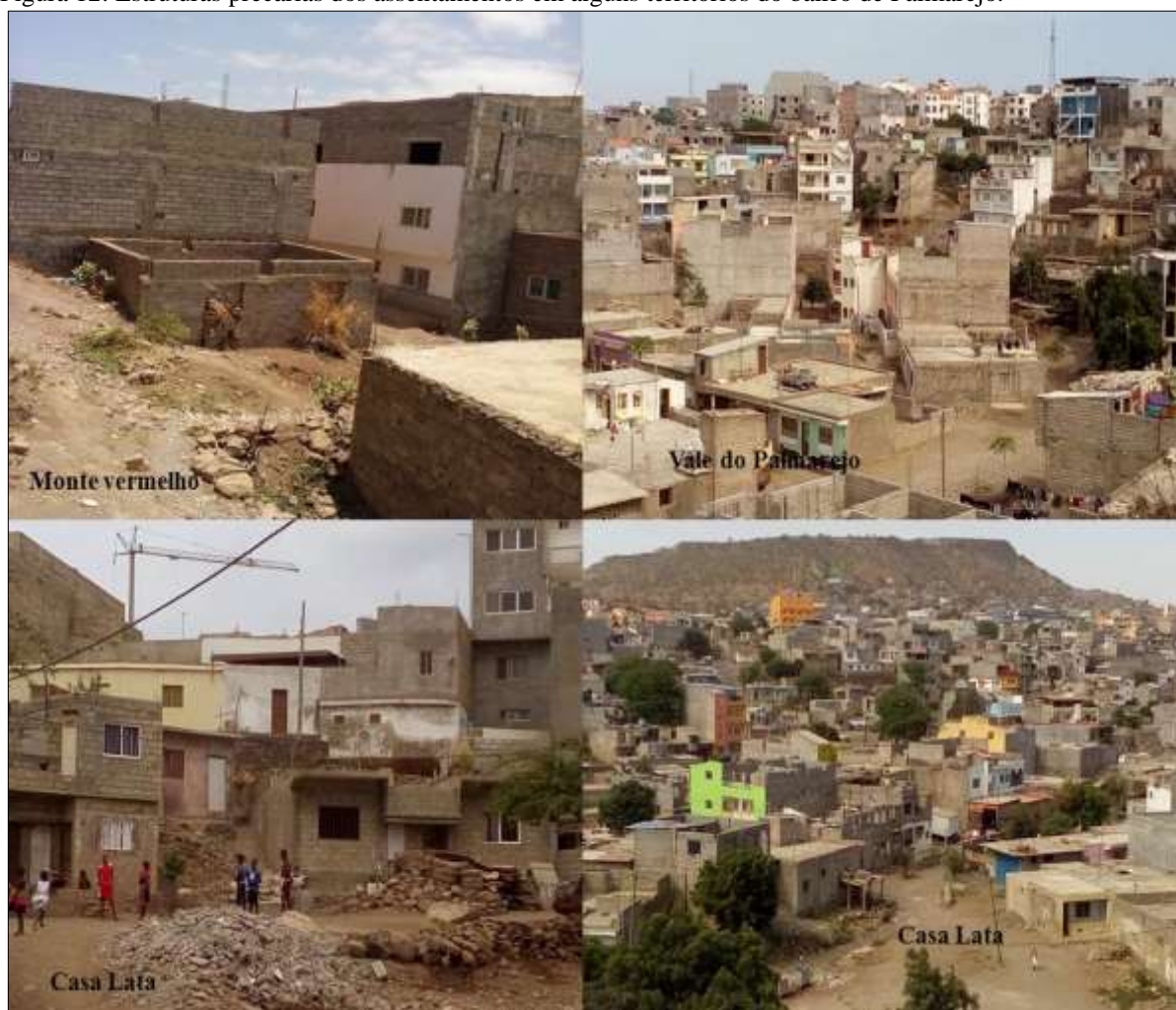
Tendo em conta que a necessidade de moradia atinge a todas as classes sociais, mas que nem sempre todas elas podem ter acesso ao recurso ou capital que lhe permite ter moradia num local seguro e limitando as áreas de riscos (obedecendo as normas do ordenamento do território), faz com que essas classes sociais de menor poder ocupem, por formas alternativas, as áreas desfavorecidas com construção nas encostas, ribeiras e fundos dos vales. Grande parte da população que vive nestas áreas depende da ação do Estado. Como as políticas públicas do Estado não favorecem a todos os atores sociais dentro de um determinado território, as desigualdades econômicas acentuam e aceleram o processo de segregação socioespacial e por outro lado contribuem para a disputa e conflitos entre os territórios. Com base nas Figuras 11 e 12, pode-se analisar que os territórios dessas localidades apresentam grande *déficit* do seu ordenamento.

Figura 11: Estruturas precárias dos assentamentos em alguns territórios do bairro de Achada Santo António.



Fonte: Autor (2016).

Figura 12: Estruturas precárias dos assentamentos em alguns territórios do bairro de Palmarejo.



Fonte: Autor (2016).

Por meio da pesquisa de campo desenvolvida por este estudo, verificou-se que os territórios dessas localidades referidas nas Figuras 11 e 12 apresentam estruturas dos assentamentos precários, sentido de orientação não correto, assentamentos voltados de costas para a rua, existência de becos com e sem saídas, ruas pouco movimentadas, fraca iluminação pública e deficientes acessibilidades locais (construções nas encostas, ribeiras e fundo dos vales). Na visão de Correia e Tavares (2016), se não há boas condições de visibilidade, sistemas de iluminação eficazes, torna-se muito mais fácil a prática dos crimes. Ruas estreitas e mal iluminadas aumentam a percepção do sentimento de insegurança, vulnerabilidade do território e diminuem a possibilidade de o criminoso ser visto ou ficar detido após cometer o crime.

Também, as deficientes acessibilidades, num contexto em que a toponímia a sinalizar com placas indicativas de ruas e prédios públicos ainda é inexpressiva, o que dificulta não só o acesso de moradores e a consequente apropriação do território como também viaturas dos

serviços públicos, dificultando o trabalho da polícia. Por isso, em alguns territórios tende a concentrar-se mais crimes do que em outros, o favorecido pelo ambiente.

Importa reforçar, assim como já foi dito em alguns parágrafos anteriores, que uma boa parte da população que vive nesses territórios é de baixa renda, onde carece uma condição de vida segura e estável, há elevado número de desempregados, famílias desestruturadas e sem inserção social, grupos de jovens delinquentes (*thugs*) e com baixo nível de escolaridade. Muitos jovens tornam-se agressivos e violentos, pela falta de uma política social que engloba criação de emprego, acesso à educação e áreas de lazer.

No que tange ao ordenamento do território na área de estudo, percebe-se a necessidade de uma maior intervenção das autoridades competentes na sua relação com a diminuição da insegurança e do crime. Pois, se a população de uma localidade diz que o medo advém de uma fraca iluminação pública e falta de policiais durante à noite, por certo o problema não será resolvido aconselhando as pessoas a aplicarem melhores fechaduras nas portas das suas habitações e não frequentar alguns territórios durante uma certa ocasião a noite. Nesta lógica, Correia e Tavares (2016) dizem que as pessoas não passam a se sentirem menos inseguras a não ser que saibam que as fontes dos seus receios estão a ser removidas. O medo é baseado nas percepções, por isso a intenção da polícia em reduzir o medo deve ser consistente e deve ser assegurado que a população vê resultados de sua atuação.

Segundo eles, deve-se contribuir para uma maior valorização do território. Isto passa necessariamente pelo esclarecimento de direitos e responsabilidades, elevando a cidadania territorial e urbanística, e com isso, garantir a qualidade de vida das pessoas. Essa relação negativa com o meio envolvente encontra-se também em pessoas de maiores rendimentos e melhores condições de vida e que não atuam na lógica de sobrevivência e que ficam capturadas pela lógica das justificações baseadas na pobreza, tendem a conduzir ao aumento e cristalização dessas práticas. Amplas ações de comunicação e de uma política social são necessárias de modo a criar uma atitude favorável a uma vida urbana de melhor qualidade e de segurança.

Uma sociedade em que os territórios são muito bem ordenados, com arruamento bem definido, passeios onde que os peões conseguem caminhar de forma segura e com boa acessibilidade e visibilidade, há aumento do sentimento de segurança das populações que vivem e circulam nessas áreas. A Figura 13 mostra o exemplo de algumas áreas bem ordenadas na área de estudo, onde segundo algumas populações entrevistadas, essas áreas apresentam uma boa iluminação pública, ruas acessíveis e com vigilância de policiais frequentes, o que aumenta mas sentimento de segurança das populações. Então, isto permite

inferir que em territórios bem ordenados e planejados torna-se mais fácil combater a criminalidade.

Figura 13: Exemplo de algumas áreas bem ordenadas na área de estudo.



Fonte: Autor (2016).

No entanto, as pessoas que vivem nas áreas referidas na Figura 13 praticamente são as que possuem melhores condições de vida para compra e aluguel das habitações nessas áreas mais centrais, ordenadas e com maior segurança. Mas devido ao aumento constante da violência e criminalidade no território urbano, grande quantidade de pessoas está construindo e colocando acessórios como portas de ferro, grades nas janelas, arame farpado¹⁶, etc para se protegerem de alguns tipos de crimes (Figura 14). Esses acessórios são colocados na maioria pelos atores sociais que possuem condições econômicas de se protegerem com essas tecnologias, enquanto os que não os têm, tornam-se a parte mais vulnerável.

¹⁶ Esses acessórios colocados nas habitações, segundo a discussão de Lira (2014) são chamados de arquitetura do medo.

Figura 14: Acessórios colocados nas residências da área de estudo.



Fonte: Autor (2016).

De acordo com Correia e Tavares (2016), se o problema é o medo de usar alguns equipamentos coletivos porque estão num local escondido ou de pouco movimento e segurança. A colocação eficaz dos equipamentos coletivos pode causar nas pessoas uma sensação de que são menos propensas a riscos e menos perigosas de usar (CORREIA; TAVARES, 2016).

Os equipamentos coletivos assumem um papel determinante na definição da qualidade de vida das populações, contribuindo de forma significativa para melhorar a vivência nas áreas residenciais. As sociedades tendem a organizar-se em torno dos equipamentos coletivos, sendo um aspecto infuente na forma de vivência de cada bairro. A acessibilidade, densidade populacional, enquadramento social são fatores essenciais ao planejamento dos equipamentos coletivos, influenciando a sua localização e utilização (MATEUS, 2011).

Nesta mesma lógica, Mateus (2011) afirma que os equipamentos coletivos têm um grande impacto no território, funcionando como elementos geradores de movimentos e de

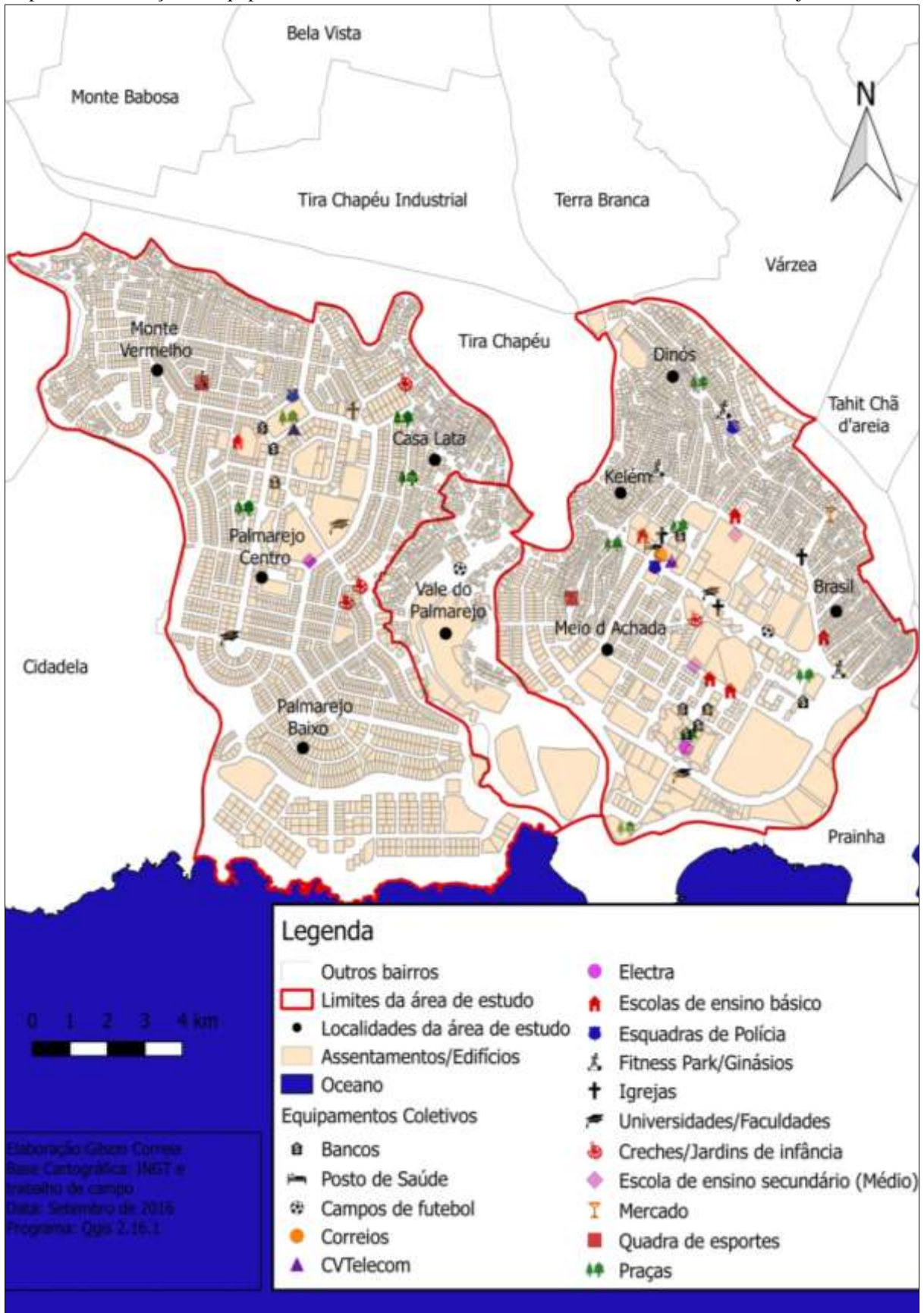
territórios de vivência, contribuindo para atratividade e dinamismo do território em que se inserem, aumentando a qualidade de vida dos cidadãos que servem. Por isso, os equipamentos coletivos devem ser distribuídos de forma correta e equilibrada nos territórios, de modo a assegurar que todos os cidadãos consigam, através da mobilidade de curta duração, aceder com segurança e acessibilidade aos equipamentos coletivos.

Ao analisar a distribuição territorial dos equipamentos coletivos na área de estudo, deparamos que a maioria desses equipamentos não segue um padrão de concentração equilibrada. As áreas mais privilegiadas (Palmarejo Centro e Meio de Achada Central), onde há um predomínio da ocupação das classes altas, são munidas dos melhores serviços e equipamentos coletivos, enquanto as áreas menos favorecidas (Monte Vermelho, Casa Lata, Vale do Palmarejo, Dinós, Kelém e Brasil) sofrem com problemas relacionados à insuficiência ou mesmo ausência de equipamentos coletivos. Essa constatação pode ser corroborada pela análise do Mapa 09 que ilustra a distribuição territorial dos equipamentos coletivos nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo. Os territórios bem ordenados, geralmente são munidos da melhor distribuição dos equipamentos e serviços. Em contrapartida, equipamentos e serviços coletivos precários e deficientes são direcionados aos territórios espontâneos (menos ordenados).

A leitura do mesmo Mapa 09 permite identificar que alguns equipamentos coletivos como os bancos, escolas, universidades e creches estão potencialmente concentrados nos territórios privilegiados/ordenados da área de estudo. Nos territórios menos privilegiados/ordenados encontram-se apenas algumas praças, *fitness park* e quadra de esportes. De acordo com as populações locais entrevistadas, esses equipamentos não são suficientes, o que dificulta grande parte das pessoas, principalmente os jovens em ter uma área de lazer para ocupar os seus tempos livres. E também essa insuficiência ou mesmo ausência de alguns equipamentos coletivos nestas áreas consideradas desprivilegiadas traz certa instabilidade às pessoas que ali residem, uma vez que sentem necessidade de deslocarem para outros territórios de modo a ocupar os seus tempos livres. Grande parte dessas áreas/territórios onde se concentram esses equipamentos não dispõe de uma boa iluminação pública, acessibilidade e vigilância, por isso as pessoas sentem-se menos seguras em relação ao frequentarem esses locais.

Desta maneira, afigura-se que há uma necessidade de intervir mais nesses territórios desprivilegiados (Monte Vermelho, Casa Lata, Vale do Palmarejo, Dinós, Kelém e Brasil), de modo que haja um equilíbrio dos equipamentos coletivos.

Mapa 09: Distribuição de equipamentos coletivos nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.



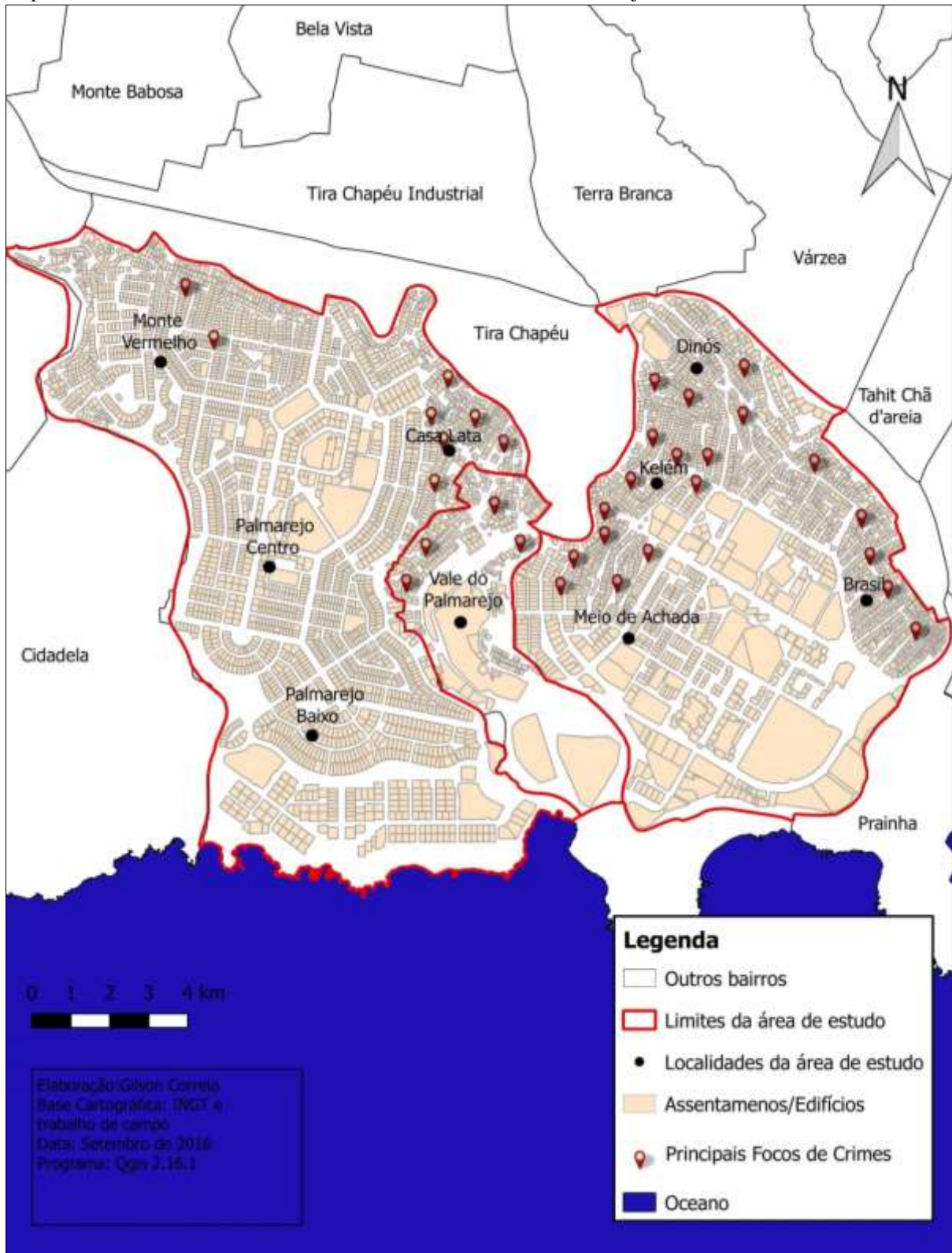
Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT e pesquisa de campo.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS FOCOS DE CRIMES

Nesta parte de estudo será feito mapeamento dos focos de crimes na área de estudo, o que permite localizar áreas e territórios com sua maior incidência de crimes. Esse mapeamento permite análise dos territórios com precisão e obtenção de resultados esperados, tornando assim, mais eficazes as ações de prevenção e combate aos crimes. Por outro lado, permite garantir maior qualidade dos serviços por parte dos policiais e outras entidades competentes no combate à insegurança urbana, possibilitando a construção de um plano adequado para monitoramento, avaliação e intervenção junto às políticas públicas tanto ao nível dos bairros como do município.

Para isso, fez-se um levantamento cartográfico, como dito na metodologia, com base nas conversas informais e inquéritos às populações locais e entrevista ao Diretor da Polícia Judiciária e Comandante da Polícia Nacional. Da cartografia produzida, identificou-se que as áreas de ocupação espontânea ou periféricas (Monte Vermelho, Casa Lata, Vale do Palmarejo, Dinós, Kelém, Brasil e parte do Meio da Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo) apresentam maior focos de crimes em relação às áreas de ocupação planejada (Palmarejo Centro, Palmarejo Baixo e Meio de Achada Central). Essa constatação pode ser vista ao analisarmos o Mapa 10 que identifica os focos de crimes nos dois bairros de estudo.

Mapa 10: Focos de crimes nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT e pesquisa de campo.

Segundo as informações adquiridas na pesquisa de campo, as pessoas que vivem nessas áreas sentem-se bastante inseguras devido às ocorrências criminais que acontecem praticamente todos os dias. Como foi referido anteriormente na Figura 11 e 12 e também na

caracterização da área de estudo, o território dessas áreas de ocupação espontânea carecem de um bom ordenamento (crescimento rápido e desordenado e sem redes de infraestruturas e equipamentos sociais, condições de vida precária ou fraca qualidade de vida e o bem-estar das pessoas, falta de empregos, acesso à habitação e lazer), devido à fraca intervenção das autoridades, principalmente o Estado, a quem tem maior poder da organização do território e permitir um desenvolvimento equilibrado.

De acordo com o relato de vários entrevistados, a distribuição de renda de forma desigual nos territórios entre os grupos sociais e a falta de empregos permitiu a exclusão daqueles que não têm o poder para acessar determinadas áreas do território urbano. Desta forma, os grupos excluídos (atores sociais de baixo poder aquisitivo) por não terem outra opção, ocuparam as áreas e territórios periféricos de muitos bairros, onde os terrenos são mais baratos e com fraca fiscalização das autoridades. Sendo assim, nas áreas periféricas por terem concentrado grande números de populações vulneráveis, os problemas ligados à violência e criminalidade têm se registrado com maior intensidade devido à maior disputa entre os grupos e territórios.

As pessoas que circulam nestas áreas estão mais susceptíveis aos crimes. Segundo as populações locais, os assaltos à mão armada e roubos são crimes mais cometidos nestas áreas. Isto deixa evidente a necessidade de um maior investimento nos territórios em que os focos dos crimes são maiores, um investimento em prevenção e na melhoria das condições de vida e na criação de oportunidades reais de forma a aumentar a sensação de segurança das populações que ali residem e frequentam essas áreas ou territórios.

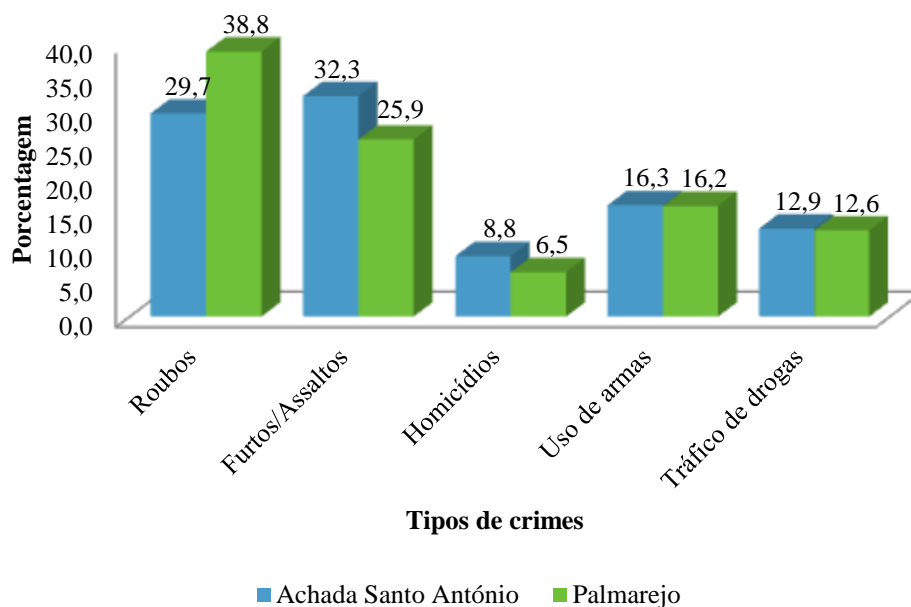
Em uma análise preliminar, de acordo com a discussão desenvolvida por vários autores no capítulo teórico e segundo a pesquisa de campo, percebe-se que, realmente, um território bem ordenado está sujeito a menos ocorrências de crimes do que um território onde a desordem prevalece (território periférico).

3.2 TIPOLOGIAS DE CRIMES E FREQUÊNCIA DA SUA OCORRÊNCIA

De acordo com a entrevista feita junto à Polícia Nacional e Judiciária e inquéritos realizados às populações da área de estudo (2016), nos últimos cinco anos os crimes contra o patrimônio e contra as pessoas ocorreram mais na Achada Santo António e os crimes contra o patrimônio em Palmarejo. De salientar que os crimes contra o patrimônio foram mais roubos e furtos/assaltos cometidos com violência. Dos crimes contra as pessoas destacam-se o uso de armas, tráfico de drogas e os homicídios envolvendo os grupos de *thugs*.

No Gráfico 12 pode-se observar a tipologia de crimes e frequência da sua ocorrência nos dois bairros de estudo.

Gráfico 12: Tipologia e frequência de crimes.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados às populações (2016).

Da análise do referido Gráfico 12, nota-se que roubos e furtos/assaltos representam maior porcentagem da ocorrência em relação aos outros tipos de crimes. Além disso, os dois bairros possuem em suas áreas geográficas inúmeros problemas relacionados ao uso de armas e tráfico de entorpecentes (drogas) e que geram outros problemas (homicídios) aos seus residentes e também daqueles que circulam nesses bairros, observando que as entidades não intervêm de forma contínua nos territórios. Esses tipos de crimes possuem maior incidência em áreas periféricas¹⁷ que fazem fronteiras com as áreas elitizadas¹⁸ (Figura 21), remetendo a áreas específicas de cometimento de roubos e assaltos à mão armada. As áreas periféricas ou pobres, como refere Chagas (2014) na sua discussão, são mais “conflituosas” e por isso os problemas sociais são mais evidentes.

Segundo Lira (2014), várias pesquisas destacam a associação dos crimes contra a pessoa, em especial os homicídios, com crimes de tráfico de drogas ilícitas e uso de armas como o ápice da violência e criminalidade, ou seja, quando estes fenômenos sociais assumem

¹⁷ Monte Vermelho, Casa Lata, Vale do Palmarejo, Dinós, Kelém, Brasil e parte do Meio da Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo.

¹⁸ Palmarejo Centro, Palmarejo Baixo e Meio de Achada Central.

suas características mais atemorizantes, bárbaras e cruéis: confrontos armados em espaços públicos entre gangues, execuções, eliminação de informantes e outros tipos de atrocidades.

Os crimes contra as pessoas podem estar associados à problemática das drogas ilícitas devido à combinação de uma série de fatores. O referido autor diz que uma corrente de estudiosos do campo da saúde aponta para importância dos efeitos das substâncias tóxicas sobre o comportamento das pessoas. O uso dessas substâncias pode implicar alterações das funções cognitivas, estados emocionais, hormonais e ou/fisiológicas dos usuários. Essas alterações, que variam de indivíduo para indivíduo, podem motivar o indivíduo a praticar os crimes.

Os jovens são os principais usuários dessas substâncias (drogas) e por isso a maior parte dos crimes que acontecem, conforme as populações entrevistadas está relacionada com os jovens. Nesta linha, Alves (2014) diz que os jovens, principalmente os considerados “*thugs*”, são usuários frequentes droga e para terem acesso às mesmas, eles têm que roubar na maioria dos casos para comprar e por outro lado, têm que ter arma para cometer o crime sobre a vítima que pode ser não só de roubo e furto como também de homicídio ou de ofensa à integridade física.

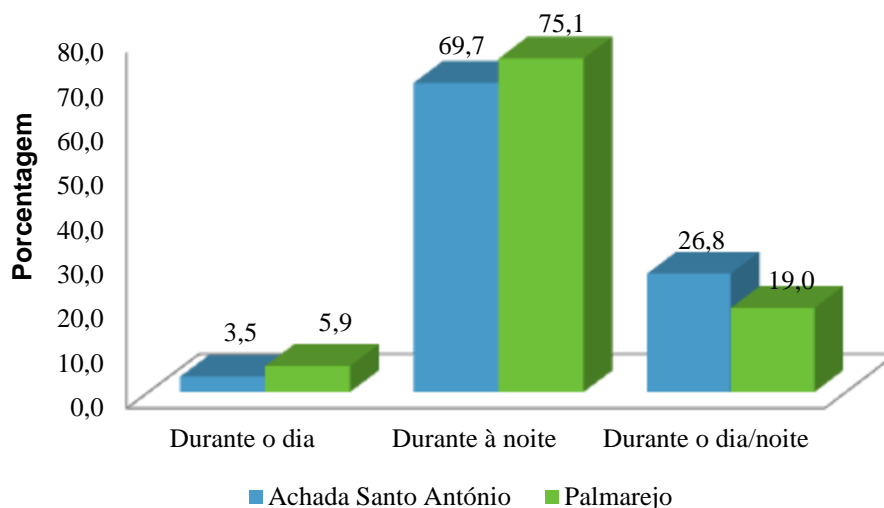
Além disso, as influências do meio e as características sócio-culturais individuais e coletivas dos usuários de droga não devem ser descartadas, como por exemplo: descrédito e insegurança social, falta de espaço e escolarização para um trabalho qualificado, ineficiência de serviços e equipamentos coletivos que proporcionem condições básicas de vida, ambiente degradado (precário) e entre outros. Assim, a transformação quase mágica de vida sofrida de seus familiares e as chances de tornar possível o acesso aos bens de consumo da moda (celular, acessórios, roupas e outros produtos ostentados pelas classes privilegiadas) influencia uma boa parte dos jovens das áreas desprivilegiadas para o mundo do tráfico/crime (LIRA, 2014).

Conforme o autor, com o recurso as drogas, os jovens expressam toda a fantasia de poder. Também, as expectativas de participar das investidas de assaltos e roubos, integrar as gangues, sentir-se mais fortes diante dos inimigos e portar armas nutrem o imaginário desses jovens.

Segundo a pesquisa, os diferentes tipos de crimes são praticados na maioria em momento oportuno (durante a noite). Os criminosos, por sabarem que à noite grande parte das áreas e territórios não é bem iluminada e que existe um deficiente ordenamento em termos urbanísticos (construções precárias e ruas estreitas), aproveitam desta oportunidade para praticar os crimes, uma vez que as condições o favorecem. De acordo com as populações inquiridas, 69,7% dos crimes ocorrem nos territórios do bairro de Achada Santo António e

75,1% em Palmarejo, essas ocorrências se dão à noite (Gráfico 13). Existem também ocorrências registradas durante o dia, embora em menor porcentagem.

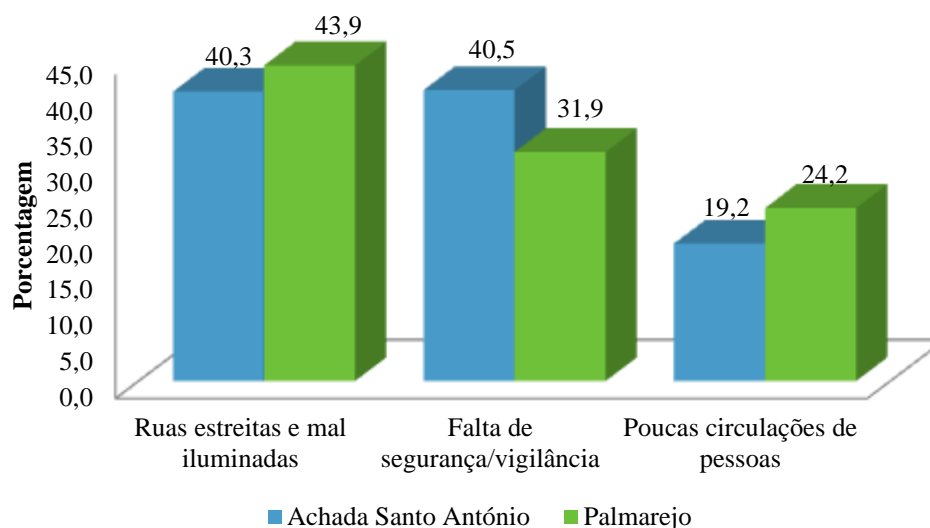
Gráfico 13: Momento do dia que são mais praticados os crimes.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

Os motivos que levam os criminosos a praticarem os crimes durante a noite, conforme as populações locais inquiridas, são: ruas estreitas e mal iluminadas, falta de segurança/vigilância e poucas circulações de pessoas (Gráfico 14). Esses aspectos são facilitadores no momento da prática de crimes. Deste modo, nos territórios onde carecem desses aspectos, os crimes são mais frequentes, isto porque os infratores/criminosos têm mais oportunidade e poder para a prática dos atos criminais.

Gráfico 14: Aspectos facilitadores na prática dos crimes à noite.



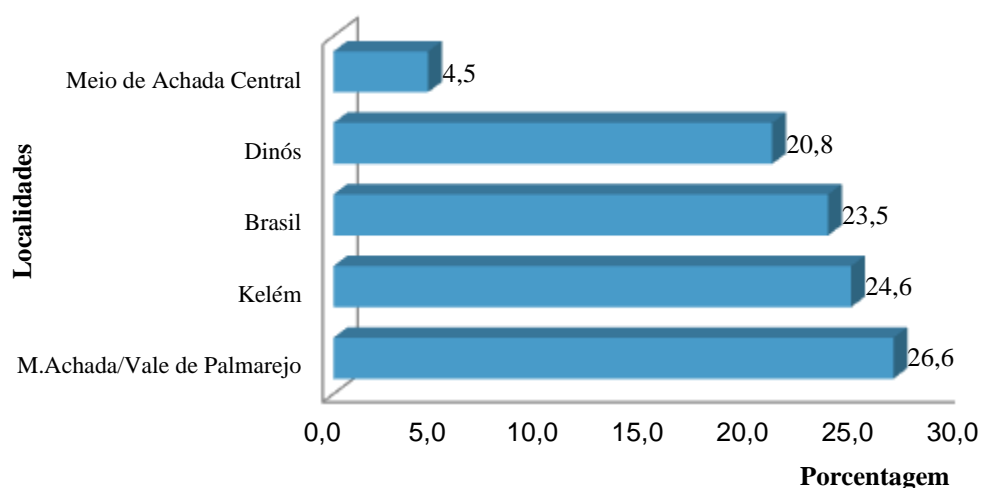
Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

Pela análise do Gráfico 14, nota-se que no bairro de Achada Santo António 40,3 % dos inquiridos afirmaram que ruas estreitas e mal iluminadas são um dos motivos que levam os criminosos a praticarem os crimes durante a noite, 40,5% dizem que é falta de segurança/vigilância e 19,2% apontam para poucas circulações de pessoas. E no bairro de Palmarejo, 43,9% dos inquiridos apontaram como motivos ruas estreitas e mal iluminadas, 31,9% se referiram falta de segurança/vigilância e 24,2% à pouca circulação de pessoas.

Essas porcentagens, segundo os entrevistados, têm maior representatividade nos territórios periféricos dos bairros. Por esta razão, afirma-se que esses territórios são bastante inseguros e facilitadores da prática dos crimes.

Em síntese, a criminalidade nos bairros de estudo está distribuída de forma desigual no território. Neste contexto, nas localidades onde se registram maiores problemas urbanísticos e sociais, o crime tem maior impacto. Observando o Gráfico 15, que mostra a distribuição de frequência da criminalidade no bairro de Achada Santo António, verifica-se que as localidades de Meio de Achada fronteira ao Vale de Palmarejo Kelém, Brasil e Dinós apresentam maior porcentagem da criminalidade. Como já dito anteriormente, são localidades periféricas e com grandes problemas ligados ao ordenamento do território, o que torna o enfrentamento da criminalidade ineficiente.

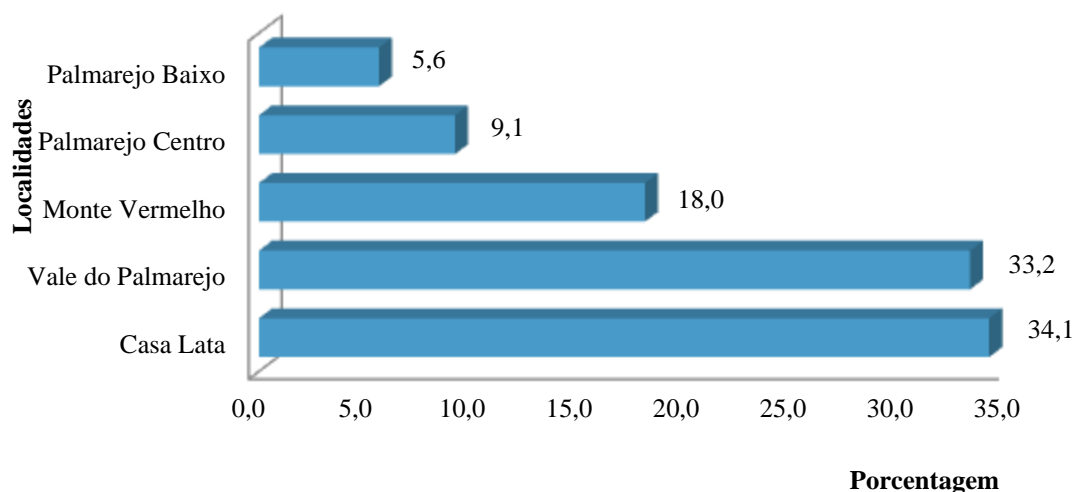
Gráfico 15: Distribuição de frequência da criminalidade por localidades no bairro de Achada Santo António.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

No bairro de Palmarejo (Gráfico 16), as localidades com maior distribuição de frequência da criminalidade pertencem também às áreas mais periféricas do bairro: Casa Lata (34,1%), Vale do Palmarejo (33,2%) e Monte Vermelho (18,0%).

Gráfico 16: Distribuição de frequência da criminalidade por localidades do bairro de Palmarejo.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

A maior distribuição da criminalidade nessas localidades periféricas se justifica pelo aumento da população de baixo poder aquisitivo ou de baixo *status* socioeconômico, como resultado da ausência de políticas públicas eficientes voltadas para diminuição das desigualdades sociais e como consequência de problemas urbanísticos que aumentam a cada dia nessas localidades. Essa distribuição da criminalidade, como referido na seção anterior, está relacionada em grande parte, com o fenômeno “*thugs*” (grupos de jovens delinquentes).

3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE HOMICÍDIOS

A respeito dos territórios de homicídios, foi gerado um *hot spot* (mapa de calor) a partir dos pontos de homicídios ocorridos indicada pelas populações locais¹⁹ durante a pesquisa de campo referente a alguns anos.

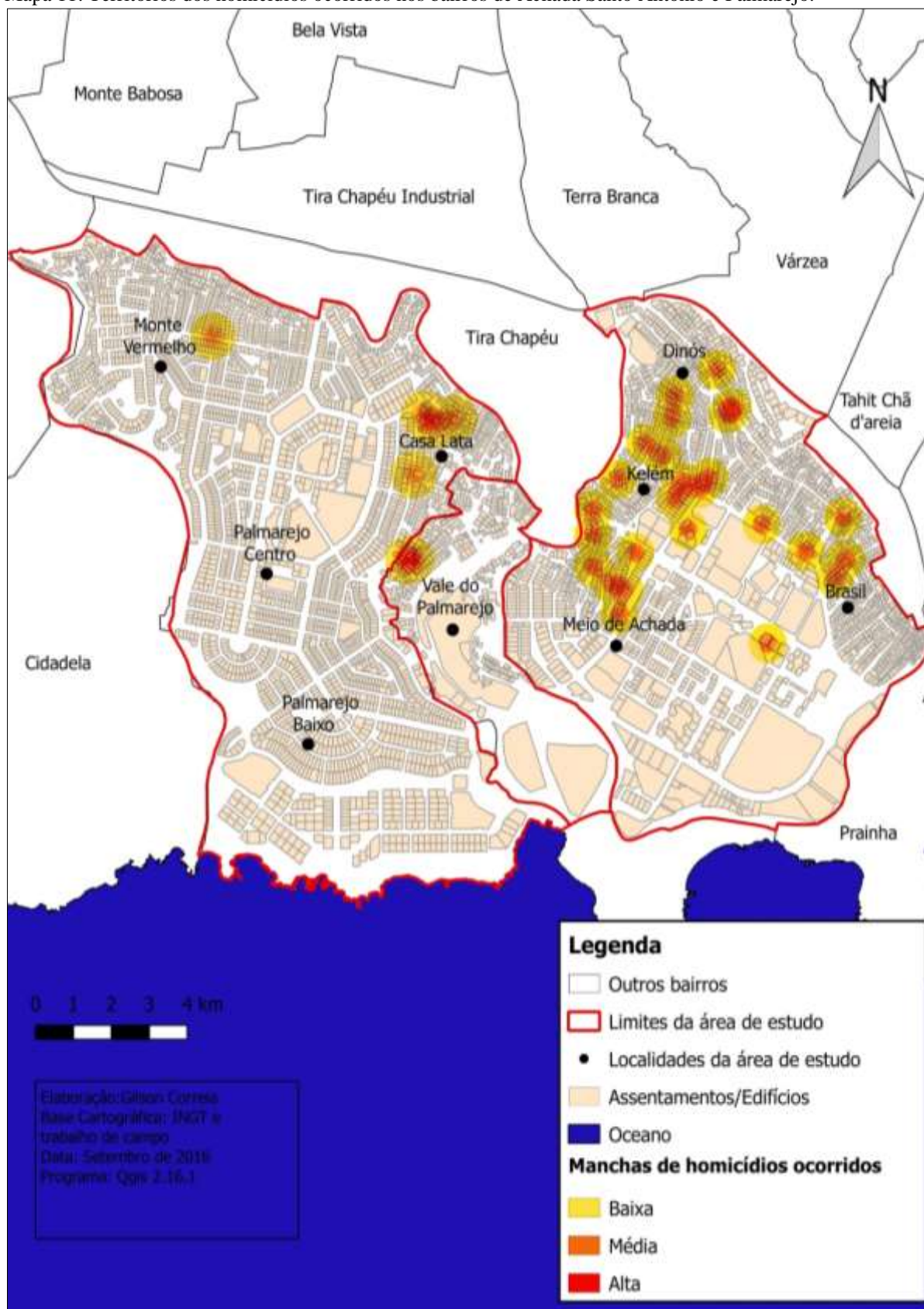
Deste modo, a leitura cartográfica do Mapa 11, que apresenta as manchas de homicídios ocorridos na área de estudo, permite identificar, complementarmente, que a alta concentração dos homicídios ocorridos, refere-se às localidades de ocupação espontânea (Casa Lata, Vale do Palmarejo, Kelém, Dinós e Meio de Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo). A geração de *hot spot* mostra realmente que as manchas quentes se formam praticamente ao redor dessas localidades.

¹⁹ Por não existir os dados de homicídios georreferenciados pelas instituições de segurança (Polícia Nacional e Judiciária), preferiu-se georreferenciar esse tipo de crime com base nos dados recolhidos junto às populações locais de forma a mapear as áreas onde ocorreu maior parte dos homicídios nos dois bairros de estudo.

No entanto, os territórios das referidas localidades geralmente são formados por vários grupos de *thugs* (jovens delinquentes) que competem pelo território por meio de conflitos à mão armada. Por outro lado, são territórios formados de ocupações ilegais e muitos deles com poucas infraestruturas e segurança, onde os crimes de homicídios geralmente acontecem. Os jovens são mais vitimados devido à disputa do território e rivalidade entre diferentes grupos de *thugs*, por meio do uso e porte de armas ilícitas (ALVES, 2014). Essa territorialização dos crimes de homicídios nessas áreas permite uma maior intervenção das entidades competentes, de modo à transmitir maior segurança às populações que ali vivem e circulam.

No mesmo Mapa 11, pode-se observar que nas localidades centrais e ordenadas da área de estudo (Palmarejo Centro, Palmarejo Baixo e Meio de Achada mais central), há pouca ação e até mesmo ausência de mancha quente dos homicídios. São territórios que dispõem de melhor infraestruturação, acessibilidade e visibilidade em termos urbanísticos e com menos problemas sociais.

Mapa 11: Territórios dos homicídios ocorridos nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.



Fonte: Autor (2016), elaborado com base nos dados do INGT e pesquisa de campo.

A linha de análise aqui desenvolvida permite no momento identificar que os territórios periféricos são mais susceptíveis ao cometimento dos crimes de homicídios. Há sempre conflitos nesses territórios, e muitas vezes esses conflitos resultam em mortes e fazendo com que aumente o número de homicídio a nível geral dos bairros e da cidade. De acordo com o relato das populações, os jovens estão usando drogas e bebidas alcoólicas em grande quantidade e ao mesmo tempo disputando o território com conflitos a mão armada. A consequência desta disputa na maioria dos casos resulta em perda de vida desses jovens e dos que não se envolvem nesses conflitos, as atingidas por balas perdidas. Nos territórios das localidades centrais e ordenadas também há conflitos e disputa, embora em proporções menores. Porém, é na periferia que eles ocorrem de forma mais acentuada por isso o número de homicídios é maior.

Na discussão de Alvarez (2015), alguns tipos de crimes merecem destaque, os homicídios são um deles, pois são manifestações de um longo e contínuo processo de desvalorização da sociedade local, que refletem o processo de produção e organização do território. Assim, a ação organizativa, que por via de regra precariza os territórios e institucionaliza a periferia como abrigo e produtor de (des)ordem, também é catalizador social da pobreza. Neste contexto, possibilita o surgimento de relações sociais que em primeira ordem problematizam e facilitam diversas estratégias sociais manifestadas na desordem e nas mais diversas formas de violência em múltiplas escalas e instâncias sociais.

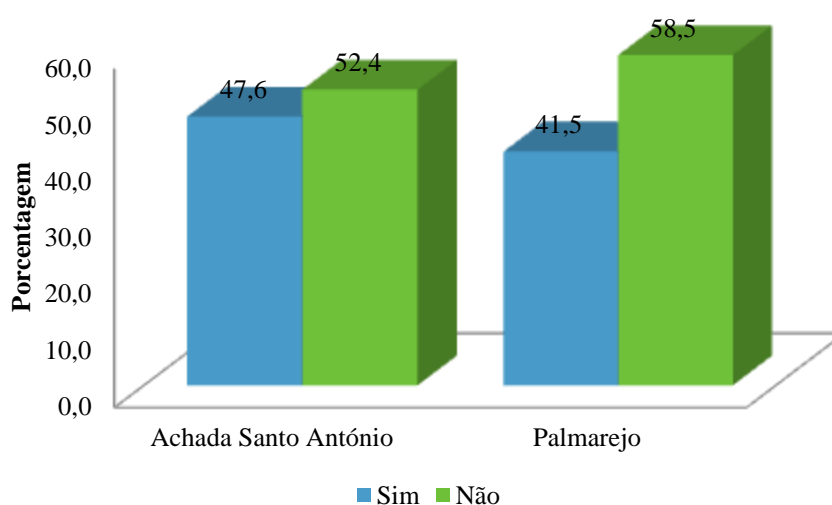
Nesta lógica, os diversos problemas sociais que alguns territórios enfrentam, particularmente o que couber aos acessos e à possibilidade de desenvolvimento, acarretam por acréscimo outros problemas. De forma correspondente, das questões sociais e urbanas podem emergir relações sociais em que o crime é o principal meio de articulação e vinculação (ALVAREZ, 2015).

O perfil das vítimas de homicídio revelado por pesquisas realizadas nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo se referem na maioria as pessoas de classes sociais baixas e médias. Conforme Gomes (2016), essa constatação permite apontar para a estreita proximidade com um quadro de exclusão social e econômica que tem colocado na cidade pessoas em contexto de vulnerabilidade mais próximas de conflitos e de disputas em que há emprego da violência capital. Ainda na discussão do autor, os crimes de homicídios na cidade têm maior concentração em áreas onde a desorganização territorial é mais intensa, a disponibilidade dos serviços públicos é mais frágil e a infraestrutura mais precária, quando comparados a outras áreas da cidade. Nesta linha, como foi referida na análise do Mapa 09, a

maior concentração dos crimes de homicídios na área de estudo refere-se aos territórios periféricos/desorganizados.

Segundo as populações locais inquiridas, uma boa percentagem dos agregados familiares diz que já foi afetada pela violência e criminalidade (Gráfico 17). No bairro de Achada Santo António constata-se 47,6% dos agregados familiares afetados pela violência e criminalidade e 41,5% no bairro de Palmarejo.

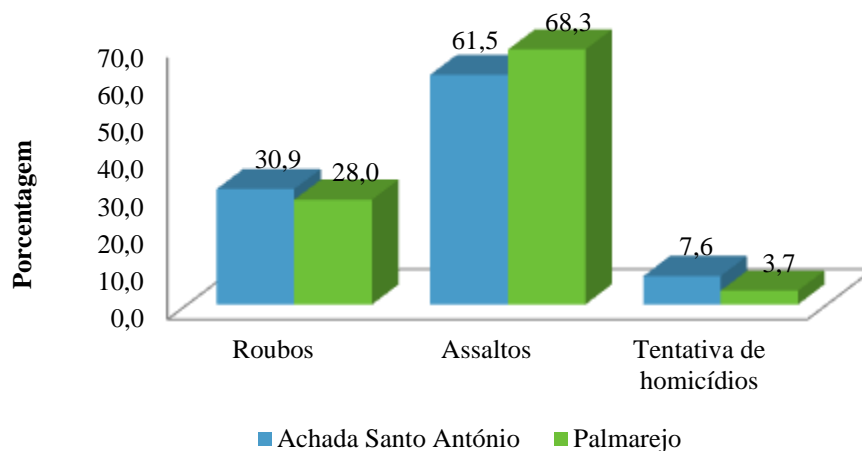
Gráfico 17: Percentagem dos agregados familiares afetados pela violência e criminalidade.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

O assalto predomina entre o tipo de crimes sofridos pelas vítimas nos dois bairros de estudo (Achada Santo António e Palmarejo). Mais de metade (61,5% no bairro de Achada Santo António e 68,3% no bairro de Palmarejo) dos agregados teve pelo menos um dos seus membros como vítima de algum tipo deste crime. O roubo é referenciado em segundo lugar, com 30,9% no bairro de Achada Santo António e 28% no bairro de Palmarejo. Na terceira posição surge a tentativa de homicídios com 7,6 % na Achada Santo António e 3,7% no Palmarejo (Gráfico 18).

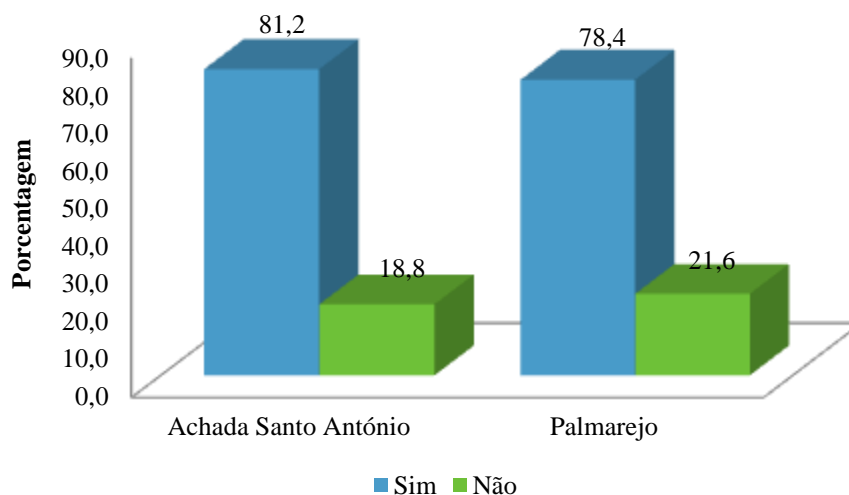
Gráfico 18: Porcentagem dos tipos de crimes mais afetados pelos agregados familiares.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados às populações (2016).

Avaliando a percepção das populações locais em termos do ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade, um número considerado dos agregados familiares afirmam que a forma como alguns territórios se encontram ordenados na área de estudo influencia sim na prática dos crimes. O Gráfico 19 salienta esta opinião dos agregados familiares referentes a esta questão. Com base na análise do referido Gráfico 21, observa-se que no bairro de Achada Santo António 81,2% afirmaram essa influência do ordenamento do território na prática dos crimes e 78,4% no Palmarejo. Com isso percebe-se que o ordenamento do território assume um papel importante perante os atos criminais, ou seja, um território que não é bem ordenado e planejado facilita mais a prática de crimes.

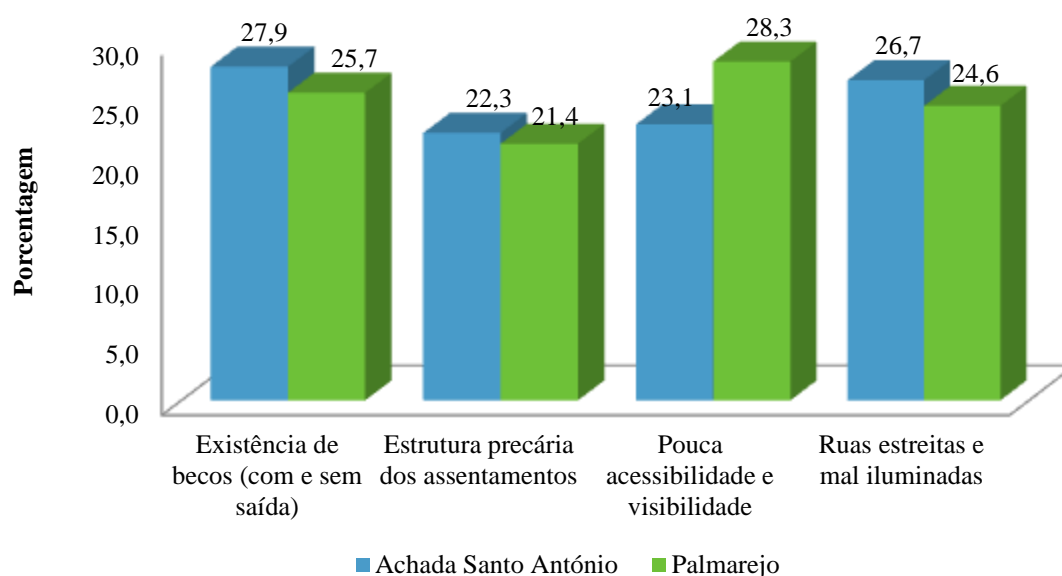
Gráfico 19: Avaliação do ordenamento do território e sua influência com a criminalidade.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados às populações (2016).

Analisando por que motivos o ordenamento do território influencia na prática de crimes nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo, as populações inquiridas mencionaram os seguintes motivos: existência de becos (com e sem saída), estrutura precária dos assentamentos, pouca acessibilidade e visibilidade dos territórios e ruas estreitas e mal iluminadas (Gráfico 20).

Gráfico 20: Motivos de influência do território na prática de crimes.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados às populações (2016).

3.4 TERRITÓRIO E INSEGURANÇA

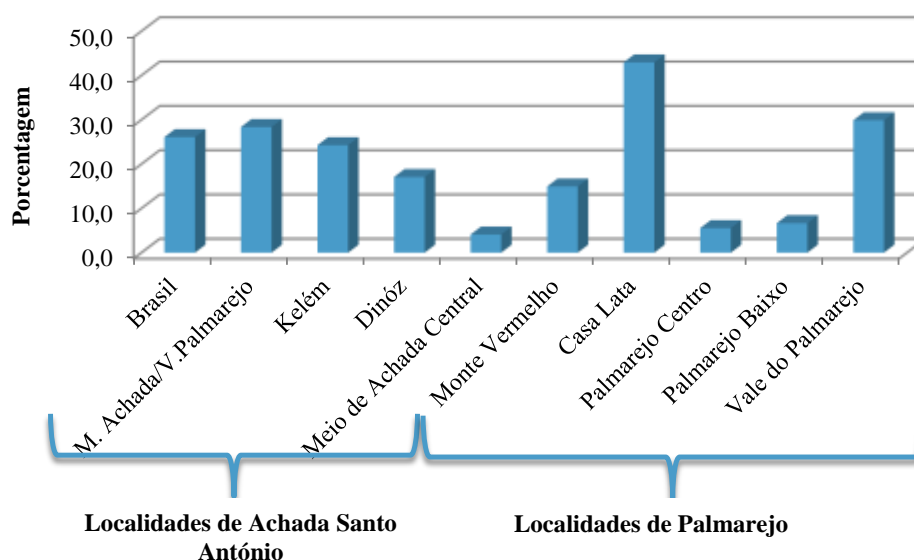
Pela leitura dos dados estatísticos sobre a criminalidade, divulgação da mídia e opinião das populações locais, fica-se com a sensação de que a criminalidade tem vindo a aumentar no espaço urbano, em especial nos territórios periféricos, fato que resulta no crescimento do sentimento de insegurança das pessoas. De acordo com discussão de Vaz, Barros e Fernandes (2011), a construção das imagens mentais dos territórios onde o crime ocorre com maior intensidade, tema ao qual a Geografia tem dedicado atenção, acaba por territorializar-se em comportamentos geográficos muito concretos, que passam pelas opções em domínios da vida social como o lugar de residência, de lazer, de exercício das atividades econômicas, de passagem e circulação.

Com base nisso, os autores afirmam que a insegurança, o medo e a ansiedade resultam de um mal-estar, de desconfiança em relação a um local percebido como perigoso para frequentar, residir ou até mesmo circular. Esta percepção resulta fundamentalmente das

diversas opiniões das populações e meios de comunicação social que divulgam casos de violência e criminalidade em determinados locais ou territórios, fato que contribui para aumentar o medo das pessoas em frequentar determinadas áreas do território urbano, onde o crime ocorre com maior intensidade (VAZ; BARROS; FERNANDES, 2011).

Segundo nesta linha e analisando a percepção das populações locais em relação aos territórios mais inseguros/perigosos da área de estudo, os territórios referidos foram: Casa Lata, Vale do Palmarejo, Meio de Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo, Brasil, Kelém, Dinós e Monte Vermelho (Gráfico 21). De acordo com a opinião das populações, esses territórios são bastante inseguros, por serem mais problemáticos, com presença de grupos de jovens mais delinquentes (conflitos entre os grupos), fraca iluminação pública, pouca circulação dos policiais à noite e com mais casos de homicídios. No entanto, por meio da interpretação do Gráfico 21 constata-se que os territórios de Meio de Achada Central, Palmarejo Centro e Palmarejo Baixo apresentam menor porcentagem, por serem considerados menos problemáticos, devido à melhor organização do território e infraestruturação.

Gráfico 21: Percepção dos territórios de insegurança na área de estudo.

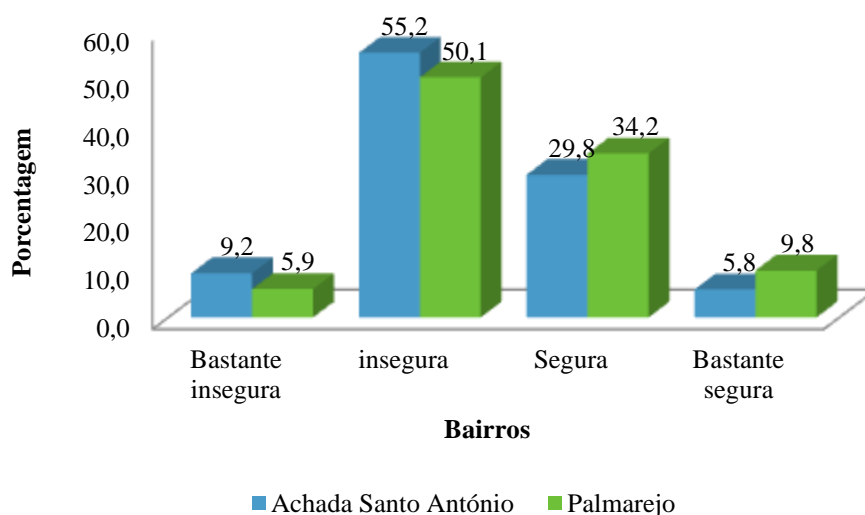


Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

Relativamente à forma como as populações se setem nos seus locais de residência em termos do sentimento de segurança, uma boa parte dos agragados familiares inquiridos afirmou que se sente insegura (Gráfico 22). Segundo eles, a forma como os crimes vêm

acontecendo, fez com que aumentasse o sentimento de insegurança tanto nos seus locais de residências como também de frequentar e circular certas áreas da cidade.

Gráfico 22: Percepção do sentimento de segurança dos agregados familiares na área de estudo.



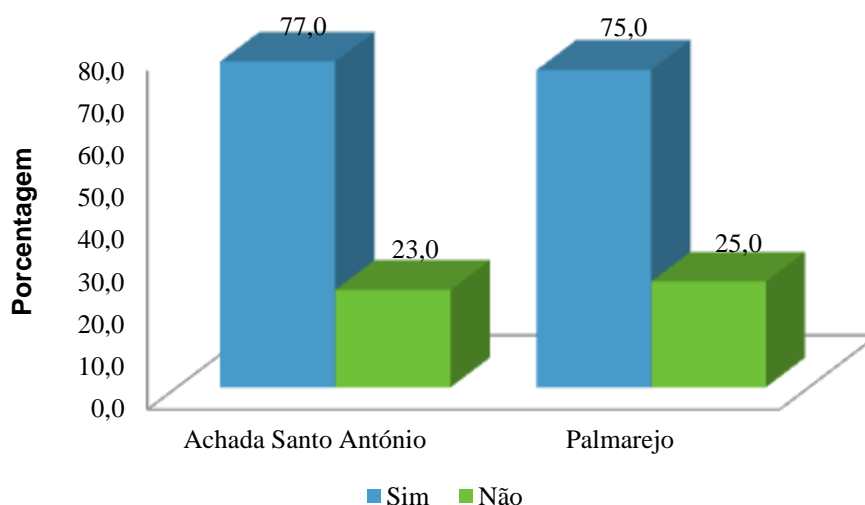
Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

É neste sentido que Vaz, Barros e Fernandes (2011) dizem que a percepção do problema criminal modifica não só os hábitos das pessoas, como também limita os seus movimentos e provoca atitudes de defesa e proteção. As reações dos cidadãos cuja percepção da insegurança é elevada, vão desde a supressão de determinadas atividades em determinados territórios, o evitar de alguns trajetos, principalmente à noite, a colocação de alarmes e guardas, o reforço de fechaduras nas portas, etc.

O Gráfico 23, mostra a porcentagem dos agregados familiares com medo de sair à rua durante a noite por causa da violência e da criminalidade nos dois bairros de estudo. Com base na análise, verifica-se que os dois bairros apresentam grande porcentagem dos inquiridos que dizem sentir medo de sair à rua a noite. As pessoas relatam que sentem medo devido ao assalto frequente, roubo e homicídio que acontecem nos diferentes territórios desses bairros e de forma geral na cidade.

De acordo com o relato de alguns, por não existir o sistema de vigilância eficaz por parte dos policiais durante a noite, existência de ruas estreitas e mal iluminadas e presença de muitos jovens considerados *thugs* (delinquentes) nas ruas faz com que aumente o medo de sair à rua no período noturno.

Gráfico 23: Porcentagem dos agregados familiares com medo de sair a rua à noite.

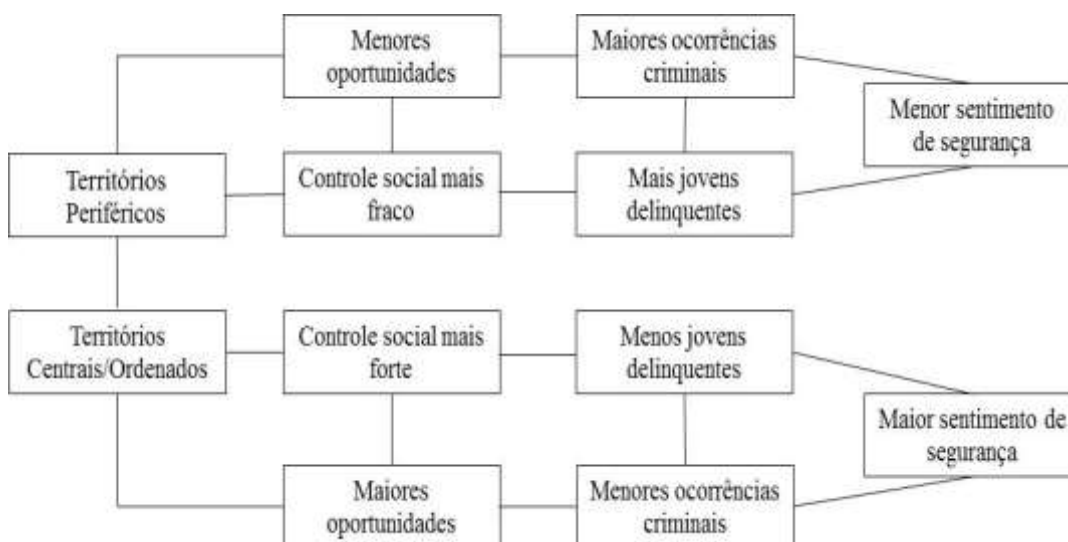


Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados às populações (2016).

Segundo Santana, Roque apud Vaz; Barros e Fernandes (2011), o medo do crime pode ter consequências ainda mais profundas que a própria vitimação, influenciando as pessoas a alterar as rotinas diárias e aumentando os níveis de ansiedade e nervosismo. Esses estados emocionais podem comprometer estilos de vida saudáveis como caminhar, utilizar espaços públicos (praças), bem como o relacionamento com vizinhos e familiares, com impactos negativos na qualidade de vida, saúde física e em alterações do estado emocional.

Em síntese, apoiando-se na discussão desses autores e pesquisa de campo, assume-se que a percepção do sentimento de insegurança no território é diferencial e atinge dimensões sociais diversas conforme o ambiente, o *status* socioeconômico, entre outros. A Figura 15 resume a relação entre o território e o sentimento de insegurança na área de estudo. Pela análise da Figura 15, nota-se que nos territórios periféricos o sentimento de segurança é relativamente menor em relação aos territórios centrais/ordenados. No entanto, isto deve-se ao fraco controle social, poucas oportunidades econômicas, maior presença dos jovens delinquentes e maiores ocorrências criminais nesses territórios periféricos.

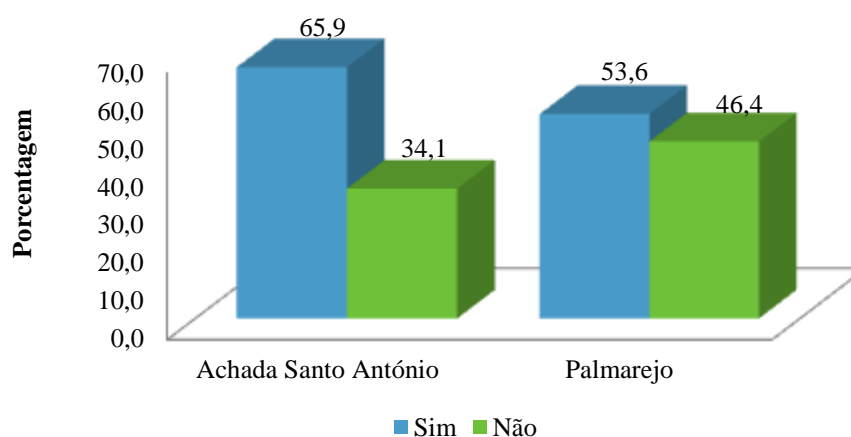
Figura 15: Relação entre território e o sentimento de insegurança.



Fonte: Autor, (2016).

A percepção da insegurança pelas pessoas é o principal fator de rejeição residencial, constituindo um fator decisivo para a escolha do local de residência (VAZ; BARROS; FERNANDES, 2011). Neste contexto, verifica-se que mais de metade dos agregados familiares inquiridos nos dois bairros de estudo, afirmaram que caso tivessem uma boa condição de vida, o que permite ter acesso de moradia nas áreas mais centrais e com melhor infraestrutura e segurança, mudariam do local de residência por causa do crime e insegurança (Gráfico 24). Segundo as conversas informais da maioria das pessoas que residem nos bairros de estudo, o impacto do crime nos territórios periféricos é relativamente forte.

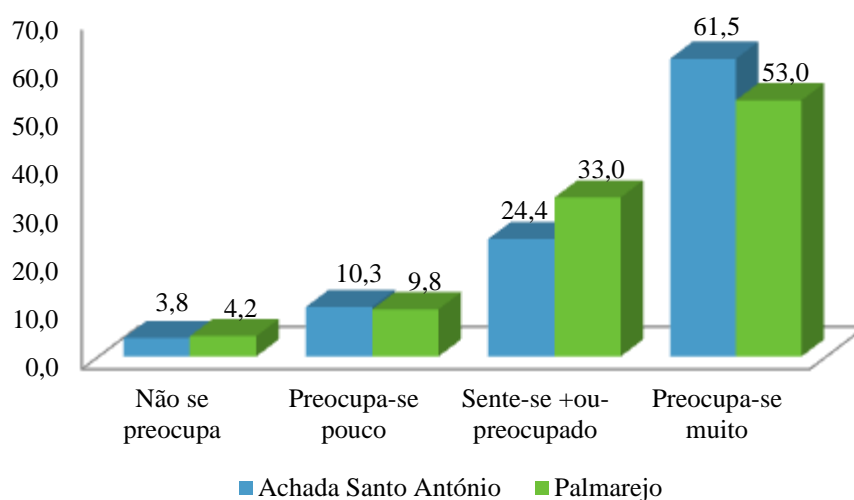
Gráfico 24: Porcentagem dos agregados familiares que mudariam do local por causa do crime e insegurança.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados às populações (2016).

Esta pesquisa permite inferir que a preocupação com o fenômeno de violência e criminalidade nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo é elevada, uma vez que grande parte dos agregados familiares inquiridos mostra-se bastante preocupada perante estes fenômenos (Gráfico 25). Na análise do Gráfico 25 pode-se verificar que a maior percentagem das populações quer nos bairros de Achada Santo António como o de Palmarejo se sente muito preocupada com o problema de violência e criminalidade.

Gráfico 25: Percentagem dos agregados familiares preocupados com o fenômeno de violência e criminalidade.

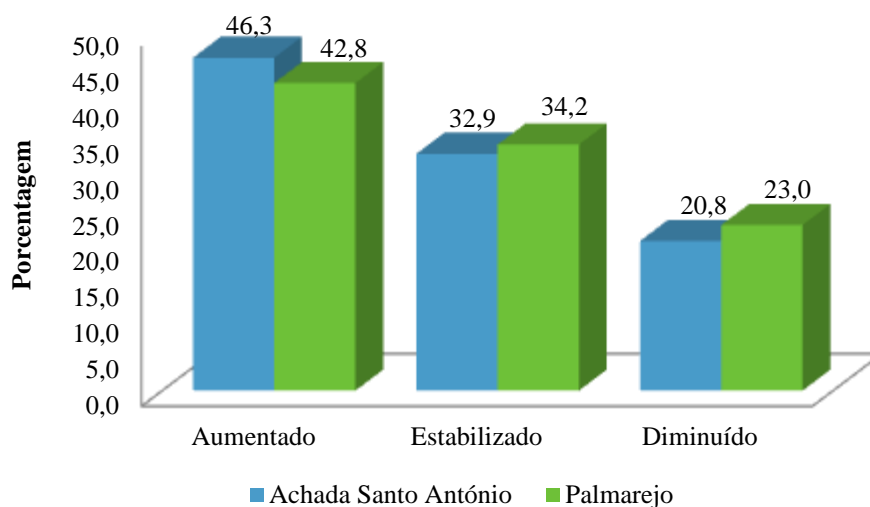


Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

Essa preocupação em relação ao crime por parte das populações tem maior impacto nos territórios periféricos desses bairros, isto em decorrência da grande parte dos crimes que acontecem nesses territórios, principalmente os crimes contra a pessoa.

Em relação à tendência que se tem verificado sobre a criminalidade atualmente, a maior percentagem dos agregados familiares inquiridos nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo diz que a criminalidade tem aumentado (Gráfico 26), devido a vários fatores que serão elencados no tópico abaixo.

Gráfico 26: Tendência verificada sobre a criminalidade.

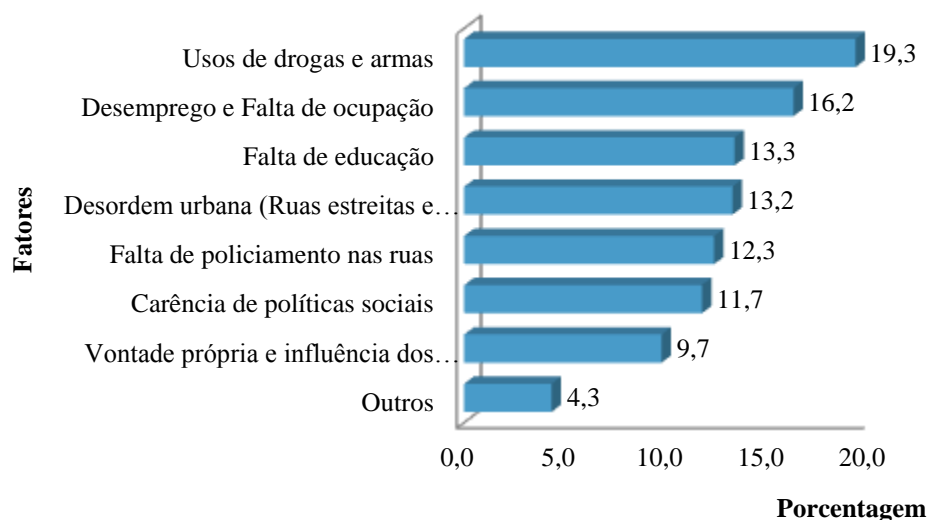


Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

3.5 FATORES IMPULSORES DA CRIMINALIDADE

Ao longo da discussão teórica desta pesquisa, foram identificados vários fatores que provocam o surgimento da violência e criminalidade numa sociedade, ou melhor, num determinado espaço e território por diferentes autores. Nesta parte de pesquisa serão analisados os fatores que estão na base do aumento da criminalidade segundo as respostas das populações locais (Gráfico 27). As informações do Gráfico 27 permitem inferir que há inúmeros fatores mencionados pelas populações inquiridas, como: falta de educação, desemprego e falta de ocupação, falta de policiamento nas ruas, vontade própria e influência dos amigos, desordem urbana (ruas estreitas e mal iluminadas), usos de drogas e armas, carência de políticas sociais entre outros.

Gráfico 27: Fatores impulsores da criminalidade.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

Para complementar os fatores mencionados acima, de acordo com o resultado da entrevista ao Diretor da Polícia Judiciária e Comandante da Polícia Nacional, a disputa do território, para a prática de roubos e furtos, rivalidade entre grupos que entrem em conflitos por questões fúteis, como o caso de os membros de um ou de outro grupo não deverem frequentar o recinto desportivo simplesmente porque não pertence ao território, disputa de namoradas, ajuste de contas e represálias, proliferação de armas de fogo, excesso do consumo do álcool, enfraquecimento dos mecanismos formais e informais de controle social são outros fatores de aumento da criminalidade.

De acordo com esses resultados, pode-se confirmar que a criminalidade é um problema bastante complexo, por envolver inúmeros fatores tanto físicos como sociais. Os atores dos principais crimes, de um modo geral, são indivíduos, que em sua maioria, não possuem uma boa educação/formação e condição de vida. Não possuindo educação/formação moral e condição de vida adequada, tornam-se indivíduos excluídos dentro da sociedade, onde acabam por adquirir ódio pelos que possuem bens e vontade de obter aquilo que outros têm e que eles não têm. Por não possuírem o poder de conseguir alguns bens e vivendo na pobreza, esses indivíduos adquirem sentimento de violência, com insatisfação e inconformidade, o que os leva a atos antissociais, praticando crimes até violentos, como o homicídio.

Entretanto, a má distribuição de riquezas provoca desigualdades sociais e conflitos entre as classes sociais e acabam por influenciar alguns indivíduos, principalmente os de baixa renda, a entrarem na vida de drogas e a utilizarem armas ilegais para praticarem os

crimes. Não tendo policiamento de proximidade nas cominidades e havendo territórios em termos urbanísticos bastante precários (ruas estreitas e mal iluminadas, becos com e sem saídas), facilitam-se os criminosos nas práticas criminais.

CAPÍTULO IV – AÇÃO DO ESTADO NO ORDENAMENTO TERRITORIAL E CONTROLE DO CRIME

O Estado é um dos atores sociais tem maior poder no ordenamento do território e controle do crime. Mas esse poder que o Estado exerce deve ser manifestado em articulação com outros atores sociais de modo a permitir um desenvolvimento urbano equilibrado. Neste sentido, interessa, neste capítulo discutir o papel do Estado no ordenamento do território e controle do crime.

4.1 AÇÃO DO ESTADO NO ORDENAMENTO TERRITORIAL

O Estado tem como dever ordenar o território urbano, uma vez que a complexidade do tecido urbano em expansão necessita sempre de planos para se ordenar o espaço urbano conforme as potencialidades de cada local. Segundo Antonello (2015), o Estado tem que implementar instrumentos democráticos de planejamento e gestão do território urbano, mediante a orientação de formulação de planos na perspectiva de uma efetiva participação popular, sendo que o ensejo do envolvimento da sociedade civil no planejamento visa atacar as desigualdades territoriais e perseguir o interesse coletivo.

Nesse ponto, segundo Tavares (2014) é relevante reforçar a participação pública e elevar a cidadania territorial. A gestão democrática do território deve ser efetiva, e para isso, é necessária uma administração mais aberta, capaz de implementar mecanismos mais eficazes e inovadores de envolvimento público no processo de ordenamento e planejamento territorial, capaz de criar parcerias com organizações da sociedade civil, facilitar o seu engajamento e contribuir para a construção do capital social e o *empowerment* das comunidades.

Em relação ao ordenamento territorial em Cabo Verde, em especial na cidade da Praia, o Estado tem implementado algumas medidas para resolução do problema de ordenamento do território que ocorre na maior parte da cidade. No âmbito das características físicas do território, o Estado criou vários instrumentos de gestão territorial²⁰ que permitem resolver os problemas do uso desordenado do território e sem condições de segurança por motivos da urbanização acelerada que ocorreu na cidade da Praia. Para além dos instrumentos de gestão territorial, o Estado criou também vários projetos, com por exemplo: o programa “Casa para todos” considerado um projeto ambicioso com o objetivo de resolver questões sociais em

²⁰ Ver o segundo capítulo, onde são descritos esses instrumentos de gestão territorial (pág. 47-48).

termos de sua melhoria, sobretudo em relação à questão habitacional daqueles que não tem uma habitação própria. O projeto contém moradias de interesse social, praça, estrada de acesso, espaços comerciais, condomínio, parques e jardins infantis etc. Além do impacto direto na vida das famílias beneficiadas, este empreendimento permitirá melhorar as acessibilidades e carência habitacionais²¹. A nível dos dois bairros de estudo, é de se afirmar que esse projeto não teve muito impacto sobre o ordenamento territorial, isto porque os atores sociais continuam se construindo nas áreas de riscos (encostas, ribeiras e fundos de vales) e na maioria sem levar em conta as normas urbanísticas.

Essas medidas foram tomadas pelo Estado no sentido de combater a desordem urbana que vem aumentando nos bairros com precárias condições de habitabilidade e problemas de insegurança ligadas a violência e criminalidade. Mas observando a realidade atual dos diferentes bairros que compõem a cidade, percebe-se que mesmo com a criação dos instrumentos de gestão territorial e alguns projetos, a cidade continua com graves problemas de ordenamento do território (construções informais com estruturas precárias, falta de iluminação pública, equipamentos coletivos e saneamento, fraca acessibilidade e visibilidade, etc). Desta forma, isto permite refletir que o Estado precisa intervir nos territórios de forma articulada com os diferentes atores sociais no processo de produção do território e buscar melhores alternativas para resolver os problemas que já existem.

De acordo com Tavares (2014), o Estado tem que apostar no desenvolvimento de planos mais estratégicos, projetos urbanos operacionais, pragmáticos e flexíveis. E a administração local deve ser capaz de arranjar soluções nucleares adaptáveis à realidade para a transformação positiva do território. No entanto, a elaboração de programas de atuação urbanística deve passar a ser uma realidade, não apenas uma descrição de proposta, mantendo obrigatoriedade de o PDM ser sujeito à retificação, os planos vinculativos do uso do solo, neste caso o PD deverá deixar de o ser, mantendo-se essa prerrogativa apenas nos casos em que altera as orientações do PDM, inserindo num contexto de exigência de maior autonomia, responsabilidade e responsabilização dos municípios.

O ordenamento do território e planeamento não é só formular políticas, programas e planos, mas também implementá-los por meio de ações coletivas. Sem ações coletivas, torna-se difícil atingir um desenvolvimento equilibrado do território. Porém, a cidade da Praia vai precisar de tempo para debelar as marcas negativas que ainda persistem nos territórios, frutos do pouco cuidado com os mesmos. Não teremos sucesso desrespeitando e descredibilizando

²¹ <http://www.inforpress.publ.cv> acessado em 14 de Dezembro de 2016.

planos e normas jurídicas validamente constituídas ou gerindo o solo, num país onde o terreno não abunda e muitas vezes utilizando de forma pouco racional, como se não houvesse amanhã e gerações futuras. Esta forma de agir é um caminho aberto para o fracasso, por isso temos que respeitar as normas estabelecidas (TAVARES, 2014).

Neste contexto, conforme o capítulo da obra de Tavares (2014) que fala sobre o ordenamento do território como política pública do Estado, é de extrema importância instalar um ambiente de cumprimento dos planos e regulamentos urbanísticos em vigor e reforçar tutela inspetiva territorial e administrativa, e ter canais fluidos de articulação com o Ministério Público. O Estado tem que reforçar o regime sancionatório que possa dissuadir a violação das normas e criminalizar a violação das disposições legais dos planos vigentes e de outras normas de âmbito territorial e urbanístico, devendo o código penal e os estatutos de cargos políticos serem revistos neste sentido. E por outro lado, implementar mecanismos de penalizações pelos incumprimentos de metas. Caso contrário, a consolidação da crise de autoridade será cada vez mais uma realidade, causando desprestígio da administração e do ordenamento do território. Também, é preciso reforçar as capacidades das Assembleias Municipais para desempenharem cabalmente as suas tarefas de fiscalização das Câmaras Municipais e avaliar o desempenho dos responsáveis na gestão do território.

Nesta mesma linha, conforme a discussão do autor, o exercício da cidadania deve ser ativo, crítico e construtivo, sendo certo que o cidadão está comprometido com o princípio de não violação do conjunto de normas e valores instruídos e aceites pela comunidade em que vive, devendo reconhecer os limites das suas ações. Mas a cidadania exprime-se e concretiza-se, sobretudo, pelo seu exercício, como prática consciente, orientada para a ação. O Estado tem que ter capacidade de obrigar os atores sociais a construir cidades de forma mais ordenada e planejada, respeitar as normas urbanísticas estabelecidas, manter em bom estado as áreas de uso comum, respeitar os direitos da vizinhança, sendo certo que também devem ser garantidas oportunidades de participação pública, de acesso ao solo, aos bens e serviços urbanos, mediante planeamento das necessidades de propriedade, de habitação e de mobilidade.

Portanto, a população deve ser mobilizada com métodos mais robustos e transformativos, junto às Câmaras Municipais e associações comunitárias de base, para intervenções no âmbito da elaboração de planos e projetos urbanísticos e na sua execução, operacionalizando abordagens *bottom-up* (de baixo para cima) que possa resultar na prática local centrada nas pessoas. Práticas colaborativas a partir de ações de requalificação de bairros informais, recuperação paisagística, tratamento e gestão de espaços verdes ou outros

espaços públicos, separação de resíduos sólidos, projetos de infraestruturação devem ser incrementadas bem como o reforço de participação nos programas e orçamentos municipais (TAVARES, 2014).

De acordo com o autor, isto garantiria graus mais elevados de envolvimento público e consequentemente maior grau de democracia participativa. É certo que, sem cidadãos ativos, esclarecidos, participativos não é possível apropriar e melhorar as condições de vida das nossas cidades e comunidades e garantir o seu pleno desenvolvimento. A participação pública é parte integrante da sustentabilidade territorial e urbana e deve ser incansavelmente formentada e fortalecida. Assim, qualquer pessoa que tenha uma contribuição a dar deve ter a oportunidade de fazê-lo e a sua ação deve ser valorizada. Porém, o cidadão não deve mover-se por interesses individuais, mas sim pelo interesse comum. Desta forma, o Estado deve clarificar a população sobre a incompatibilidade entre o interesse individual e o coletivo.

A relação entre o Estado e as autarquias locais deve deixar de se estreitar quase exclusivamente na repartição de poderes e recursos. É preciso desenvolver maior complementaridade em matéria de projetos transformativos do território. O Estado deve clarificar o que apoia e o que não apoia do ponto de vista do território, avaliar os contratos programas na lógica de prestação de contas. A Associação Nacional dos Municípios deverá ter um papel mais ativo no delineamento das estratégias locais e na vinculação dos municípios aos compromissos assumidos (TAVARES, 2014).

No entanto, o Estado deve desenvolver e operacionalizar projetos urbanos estruturantes, coerentes e paragnáticos. A política do solo deve ser baseada na dotação de reservas fundiárias para a programação das diferentes necessidades do desenvolvimento urbano num quadro de efetiva implementação do cadastro predial. Por outro lado, deve-se apostar na criação de cidades compactas em vez de um urbanismo expansivo, apostar no verde urbano e construção em altura, dada a escassez de solo, desenvolver programas habitacionais, sobretudo para as camadas mais desfavorecidas mediante promoções públicas e baseadas em planos estratégicos de habitação (TAVARES, 2014).

Por fim, há que melhorar os gabinetes técnicos municipais, sendo que estes não podem ser pensados para se concentrarem quase exclusivamente em processos de licenciamento, devendo incorporar a componente de planeamento, estudos e avaliação, e serem transformados numa plataforma municipal de ordenamento do território.

4.2 AÇÃO DO ESTADO NO CONTROLE DO CRIME

De entre os desafios decorrentes da demanda da prevenção das violências criminalizadas e combate ao sentimento de insegurança, vem à baila a emergência da reorganização e descentralização das políticas públicas e o papel do Estado na nova conjuntura (REBELO, 2015). Para que uma sociedade seja segura, o Estado deve implementar políticas públicas e sociais que permitirão garantir a prevenção de segurança²² dos seus cidadãos. E para que isso funcione, como foi referido anteriormente, o Estado tem que implementar primeiramente uma boa política de ordenamento do território tanto a nível da característica física como a nível da segurança interna, o que permite ter sucesso no combate à criminalidade.

O controle do crime torna-se eficiente e eficaz quando melhor o ordenamento do território e quando melhor estratégia de segurança interna por parte do Estado. As pessoas setem-se menos inseguras quando maior é o controle do crime. Hoje, o principal fator de insegurança no mundo inteiro está relacionado com o aumento da violência e criminalidade, principalmente nos centros urbanos.

Segundo a Direção Geral de Administração Interna (CABO VERDE, 2013 a), viver sem violência, crime, intimidação e medo é um direito básico inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos e é um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento e bem-estar dos seres humanos. Esse direito não é só importante para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também fundamental para um desenvolvimento sustentável das cidades e dos países. De acordo com a mesma fonte, a segurança contribui para a criação de um ambiente sustentável, permitindo o crescimento econômico, a existência de uma eficaz prestação de serviços e, concomitantemente, uma redução da pobreza e da exclusão social.

A segurança é uma questão não individual, mas sim coletiva, diretamente relacionada com a forma como a sociedade se organiza e funciona. Nas sociedades urbanas democráticas de hoje, abertas ao fluxo das ideias e das pessoas num mundo global e complexo, a questão da segurança não pode ser reduzida somente à dimensão policial. Todo o cidadão deve contribuir para uma sociedade justa e segura, mas o Estado tem uma responsabilidade insubstituível em termos de política de segurança, competindo ao Ministério da Administração a missão de definir, propor, coordenar, executar e avaliar as políticas em matéria de segurança interna, de

²² A segurança é um dever do Estado, direito do cidadão e responsabilidade de todos (PESI, 2009-2011, apud REBELO, 2015).

controle de fronteiras, de administração eleitoral, de proteção civil e socorro e de segurança rodoviária (DGAI, 2013).

Deste modo, o controle do crime é considerado como uma ação chave para dar resposta à violência e criminalidade e terá sucesso quanto mais integrar uma estratégia e incluir processos fortemente apoiados por líderes que tenham responsabilidades na segurança da comunidade.

No âmbito nacional, segundo DGAI (CABO VERDE, 2013 b), o Estado tem procurado desenvolver algumas medidas de controle do crime que integram a dimensão preventiva nas suas várias vertentes, por meio do desenvolvimento social e de medidas sociais, económicas, de saúde, educacionais, a par da prevenção situacional e do policiamento de proximidade orientado para a proteção de vítimas indefesas (como as crianças e as vítimas de maus tratos e de violência doméstica) e para o controle de fontes de perigo (detenção e apreensão de armas ilegais).

Nesta mesma linha, o Estado criou o Plano Estratégico de Segurança Interna 2009-2011 (PESI), que segundo Sousa (2013), definiu alguns eixos estratégicos de ação, visando criar um sistema nacional de segurança que garantisse a tranquilidade e a ordem pública, destacando três pilares fundamentais: i) Forças Policiais (Polícia Nacional e Polícia Judiciária); ii) SIR (Sistema de Informação da República), e iii) Forças Armadas, que deverão funcionar de forma articulada e coordenada, e poder dismantelar as redes do crime organizado.

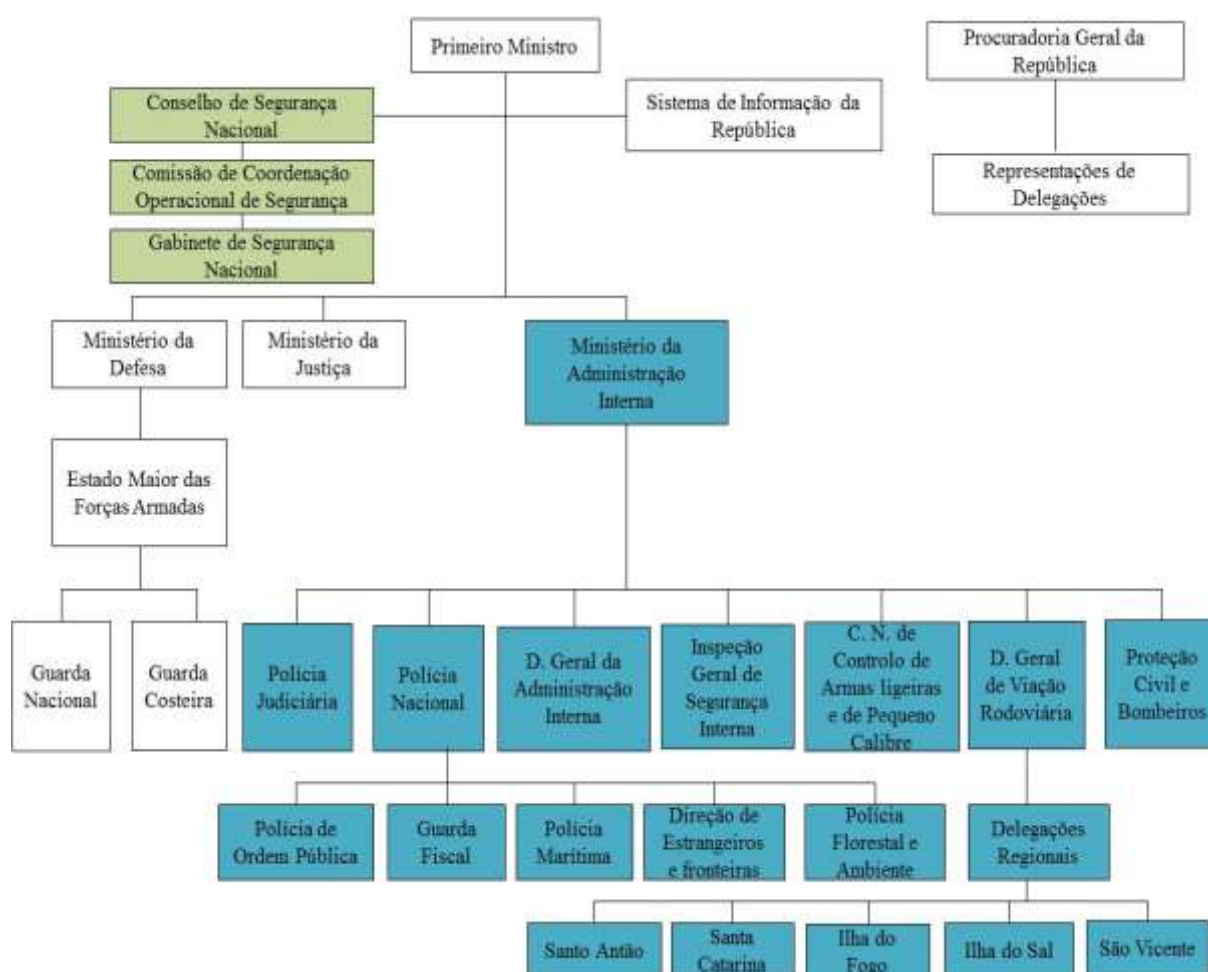
De acordo com DGAI (CABO VERDE, 2013 b), o Estado para além do Plano Estratégico de Segurança Interna 2009-2011, criou uma outra medida do controle do crime, o Programa Segurança Solidária (PSS) que se enquadra no Plano Estratégico de Segurança Interna (2013-2016), que definiu três eixos estratégicos: i) Prevenção local do crime (criar condições necessárias para neutralização dos focos geradores do crime nos bairros, aldeias e cidades de Cabo Verde, envolvendo as organizações da sociedade civil); ii) Prevenção situacional (reduzir a criminalidade violenta, nomeadamente, homicídios, aumentando a percepção de segurança e confiança nas instituições) e iii) programas de ressocialização (promover a efetiva ressocialização de jovens em risco e em conflito com a lei, sobretudo os reclusos, pela criação de um ponte entre as prisões, a sociedade, instituições públicas e privadas).

A falha em dar resposta satisfatória às populações por causa do aumento dos crimes, principalmente nos territórios periféricos da cidade, onde há grande *deficit* do ordenamento do território levou as autoridades governamentais a sentirem a obrigação de uma melhor

estratégia no combate a criminalidade. Assim, aumentaram o efetivo policial bem como a criarem dois órgãos de polícia técnica, uma especializada em intervenção rápida, designado por BAC (Brigada Anti-crime) e BIC (Brigada de Investigação Criminal), dando respostas mais rápidas a todo tipo de crime em particular os praticados por jovens. Neste mesmo sentido, foi elaborado também o Plano Estratégico do Ministério da Administração interna e o Plano Estratégico de Segurança Interna (2013-2016). O Plano Estratégico do Ministério da Administração Interna tem como ponto de partida analisar a atual organização do Ministério de forma a definir, conceptualmente, o Sistema de Segurança Interna Integrado. O Plano Estratégico de Segurança Interna tem como objetivo a identificação dos principais desafios e constrangimentos no âmbito da segurança interna, seja ao nível de novos fenómenos de criminalidade ou de tendências que se manifestam como fatores de insegurança.

Em suma, a Figura 16 mostra o mapeamento Institucional atual do Sistema de Segurança Nacional do Estado.

Figura 16: Mapeamento institucional atual com o Sistema de Segurança Nacional.



Fonte: Autor, com base no Plano Estratégico do Ministério da Administração Interna 2013-2016.

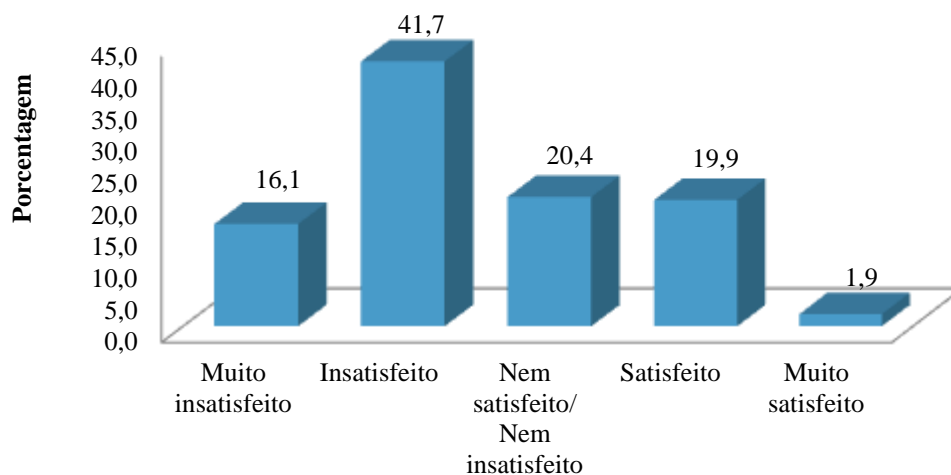
Observando a realidade atual vê-se que ainda falta um melhor entendimento entre as organizações policiais e, sobretudo, uma atuação articulada entre os aparelhos da Polícia, da Justiça e do Ministério Público, de viabilizar o combate firme da violência e da criminalidade. O objetivo destas e de outras instituições que funcionam interligadas é o de agir para minimizar, inibir e neutraslizar a prática de atos criminais que atentam contra a proteção dos cidadãos e põem em risco a coletividade, por meio da ameaça aos bens e serviços públicos. No entanto, a realidade tem mostrado um sistema de justiça criminal por vezes desarticulado, atuando de maneira dispersa, sem comunicação institucional corrente e não raro conturbada pela troca de acusações entre as direções de cada entidade (REBELO, 2015).

Segundo Rebelo (2015), dois aspectos precisam estar bem claros para se combater o crime. O primeiro diz respeito ao fato de que o Estado, apesar da responsabilidade principal que deve assumir no processo de transformação social, não pode agir de modo isolado para conter a violência e a criminalidade. A outra questão que deve ser ressaltada tem a ver com a estrutura formal, de caráter técnico e político, que deve servir de suporte para a implementação de medidas de reforço da segurança cidadã. Uma sociedade passa a ser tão menos violenta quanto mais cidadã ela se torna. Desta forma, o Estado precisa desenvolver políticas específicas para públicos e territórios onde a violência esteja mais alastrada e ao mesmo tempo profissionalizar os seus quadros e atualizar a sua base de dados e informações para garantir uma maior eficácia econômica das ações voltadas para o combate ao crime. Para que isso funcione, o Estado tem que garantir efetivamente que a população tenha acesso aos seus direitos universais e sociais.

As políticas públicas deveriam derivar profundamente das ações/problemas sociais de base, que reúnem pessoas de diferentes classes e origens socioeconômicas, visando contribuir para um desenvolvimento sustentável e equilibrado. Uma cidade para ser sustentável, equilibrada e segura deve levar em conta a importância do ordenamento do território, que é um dos aspectos essenciais de resolução de vários problemas, neste caso, a criminalidade.

Ao avaliar o trabalho das autoridades cabo-verdianas (Estado e demais instituições de segurança) pelas populações locais inquiridas, nota-se que as suas reações são negativas no que tange à ação dessas autoridades na resolução do problema da criminalidade (Gráfico 28). A resposta foi quantificada numa escala de avaliação muito insatisfeito, insatisfeito, nem satisfeito/nem insatisfeito, satisfeito, muito insatisfeito. A classe que apresentou maior porcentagem pertenceu ao classe de insatisfeito. Cerca de 42% dos inquiridos consideraram insatisfeitos com o trabalho das autoridades no controle do crime.

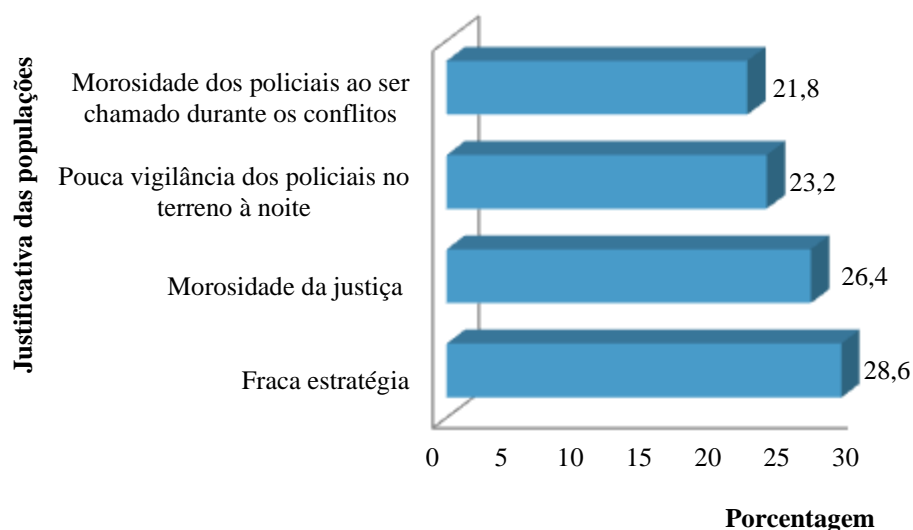
Gráfico 28: Reação das populações perante o trabalho das autoridades competentes.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

As razões que levaram as populações locais a se considerarem insatisfeitos com o trabalho das autoridades foram: fraca estratégia, morosidade da justiça, pouca vigilância dos policiais no terreno à noite e morosidade dos policiais ao ser chamado durante os conflitos (Gráfico 29).

Gráfico 29: Justificativa das populações em se considerarem insatisfeitos com o trabalho das autoridades competentes.

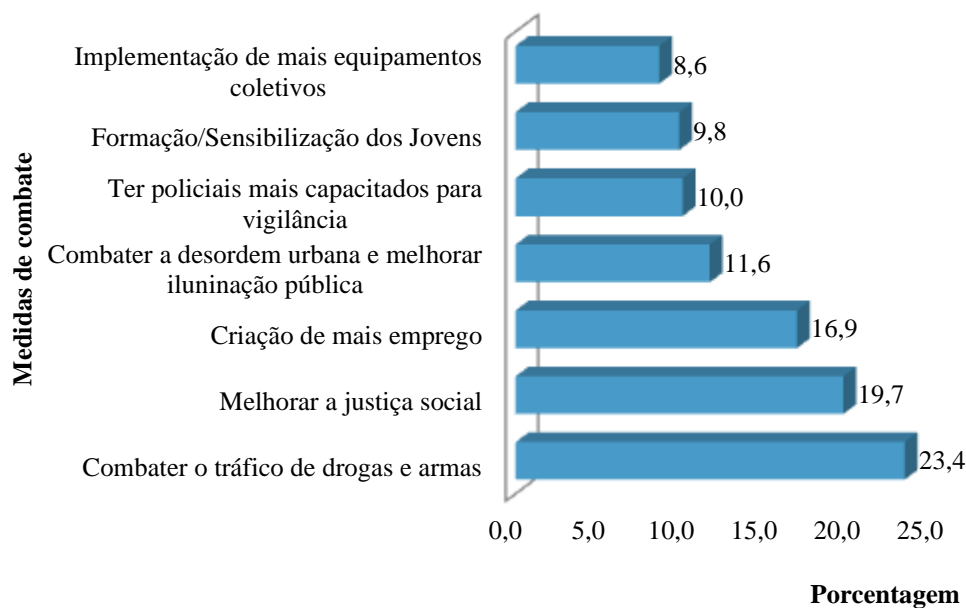


Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

Para que o trabalho do Estado seja eficiente e eficaz no controle do crime, as populações inquiridas apontam as seguintes medidas de combate representadas no Gráfico 30. Em primeiro lugar combater o tráfico de drogas e armas ilegais; melhorar a justiça social,

criar mais empregos, principalmente aos jovens; combater a desordem urbana e melhorar a iluminação pública; capacitar os policiais para terem melhor vigilância; formação/sensibilização dos jovens e implementação de mais equipamentos coletivos (praças, escolas, jardins/creches, centro de formação, quadra de futebol, etc).

Gráfico 30: Medidas de combate ao crime propostas pelas populações locais.



Fonte: Autor, elaborado com base nos inquéritos aplicados as populações (2016).

As políticas do Estado não pode resumir apenas em controle do crime, precisa ir para ações efetivas no território que sejam eficiente e eficazes na sociedade para ter resultados melhores.

Com base nos resultados deste capítulo, é de se afirmar que um dos maiores desafios de combate à criminalidade nos diferentes territórios da cidade da Praia é que o Estado (ator social com maior poder) precisa tomar medidas fortes na forma como são usados e produzidos as ações nos territórios, como por exemplo: construções precárias, ruas estreitas, becos e eletrificação das áreas. Por outro lado, tem que se criar melhor estratégia de fiscalização da ocupação do solo urbano e melhor intervenção das populações que ocupam as áreas de riscos (encostas acentuados, leitos de ribeiras e fundo dos vales). A nível social e segurança interna, o Estado precisa criar mais alternativas de emprego, principalmente na camada juvenil, reduzir as desigualdades sociais (melhorar a distribuição de renda as populações), melhorar acesso à educação, proibir venda e entrada de drogas e armas ilegais no país, e por fim capacitar e aumentar o número de policiais nos territórios onde o crime tem maior impacto, e obrigar as

instituições de segurança a georrefenciar todos os tipos de crimes, o que permite fazer o mapeamento das áreas com maior incidência dos crimes e combatê-los ao mesmo tempo. Neste sentido, é relevante criar um gabinete do uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) no combate aos crimes nas instituições de segurança, principalmente na Polícia Nacional e Judiciária, uma vez que esta ferramenta permite identificar e localizar os focos de crimes e áreas com maior taxa da criminalidade. Também permite traçar melhores estratégias para combater os diferentes tipos de crimes que o país enfrenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da problemática do ordenamento do território e criminalidade permitiu inferir que o conceito do território é de extrema importância para o estudo desta natureza. Este conceito permite analisar porque alguns territórios apresentam maior porcentagem do crime em relação a outros territórios. Neste contexto, segundo o estudo, o território é usado e produzido de acordo com a relação do poder de diferentes atores sociais. Mas só que essa relação do poder não é manifestada de forma equilibrada nos territórios, isto porque alguns atores sociais apresentam maior poder. Essa diferença na relação do poder dentro do território, acaba gerando conflitos entre os atores, ou seja, disputa entre diferentes classes sociais.

As classes sociais de menor poder, por não terem capacidade financeira para ocuparem melhor espaço da cidade, procuram a periferia da cidade que oferece terrenos mais baratos e com fraca fiscalização das autoridades. Nas áreas periféricas onde houve mais concentração de populações pobres/vulneráveis, os problemas ligados à violência e criminalidade tem-se registrado com maior intensidade devido à maior disputa entre os grupos e territórios.

O uso e produção do território pelos diferentes atores sociais geram centralidades diferenciadas em função da divisão social do trabalho, acesso ao capital e relação do poder. Por outro lado, isso transforma e modifica a estrutura do território, o que muitas vezes facilita os atos criminais.

Durante o processo de leitura e pesquisa, percebeu-se que a violência e criminalidade ocorrem num determinado território de forma diferenciada e de acordo com a relação do poder. Nos territórios onde há ordenamento e planejamento deficitário por parte do Estado, a criminalidade e a violência aparecem de forma mais intensa e gerando sentimento de insegurança das pessoas que vivem e circulam nestes territórios. Pois, contam com construções precárias (ruas estreitas e becos), falta de iluminação pública, pouca acessibilidade e visibilidade nos territórios, falta de policiamento, principalmente no período noturno, entre outros.

Devido à má distribuição de renda e falta de políticas sociais eficientes e eficazes por parte do Estado na cidade da Praia, as áreas mais bem urbanizadas e ordenadas concentram populações de classes sociais médias e altas, com elevado poder aquisitivo e as áreas menos urbanizadas e ordenadas concentram populações na maioria de classes sociais mais baixas. Assim, é nessas áreas menos urbanizadas e ordenadas que os crimes aconteçam de forma mais intensa.

A violência e a criminalidade na cidade da Praia têm registrado um aumento constante e constituem uma série de constrangimentos à vida dos cidadãos com crescente sentimento de insegurança e medo do crime, principalmente nas áreas e territórios mais periféricos.

Nos dois bairros de estudo (Achada Santo António e Palmarejo), as classes de maior renda ocupam as áreas mais centrais, onde há maior infraestrutura e segurança. Entretanto, as classes de menor renda (poder) ocupam e procuram as áreas onde os terrenos e aluguel são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura e segurança. Porém, o modelo capitalista produz um conjunto limitado de escolhas e também condições de vida à camada da população de baixa renda, o que leva à produção informal do território, gerando o movimento e o processo específicos de acesso e provocando a construção espontânea. Assim, essa produção informal do território gera uma forma ocupação diferenciada e conflitos entre atores e usos.

Com base nos resultados alcançados e analisados à luz da literatura e da pesquisa de campo (entrevistas e questionários), a distribuição de renda de forma desigual nos territórios entre os grupos sociais e a falta de empregos permitiu a exclusão daqueles que não têm o poder para acessar determinadas áreas do território urbano. Desta forma, os grupos excluídos (atores sociais de baixo poder aquisitivo), por não terem outra opção, ocuparam as áreas e territórios periféricos de muitos bairros da cidade. No entanto, as pessoas que circulam nestas áreas estão mais susceptíveis aos crimes. Os assaltos à mão armada e roubos são os crimes mais cometidos nestas áreas.

Da cartografia produzida, identificou-se que as áreas de ocupação espontânea ou de ocupação não planejada (Monte Vermelho, Casa Lata, Vale do Palmarejo, Dinós, Kelém, Brasil e parte do Meio da Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo) apresentam maior focos de crimes em relação às áreas de ocupação planejada (Palmarejo Centro, Palmarejo Baixo e Meio de Achada Central).

Os crimes contra o patrimônio e contra as pessoas ocorreram mais na Achada Santo António e os crimes contra o patrimônio em Palmarejo. Portanto, os crimes contra o patrimônio mais frequentes foram roubos e furtos/assaltos cometidos com violência. Dos crimes contra as pessoas destacam-se o uso de armas, tráfico de drogas e os homicídios envolvendo os grupos de *thugs*. A maior parte dos crimes está relacionada com os jovens, principalmente os considerados “*thugs*”. Esses jovens usam drogas com muita frequência e para ter acesso a eles, roubam e assaltam na maioria dos casos, usam arma para cometer o crime que pode ser não só de roubo e furto como também de homicídio.

Os delinquentes (criminosos), por saberem que à noite grande parte das áreas e territórios não é bem iluminada e que existe um deficiente ordenamento em termos

urbanísticos (construções precárias e ruas estreitas), aproveitam desta oportunidade para praticar os crimes, uma vez que as condições favorecem isso.

Os territórios periféricos são mais susceptíveis ao cometimento dos crimes de homicídios. Nesses territórios, há sempre conflitos, e muitas vezes esses conflitos resultam em mortes e fazem com que aumente o número de homicídios nos bairros e cidade como em todo.

Analisando por que motivos o ordenamento do território influencia na prática de crimes nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo, os resultados da pesquisa indicaram que é por causa da existência de becos (com e sem saída), de uma estrutura precária dos assentamentos, pouca acessibilidade e visibilidade dos territórios e existência de ruas estreitas e mal iluminadas.

Quanto à percepção das populações locais em relação aos territórios mais inseguros/perigosos da área de estudo, constatou-se que Casa Lata, Vale do Palmarejo, Meio de Achada que faz fronteira com o Vale do Palmarejo, Brasil, Kelém, Dinós e Monte Vermelho são considerados territórios mais inseguros, por serem mais problemáticos, com a presença de grupos de jovens mais delinquentes (conflitos entre os grupos), fraca iluminação pública, estrutura bastante precária dos assentamentos, pouca circulação dos policiais à noite e existência de mais casos de homicídios.

Considera-se que a percepção do problema criminal modifica não só os hábitos das pessoas como também limita os seus movimentos e provoca atitudes de defesa e proteção. Por outro lado, permite que as pessoas evitem alguns trajetos, principalmente à noite, leva-as a colocarem alarmes e guardas nas residências, o reforço de fechaduras nas portas, entre outros. Diante dessas análises, conclui-se que há inúmeros fatores para o aumento da criminalidade, como: falta de educação, desemprego e falta de ocupação, falta de policiamento nas ruas, vontade própria e influência, desordem urbana (ruas estreitas e mal iluminadas), usos de drogas e armas, carência de políticas sociais, entre outros.

No que se refere à ação do Estado no ordenamento territorial e controle do crime, verificou-se que para além de desenvolver algumas medidas de gestão do território e controle do crime, nota-se que há ainda algumas dificuldades, sobre as quais é necessário intervir. Para que o trabalho do Estado seja eficiente e eficaz no ordenamento territorial e controle do crime, conforme os resultados alcançados e analisados, é preciso combater a desordem urbana (maior controle no uso e produção do território) e melhorar a iluminação pública, combater o tráfico de drogas e armas ilegais, melhorar a justiça social, criar mais empregos,

principalmente para os jovens, capacitar os policiais para terem melhor vigilância, empreender formação/sensibilização dos jovens e instalação de mais equipamentos coletivos.

Desta forma, acredita-se que as políticas públicas ligadas ao ordenamento territorial e à utilização do geoprocessamento nas instituições de segurança permitem reduzir fenômenos de criminalidade e aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos e dos que frequentam a cidade. Assim, um território ordenado contribui para a redução da violência e crime e para mitigar o sentimento de insegurança das pessoas.

De uma forma geral esse estudo foi pensado visando contribuir para a resolução do problema da violência e da criminalidade, visto que grande parte dos estudos em Cabo Verde não tratam da questão do ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade. Com isso, esta pesquisa será bastante relevante às entidades competentes que lutam para manter a segurança do país, aos pesquisadores destas áreas e também a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. **Contributos para uma Sociologia da Polícia**. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana, 2011. ISBN 978-989-95456-3-2. p. 74
- ALVES, M. A. **Delinquência Juvenil e Criminalidade na Cidade da Praia: Uma pesquisa em torno do fenómeno “Thug” e Violência Urbana**. Dissertação de Mestrado, apresentado a universidade de cabo verde, 2014.
- ALVAREZ, W. **Geografia e violência nos aglomerados de execução na cidade de Marituba de 2011 a 2013**. Dissertação de Mestrado, apresentado a Universidade Federal do Pará, 2015.
- ANTONELLO, I.T. Ordenamento do território como política pública: a apreciação do Plano Diretor Municipal de Lisboa- Portugal. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 12. Presidente Prudente, **Anais**, 2015, p. 3993-4005.
- BATELLA, W.B. **Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais – 2005: contribuições da Geografia do Crime**. Belo Horizonte, 2008.
- BEATO, C. F. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1998.
- CAIADO, R. A. **O sentimento de insegurança e a sua interação com a criminalidade**. Dissertação de Mestrado, apresentado a universidade autónoma de Lisboa, 2013.
- CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA. **Linhas directrizes para um programa de intervenção para a requalificação dos bairros espontâneos da cidade de Praia, Pelouro de Saúde, Desenvolvimento Social e Humano**, 2005.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CHAGAS, C. A. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim Amazônico de Geografia**. nº 1/v.1/Jan.jun/2014. p. 186-204.
- CHAGAS, C. A.; SILVA, C.; PALHETA DA SILVA, J. M. Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7. Vitória/ES. **Anais**, Agosto de 2014.
- CONDENSSO, F. **Ordenamento do Território, Administração e Políticas Públicas, Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional**, Publicação ISCS, Lisboa, 2004.
- CORREIA, G. B.; CHAGAS, C. A.; SOARES, L. R. Desordenamento territorial e a sua relação com a criminalidade: o caso da cidade da Praia. Encontro Nacional da ANPEGE, 12. Presidente Prudente, **Anais**, 2015, p. 326-38.

CORREIA, G. B.; TAVARES, C. Produção do espaço, ordenamento do território e criminalidade: o caso da cidade da Praia, Cabo Verde. **Revista Cerrados Montes Claros**, v.14, n.1, p.125-139, jan/jun-2016.

CORREIA, G. B. ; CHAGAS, C. A; TAVARES, C. Ordenamento do território e criminalidade na cidade da Praia. **Boletim Amazônico de Geografia** (ISSN: 2358-7040 - *on line*), Belém, V. 03, nº 05, p. 49-70. jan./jun. 2016.

CRUZ, L.; SÁ, A. Aportes metodológicos ao estudo do crime e da violência no espaço urbano. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 30, nº 3, 2013.

DIAS, J. ; GONÇALVES, R.; FORMIGA, N. A (Des)organização urbanística na cidade da Praia: Contexto privilegiado para a transgressão e a delinquência juvenis? **Bolitim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil - V. 34, nº 86, Junho, 2014, p. 186-207.

DIREÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU). **Perfil urbano da cidade da Praia ilha de Santiago República de Cabo Verde**. ISBN Number (Volume): 978-92-1-132612, 2013.

DIREÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DGAI)- CABO VERDE. **Programa Segurança Solidária e Respectivo Plano de Atividades (2013-2016)**, Junho de 2013.

FELIX, S. A. A “**geografia do crime**” urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP.1996. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, v.2, n.1, p. 41-51, 2013.

FURTADO, V. **Modelagem e simulação multiagente da criminalidade**. Arch. Funcap Ciencia 0002, Comp.Science, 2008.

GOMES, P.; RODRIGUES, J. Espaço geográfico e violência em Montes Claros/ MG (2010 a 2014). Encontro Nacional da ANPEGE, 12. Presidente Prudente, **Anais**, 2015, p. 11232-11248.

GOMES, P. **Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2016.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HENRIQUES, C. D. **Problemas e oportunidades da habitação urbana na África do Sul do Sara**. A perspectiva de A Graham Tipple e o caso de Cabo Verde, Garcia da Orta, série de Geografia 16 (1/2), pp.81-87, Lisboa, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) – **Censos 2000 e 2010**. Disponível em www.ine.cv.

LIMA, I. P. **Inundações urbanas: desafios ao ordenamento do território. O caso da cidade da praia (cabo verde)**. (Dissertação de mestrado em geografia física e ordenamento do território). Universidade de Lisboa, 2012.

LIMA, R. **Modernidades, marginalização e violência: estratégias de sobrevivência e afirmação dos jovens em Cabo Verde e Guiné-Bissau**. CEPEA, Universidade de Santiago, 2010.

_____. A imprensa escrita e a cobertura dos conflitos entre gangues de rua em Cabo Verde. In: **Media Freedom and Right to Information In Africa**. ISBN: 9789897325793, 2015. p. 99-123.

LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: Uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Oficina Editora Ltda, 2014.

MAHOT/ONUHABITAT. **Estudo sobre a Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde**. Método de Avaliação Rápida RSA, 2011.

MÁXIMO, A. **A importância do Mapeamento da Criminalidade utilizando-se tecnologia de sistema de informação geográfica para auxiliar a segurança pública no combate à violência**. Florianópolis, 2004.

MATEUS, O.S. **A acessibilidade local como fator de localização de equipamentos coletivos de proximidade**. Dissertação de Mestrado, apresentado a Universidade Técnica de Lisboa-Faculdade de Arquitetura, 2011.

MENDES, R. **Geografía Económica: La logica espacial do capitalismo**. Global Ariel, Barcelona, 1997.

NASCIMENTO, J. M. **O crescimento urbano e a estrutura funcional da Cidade da Praia**. (Dissertação de mestrado em geografia) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

ODALIA, N. **O que é violência**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, F.P. **Direito do ordenamento e do urbanismo em Cabo Verde**. Universidade de Cabo Verde, 2015.

PALHETA DA SILVA, J. M. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. **Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO**, Brasil, jun-2009.

POLÍCIA NACIONAL. **Departamento Estatísticas Oficiais Serviços Centrais da polícia nacional, Praia (2014)**. Disponível em: <http://www.políciainacional.cv>

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 2011. Tradução: Maria Cecília Franca (Doutora em ciências Geográficas pela USP).

REBELO, J. **Violência e criminalidade: uma perspectiva da realidade Cabo-verdiana**. Praia, 2015.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**. Canoas-Porto Alegre, 2004.

SANTOS, M; SOUZA. M.A; SILVEIRA. M.L. **Território: Globalização e fragmentação**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1988.

SANTOS, M; SILVEIRA. M.L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora RECORD, 2006.

SAQUET, M. A; SILVA, S.S. MILTON SANTOS: Concepções de geografia, espaço e território. ISSN 1981-9021 - **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42
www.geouerj.uerj.br/ojs

SILVA, Braulio F. A. **Desorganização, oportunidade e crime: uma análise “ecológica” dos homicídios em belo horizonte**. Belo Horizonte, MG. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2012.

SILVEIRA, E.B. **Áreas Residenciais Clandestinas na Cidade da Praia: Caso Latada e Achada Eugénio Lima Trás**. (Dissertação de Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo). Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. Problemática da habitação e produção do espaço urbano na cidade da Praia em Cabo Verde. **Revista Movimentos sociais e Dinâmicas Especiais, Recife:UFPE/MSEU**, v.01, n.02, 2012.

SOARES, L. A. A. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**/ Flávio Gomes de Almeida, Luis Antônio Alves Soares (Organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVARES, C. **A política de solos na política urbana: a sua relevância na cidade da Praia-Cabo Verde**, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

_____. **O ordenamento do território e a construção do futuro: Da retórica discursiva à prática das ações**. Praia, 2014.

VAZ, E. **Custos, evolução e percepção da sociedade Praiense sobre a problemática da violência e criminalidade**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Cabo Verde, 2013.

VAZ, A. M; BARROS, C, F; FERNANDES, J, L. A percepção da insegurança na cidade de Coimbra. **Cadernos de Geografia nº 30/31**, 2011. Coimbra, FLUC - pp. 181-192.

VIEIRA, L. **Influência do Espaço Construído na ocorrência de crimes em Conjuntos Habitacionais**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ANEXOS

Anexo I: Guião da entrevista**Roteiro de Entrevista****Polícia Nacional e Judiciária**

Esta entrevista enquadra-se na preparação de uma dissertação de mestrado em Geografia com ênfase em Organização e Gestão do território, subordinada ao tema: Ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade na cidade da Praia: caso dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo.

Pretendemos procurar algumas pistas que nos ajudem a analisar os principais fatores do aumento da criminalidade na cidade da Praia, dirigindo particularmente a nossa análise para os bairros de Achada de Santo António e Palmarejo.

Agradecemos antecipadamente pela sua colaboração. Aproveitamos para informar que todos os dados serão tratados de uma forma confidencial, tendo como único fim, servir de suporte para este trabalho académico.

Hora do início da entrevista_____

1. Como avalia a situação da violência/criminalidade na cidade da Praia- Achada Santo António e Palmarejo?
2. Quais os fatores que considera que está na base do aumento da criminalidade na cidade da Praia- Achada Santo António e Palmarejo?
3. Achas que a forma como os bairros de Achada Santo António e Palmarejo estão ordenados influencia no aumento da criminalidade?
4. Que áreas (localidades) da Achada Santo António e Palmarejo são consideradas mais críticas?
5. Quais são os principais problemas que os policiais enfrentam no terreno?
6. Quais os principais focos de crimes nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo?
7. Que tipos de crimes são mais praticados nos bairros de Achada Santo António e Palmarejo?
8. Que estratégias devem ser tomadas para manter maior segurança as populações?

Hora do término da entrevista_____

Anexo II: Questionário



Questionário nº

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Este inquérito por questionário está a ser realizado no âmbito do trabalho de Dissertação de Mestrado e refere-se a um estudo sobre “Ordenamento do território e a sua relação com a criminalidade na cidade da Praia- caso dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo”.

Agradeço desde já a sua imprescindível colaboração no preenchimento deste questionário e peço que as respostas sejam o mais sinceras possível. Será garantida a sua confidencialidade das respostas.

Caracterização do entrevistado e do seu agregado

	Sexo	Idade	Estado Civil	Nível de Instrução	Naturalidade	Residência	Condição de Trabalho	Profissão	Situação Profissional
Próprio									

Bairro _____ Tempo de moradia no local _____ Nº de pessoas em casa _____ Nº de empregados _____ Nº de desempregados _____ Nº de estudantes _____

Rendimento familiar mensal (em Escudos CV)	< 20 Mil Escudos (ME)	20 a 35 ME	35 a 50 ME	50-70 ME	> 70 ME

Característica da habitação (casa) onde vive

Qual o regime de ocupação:

Arrendada Própria Cedida

Outro – qual? _____

Ano em que foi construída a casa: _____ NS/NR _____

Qual o regime de habitação:

Apartamento Casa individual Parte de casa

Outro – qual? _____

A sua casa possui:

Casa de banho _____ Sim _____ Não _____ NS/NR
 Água canalizada _____ Sim _____ Não _____ NS/NR
 Energia eléctrica _____ Sim _____ Não _____ NS/NR

A casa é legalizada?

Sim

Não

NS/NR

Se não, porque? _____

Considera que a sua casa está bem localizada?

Sim

Não

Se não, porquê? _____

Será que a forma como bairro é ordenado influencia na prática dos crimes?

Sim

Não

Na sua opinião, quais destes crimes o (a) preocupa mais na sua localidade (use a escala que se segue)?

Crimes	Não se preocupa	Preocu-se pouco	Sente-se +ou- preocupado	Preocupa-se muito
Roubos	1	2	3	4
Assaltos	1	2	3	4
Homicídios	1	2	3	4
Uso de armas	1	2	3	4
Tráfico de drogas	1	2	3	4

Considera que local (bairro) onde mora seja uma área de violência e/ ou crime?

Sim

Não

NS/NR

Justifique a sua opção _____

Se sim, a que escala classifica a violência/criminalidade, de um a cinco, em que 1 corresponde a um impacto muito fraco e 5 a um impacto muito forte?

Muito fraco	Fraco	Nem fraco/ Nem Forte	Forte	Muito Forte
1	2	3	4	5

Considera que há possibilidade da sua residência ser assaltados por criminosos?

Sim

Não

NS/NR

Justifique a sua opção _____

Na sua opinião, qual das localidades da cidade da Praia que é mais perigosa?

Sente medo de sair à rua a noite?

Sim

Não

NS/NR

Justifique a sua opção _____

Como classifica o sentimento de segurança na sua localidade/ bairro numa escala de um a cinco, em que 1 corresponde a extremamente inseguro, e 5 extremamente seguro?

Extremamente inseguro	Bastante inseguro	Seguro	Bastante seguro	Extremamente seguro
1	2	3	4	5

Qual é o grau de preocupação com o fenômeno da violência/criminalidade na sua localidade /bairro?

Não se preocupa	Preocupa-se pouco	Sente-se +ou- preocupado	Preocupa-se muito
1	2	3	4

O que levou a residir nesta? _____

Tem intenção de mudar da área de residência algum dia?

Sim

Não

NS/NR

Justifique a sua opção _____

Relativamente à frequência, considera que a violência/criminalidade na sua localidade/bairro são:

Raros	Pouco Frequentes	Mais ou menos Frequentes	Frequentes	Muito Frequentes
1	2	3	4	5

Alguma vez foi afetado por violência/crime?

Sim

Não

NS/NR

(se respondeu Não, passe para a questão seguinte)

Se sim, de que forma? _____

Como encara a violência/criminalidade:

É um fenômeno natural/ inevitável

É um fenômeno que pode ser evitado

NS/NR

Na sua opinião as autoridades do seu concelho tem desenvolvido trabalho e/ou mecanismo no sentido de minimizar os efeitos da violência/criminalidade?

Sim

Não

NS/NR

Se sim, que tipo de trabalho tem sido desenvolvido? _____

Para si, qual é a tendência que se tem verificado sobre a criminalidade?

Tem aumentado	<input type="checkbox"/>
Tem estabilizado	<input type="checkbox"/>
Tem diminuído	<input type="checkbox"/>

No seu entender, quais os fatores que propiciam o aumento da criminalidade?

Em que medida está satisfeito ou insatisfeito com o trabalho realizado pelas autoridades no sentido de diminuir o fenómeno de violência/criminalidade?

Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1	2	3	4	5

Justifique a sua opção? _____

Aconselhe 2 medidas para diminuir a violência/ crime?
